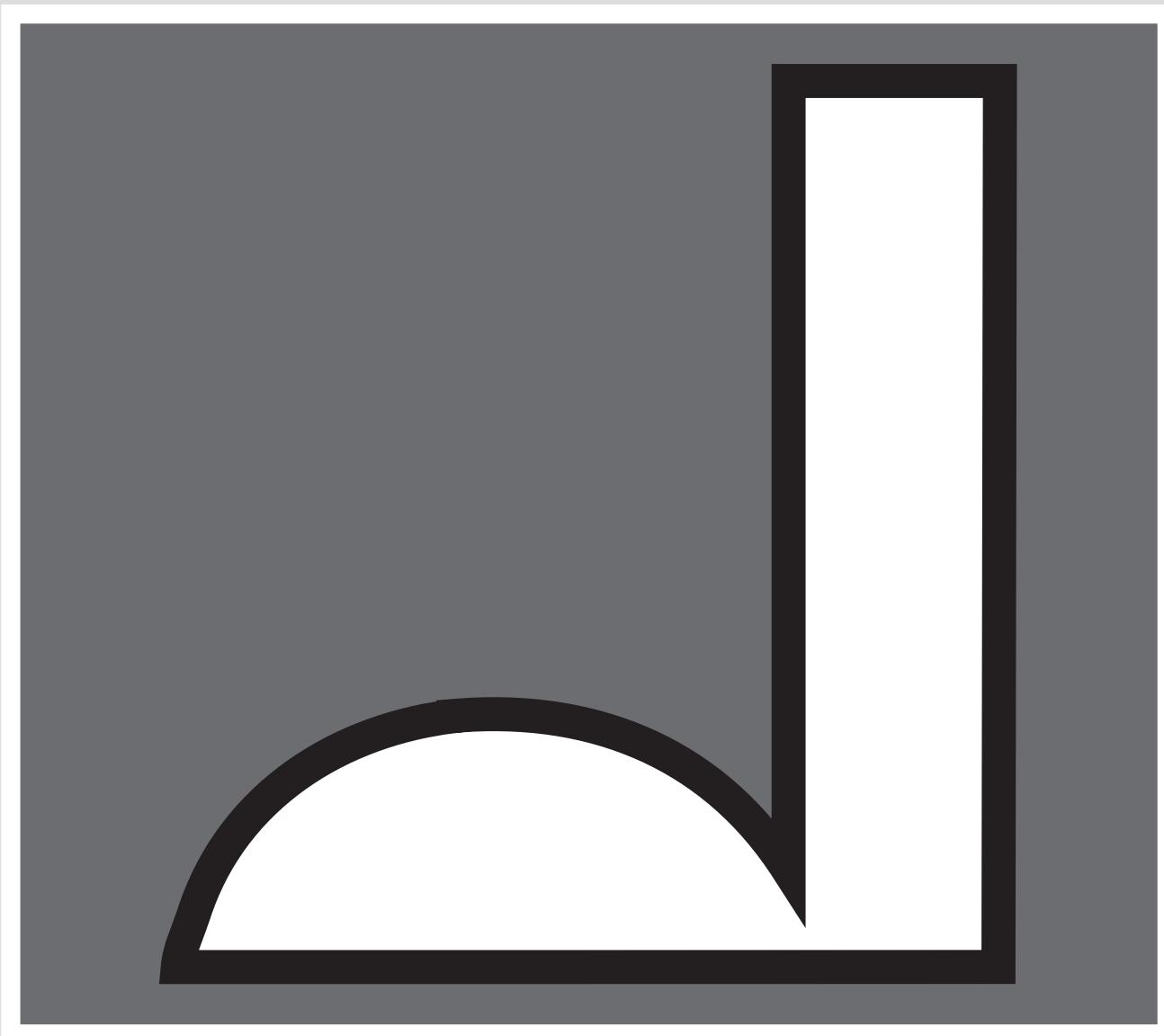




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIV - N° 107 - TERÇA-FEIRA, 14 DE JULHO DE 2009 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marconi Perillo - (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE
Serys Slhessarenko - (PT-MT)
1º SECRETÁRIO
Heráclito Fortes - (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)

3º SECRETÁRIO
Mão Santa- (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO
Patrícia Saboya - (PDT-CE)
Suplentes de Secretário
1º - César Borges - (PR-BA)
2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇAS

| | | |
|---|---|--|
| <p> Maioria (PMDB/PP) - 20</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Valdir Raupp Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto</p> <p>Líder do PP - 1 Francisco Dornelles</p> | <p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 21</p> <p>Líder Aloizio Mercadante - PT</p> <p>Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 12 Aloizio Mercadante</p> <p>Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns</p> <p>Líder do PR - 4 João Ribeiro</p> <p>Vice-Líder do PR Expedito Júnior</p> <p>Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares</p> <p>Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella</p> <p>Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda</p> | <p>Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27</p> <p>Líder Raimundo Colombo - DEM¹</p> <p>Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana</p> <p>.....</p> <p>Líder do DEM - 14 José Agripino</p> <p>Vice-Líderes do DEM Jayme Campos Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Morais</p> <p>Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes</p> |
| <p>PTB - 7</p> <p>Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma</p> <p>PDT - 5</p> <p>Líder Osmar Dias - PDT</p> <p>Vice-Líder Patrícia Saboya</p> | <p>PSOL - 1</p> <p>Líder José Nery - PSOL</p> | <p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma</p> |

¹ Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.

EXPEDIENTE

| | |
|--|--|
| <p>Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p> | <p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p> |
|--|--|

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 119ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 13 DE JULHO DE 2009

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações

Da Vice-Liderança do Partido Democratas no Senado, referente à indicação da Senadora Rosalba Ciarlini, para integrar, como suplente, a Comissão Temporária criada pelo Requerimento nº 231, de 2009. (Ofício nº 104/2009, de 13 do corrente).

Designação da Senadora Rosalba Ciarlini para integrar, como suplente, a referida comissão.

31997

Do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, referente ao conhecimento dado aos Ofícios "S" nºs 41 e 43, de 2009, e aos Avisos nºs 148, de 2000, 83 e 192, de 2001; 24, 25, 29, 31 e 35, de 2009 (Ofício nº 43/2009, de 30 de junho último).

31997

1.2.2 – Aviso do Tribunal de Contas da União (autuação)

Nº 31, de 2009-CN (nº 902-Seses-TCU-Plenário/2009, na origem), do que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1341, de 2009-TCU (Plenário), bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam referente ao Levantamento de Auditoria nas obras de implantação do Perímetro de Irrigação Santa Cruz-Apodi/RN, Programa de Trabalho nº 20.607.0379.100N.0024. (TC nº 008.514/2009-3).

31997

1.2.3 – Leitura de requerimento

Nº 864, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando informações ao Ministro de Estado das Comunicações.

31998

1.2.4 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, sexta-feira última, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei da Câmara nºs 52, 95 e 126, de 2009; Projetos de Lei do Senado nºs 369 e 375, de 2003; 100, de 2006; 41 e 183, de 2007; 123, 197, 354, 415, 416 e 429, de 2008; 26, 101 e 244, de 2009.

31998

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas aos Projetos de Lei da

Câmara nºs 13, de 2004; 59 e 125, de 2006; 53, de 2007; 48, 136, 155 e 200, de 2008; 2 e 21, de 2009.....

31999

Encaminhamento do Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2009, ao exame das Comissões de Serviços de Infraestrutura, e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em virtude da proposição ser da competência desses Órgãos técnicos.

32000

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Comentário sobre matéria da revista **IstoÉ**, desta semana, intitulada “Palácio da Discórdia”, acerca das obras de reforma no Palácio do Planalto. Críticas ao Governo pela falta de recursos para a saúde. Defesa de mudança e modernização do Sistema Único de Saúde – SUS. Alerta para a propagação da gripe suína no Brasil. Registro de matérias publicadas nos jornais **O Globo** e **Correio Braziliense**, referentes aos assuntos abordados.

32000

SENADOR PAPALÉO PAES – Reflexão sobre dados do IBGE, registrando a extrema desigualdade no acesso ao saneamento básico no Brasil.

32012

SENADOR MÃO SANTA – Reflexão sobre as desigualdades sociais no Brasil. Considerações sobre os problemas nas áreas da saúde, segurança e educação.

32017

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, como Líder – Dissertação acerca dos escândalos brasileiros. Previsão de que o eleitor em 2010 não se norteará pelas prioridades nacionais.

32024

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Reflexão sobre a posição diplomática que o Brasil vem adotando em relação a situações conflituosas que digam respeito à questão dos direitos humanos. Apoio a requerimento que solicita seja encaminhado, pelo Itamaraty, à Embaixada do Irã em Brasília, apelo em favor de sete integrantes da seita Bahá’í, para que estes não sejam submetidos à pena de morte.

32029

SENADOR VALTER PEREIRA – Solidariedade ao Ministro da Saúde José Gomes Temporão, por defender projeto que modernizaria a gestão de hospitais públicos vinculados ao Sistema Único de Saúde – SUS.

32033

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Lembra a realização de sessão conjunta do Congresso Nacional, amanhã, dia 14, às 16 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional, com pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....

Lembra a realização de sessão conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se no dia 27 de agosto, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia do Soldado.

1.2.7 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ALVARO DIAS – Registro do artigo intitulado “Respostas à crise – economia e política”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 14 de junho último.....

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “Sistema Petrobras privilegia PT em doações a candidatos”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 28 de maio último.

SENADOR MÁRIO COUTO – Registro da matéria intitulada “Justiça pune dirigente do Incra em São Paulo”, publicada no jornal **O Globo**, edição de 4 de junho último.....

SENADOR GERSON CAMATA – Considerações sobre o enfrentamento da crise internacional pelo Brasil.....

1.2.8 – Comunicação da Presidência

Lembra ao Plenário a realização de sessão deliberativa extraordinária, amanhã, dia 14, às 11 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.....

1.3 – ENCERRAMENTO**2 – ATOS ADMINISTRATIVOS****2.1 – ATO DA COMISSÃO DIRETORA**

Nº 13, de 2009.

2.2 – ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 282, 287 e 289, de 2009.

2.3 – OFÍCIO DO PRESIDENTE

Nº 272, de 2009.

SENADO FEDERAL**3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**

32036

32036

32036

32038

32039

32040

32041

32048

32050

32053

4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

CONGRESSO NACIONAL**8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência –CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 119^a Sessão não Deliberativa, em 13 de julho de 2009

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa e Papaléo Paes

(inicia-se a sessão às 14 horas e 2 minutos, e encerra-se às 17 horas e 35 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Brasília, segunda-feira, 13 de julho de 2009, 14 horas e 2 minutos. Estamos no Senado da República do Brasil. Esta é a 119^a Sessão Não Deliberativa, no plenário do Senado Federal.

Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. N° 104/09-GLDEM

Brasília, 13 de julho de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais indico a Senadora Rosalba Ciarlini, como suplente, para integrar a Comissão Temporária destinada ao “Acompanhamento de Metas Fixadas pela ONU”.

Atenciosamente, – Senador **Efraim Moraes**, Vice-Líder do Partido Democratas, em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência designa a Senadora Rosalba Ciarlini para integrar, como suplente, a Comissão Temporária destinada a acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas, criada pelo Requerimento n° 231, de 2009, nos termos do expediente encaminhado pela Liderança do Partido Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício n° 43/2009-CMA

Brasília, 30 de junho de 2009

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão, em reunião realizada em 4 de junho do corrente,

tomou conhecimento das seguintes matérias: OFS n°s 41 e 43, de 2009; AVS n°s 148, de 2000; 83 e 192, de 2001; 24, 25, 29, 31 e 35, de 2009, ficando decidido que, após 15 dias sobre a Mesa da Comissão, e não havendo manifestação dos membros, serão enviadas ao arquivo.

Desta forma, encaminho a Vossa Excelência o processado das matérias para as providências cabíveis.

Atenciosamente, – Senador **Renato Casagrande**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Expediente que acaba de ser lido, juntado aos processados dos **Ofícios “S” n°s 41 e 43, de 2009**, e aos **Avisos n°s 148, de 2000; 83 e 192 de 2001; 24, 25, 29, 31 e 35, de 2009**, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, aviso do Tribunal de Contas da União que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– Aviso n° 31, de 2009-CN (n° 902-Seses-TCU-Plenário/2009, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão n° 1.341, de 2009-TCU (Plenário), bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam referente ao Levantamento de Auditoria nas obras de implantação do Perímetro de Irrigação Santa Cruz – Apodi/RN, Programa de Trabalho n° 20.607.0379.100N.0024. (TC n° 008.514/2009-3).

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O aviso que acaba de ser lido retorna à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 864, DE 2009

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Ministro de Estado das Comunicações informe quais são as atuais obrigações regulamentares e contratuais, bem como os resultados da última avaliação de desempenho, das empresas VIVO, CLARO, OI e TIM referentes a aspectos de cobertura, universalização e qualidade para os serviços de telefonia fixa (STFC) e móvel (SMP) oferecidos no Estado de Roraima.

Justificação

A Assembléia Legislativa do Estado de Roraima realizou, em 14 de abril de 2009, audiência com representantes das empresas OI, CLARO, VIVO e TIM para buscar conhecer as razões pelas quais os serviços de telecomunicações oferecidos no Estado padeciam de falta de cobertura e qualidade, sendo alvo de constantes reclamações da sociedade e do próprio quadro funcional da Assembléia.

Tendo em conta serem essenciais ao cotidiano de famílias e empresas, espera-se que tais serviços sejam objeto de permanente e rigorosa supervisão por parte da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), a quem cabe, por lei, proceder à correção de distorções em sua oferta.

Por meio do presente requerimento, pretende-se levantar informações que permitam ao Senado Federal avaliar a atuação do órgão regulador, por meio da comparação entre as obrigações estabelecidas para as empresas autorizadas a operar em Roraima e o seu desempenho medido pela Anatel.

De posse das informações aqui requisitadas, espera-se que seja possível identificar as providências necessárias para solucionar desvios eventualmente encontrados.

Sala das Sessões, 13 de julho de 2009. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Mesa para decisão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei da Câmara n° 52, de 2009** (n° 1.870/2003, na Casa de origem, do Deputado

Joaquim Francisco), que dispõe sobre a criação de número telefônico para uso exclusivo dos Conselhos Tutelares;

- **Projeto de Lei da Câmara n° 95, de 2009** (n° 2.549/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de um cargo em comissão e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1º Região(RJ);
- **Projeto de Lei da Câmara n° 126, de 2009** (n° 5.829/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a criação de duzentas e trinta Varas Federais, destinadas, precipuamente, à interiorização da Justiça Federal de primeiro grau e à implantação dos Juizados Especiais Federais no País, e dá outras providências;
- **Projeto de Lei do Senado n° 369, de 2003**, de autoria do Senador Alvaro Dias, que dispõe sobre títulos da dívida dos agronegócios e dá outras providências;
- **Projeto de Lei do Senado n° 375, de 2003**, de autoria do Senador Magno Malta, que modifica os arts. 54 e 55 da Lei n° 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para criar a exigência de que os condutores e passageiros de motocicletas e assemelhados portem capacete contendo a numeração da placa do veículo em que circulam;
- **Projeto de Lei do Senado n° 100, de 2006**, de autoria da Senadora Serys Shiessarenko, que dispõe sobre a gratuidade dos atos de registro, pelas associações de moradores, necessários à adaptação estatutária ao Código Civil e para fins de enquadramento dessas entidades como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público;
- **Projeto de Lei do Senado n° 41, de 2007**, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que acrescenta o art. 62-A ao Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever a duplação da pena do agente que se utiliza de menor para a prática do crime;
- **Projeto de Lei do Senado n° 183, de 2007**, de autoria do Senador Gilvam Borges, que regulamenta, no âmbito do processo penal, o inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal (princípio da celeridade processual);
- **Projeto de Lei do Senado n° 123, de 2008**, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Navegação Interior, no Estado do Tocantins;

- **Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2008**, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Valença do Piauí, no Estado do Piauí;
- **Projeto de Lei do Senado nº 354, de 2008**, de autoria do Senador João Pedro, que autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Tefé, no Estado do Amazonas;
- **Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2008**, de autoria do Senador Flávio Arns, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Ibaiti, no Estado do Paraná;
- **Projeto de Lei do Senado nº 416, de 2008**, de autoria do Senador Flávio Arns, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica de Cerro Azul, vinculada à Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR);
- **Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2008**, de autoria do Senador Flávio Arns, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Campina da Lagoa, no Estado do Paraná;
- **Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2009**, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que autoriza a criação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sinop, no Estado de Mato Grosso;
- **Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2009**, de autoria do Senador Cícero Lucena, que autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Catolé da Rocha, no Estado da Paraíba; e
- **Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2009**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que dispõe sobre a condição de perito oficial dos papiloscopistas em suas perícias específicas e dá outras providências.

Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões competentes, os Projetos de Lei da Câmara nºs 52, 95 e 126, de 2009, aprovados, vão à sanção; os Projetos de Lei do Senado nºs 369 e 375, de 2003; 100, de 2006; 123, 197, 354, 415, 416 e 429, de 2008; 26, 101 e 244, de 2009, aprovados, vão à Câmara dos Deputados; e os de nºs 41 e 183, de 2007, rejeitados, vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2004** (nº 345/1999, na Casa de origem, do Deputado Wilson Santos), que proíbe a cobrança de qualquer valor a título de religação de serviços por

concessionárias de distribuição de energia elétrica e de serviços de abastecimento de água e saneamento;

- **Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2006** (nº 7.177/2002, na Casa de origem, da Deputada Jandira Feghali), que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para dispor sobre a obrigatoriedade de fornecimento de bolsas de colostomia pelos planos e seguros privados de saúde;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2006** (nº 5.067/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2007** (nº 4.719/2001, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que altera a Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, que regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2008** (nº 1.691/2007, na Casa de origem, do Deputado Carlos Bezerra), que altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, dispondo sobre a contagem do prazo prescricional na hipótese de protesto extrajudicial;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2008** – Complementar (nº 375/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus; revoga a Lei Complementar nº 68, de 13 de junho de 1991; e dá outras providências;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 155, de 2008** (nº 1.507/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliseu Padilha), que acrescenta parágrafo único ao art. 133 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o uso de cópia autenticada do Certificado de Licenciamento Anual;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 200, de 2008** (nº 2.057/2007, na Casa de origem, do Deputado Zezé Ribeiro), que institui o Dia Nacional da Reforma Urbana;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2009** (nº 2.274/2007, na Casa de origem, do Deputado Dr. Talmir), que declara Dr. Enéas Carneiro Ferreira patrono da Eletrocardiografia no Brasil; e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2009** (nº 2.186/1999, na Casa de origem, do Deputado Luiz Bittencourt), que institui o Dia Nacional do Cerrado.

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Com referência ao prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2009**, encerrado no último dia 8, a Presidência altera o despacho e encaminha a referida matéria ao exame das Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em virtude da proposição ser da competência desses Órgãos técnicos.

Há oradores inscritos.

O primeiro orador inscrito é o Senador Mozarildo Cavalcanti, que representa o PTB, o Estado de Roraima, a classe médica e é uma das maiores lideranças maçônicas do País.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Senador Mão Santa, que preside esta sessão de segunda-feira da possível última semana de trabalho antes de nosso recesso, Senador Geraldo Mesquita, Srs. e Sras. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado e ouvintes da rádio Senado, há alguns dias, eu fiz um pronunciamento aqui dizendo que – como todos nós passamos ali por perto, aliás, está muito próximo da gente o Palácio do Planalto – eu vi uma reforma que me chamou a atenção. A maior parte, aliás, nem tinha tapume, Senador Geraldo Mesquita. Eu procurei a placa para ver o que era, e não consegui encontrá-la, e fiz um pronunciamento aqui denunciando isso, ou seja, que o Governo estava descumprindo as próprias normas que ele implantou.

As pequenas prefeituras lá do interior, por exemplo, quando o Governo repassa, vamos dizer, R\$30 mil para fazer um posto médico pequeno, têm que colocar uma placa: “Aqui tem dinheiro do Governo Federal. R\$30 mil. Obra: posto médico. Prazo de construção: tantos dias. Convênio tal”.

Pois bem, lá no Palácio do Planalto, isso não existia. Eu pesquisei – tive um trabalho exaustivo para pesquisar na Internet e nos diversos órgãos da administração – e descobri que a obra fora licitada pelo Ministério da Defesa – ou do Exército, não tenho certeza, do Comando do Exército, mas, de qualquer maneira, do Ministério da Defesa –, no valor de R\$78 milhões.

Eu fiz um comentário aqui dizendo que achava a obra inoportuna, porque num momento de crise, e incoerente, porque o Presidente Lula disse que quer construir milhões de casas no projeto que ele intitulou de Minha Casa, Minha Vida, sendo que, com aquele valor já se poderiam construir cerca de seis mil casas.

Para minha surpresa, dias depois, descobri que o Presidente Lula havia mandado uma medida provisória com um pedido de crédito suplementar no valor de cento e tantos milhões.

Neste fim de semana, a revista **IstoÉ** publicou uma matéria, com foto lá do buraco onde deverá ser a garagem subterrânea etc., com o seguinte título:

“Palácio da Discórdia.”

Marcada por desentendimentos, reforma do Planalto sobe [quer dizer, aumenta] 150% e corre o risco de ser embargada pelo TCU [Tribunal de Contas da União].”

A matéria é do jornalista Claudio Dantas Sequeira. E, aí, ele diz:

“Janelas empoeiradas, tapumes e uma cratera com sete metros de profundidade chamam a atenção de quem passa pelo Palácio do Planalto. O edifício símbolo do poder presidencial entrou em reforma há apenas um mês, mas a obra já virou alvo de ações judiciais devido a um pedido de crédito suplementar de R\$118,2 milhões e ainda corre risco de ser paralisada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Parte da construção – o estacionamento – foi embargada há uma semana pelo governo do Distrito Federal (GDF) sob a alegação de que o terreno é de propriedade pública.”

Vejam bem: é o Governo da República, a Presidência da República passando por cima de tudo o que é princípio elementar – vamos dizer assim – da Administração Pública.

“A empreiteira Porto Belo abriu um enorme buraco para construir uma garagem de dois pavimentos, com passagens subterrâneas. O risco de que a reforma descaracterize o conjunto urbanístico da capital, tombado pelo patrimônio histórico, levou o Ministério Público a instaurar um inquérito.”

Vejam bem: aqui são o Tribunal de Contas e o Ministério Público. Ainda bem que já está o Ministério Público também olhando isso.

“De acordo com a auditoria do TCU, também foram encontradas falhas em documentos técnicos, como ausência de assinatura no laudo da estrutura do Palácio.”

Vejam bem: ausência de assinatura do laudo de estrutura do Palácio.

“Ao ser questionado pelo tribunal, o secretário de Administração da Casa Civil, Nor-

berto Temoteo de Queiroz, enviou ofício “urgente” ao escritório de representação do arquiteto Oscar Niemeyer, em Brasília [só depois]. O arquiteto Carlos Magalhães de Andrade se surpreendeu. ‘Nunca vi tamanha desorganização e incompetência.’

Veja que a coisa é mais grave do que eu imaginei, Senador Geraldo Mesquita. Eu pensei que era só o descaso com a opinião pública, com a transparência que tanto é pregada pelo Presidente Lula, de não colocar o valor da obra, para esconder, por exemplo, a incoerência de fazer uma obra dessas num momento de crise, em que o País está tendo desemprego, em que o País está tendo dificuldades e em que ele quer construir milhões casas para os pobres, no projeto Minha Casa, Minha Vida.

“Para ele [o arquiteto], muitos dos problemas da obra são culpa da “relutância” da Coordenação de Engenharia da Casa Civil, chefiada pelo engenheiro Eduardo Magalhães: “À quase totalidade das soluções apresentadas tínhamos sua contrapartida, e defendê-las tornou-se nossa rotina, maçante e dispendiosa”, disse em carta à Casa Civil. Ele ainda menciona as discussões em torno da construção de uma torre externa. “Foi preciso o arquiteto Niemeyer solicitar liberdade para projetar. As áreas técnicas em subsolo carecem de revisão. Não há ordem no conjunto”, acusa [o arquiteto]. Para o arquiteto, a “intermediação” da Coordenação de Engenharia “acabou sendo prejudicial ao atendimento dos prazos contratuais”. “O projeto de restauração começou sem um programa arquitetônico definido’, diz. Segundo o arquiteto, após a entrega do projeto ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em dezembro, o escritório de Niemeyer foi alijado das discussões.

Veja bem: pela Presidência da República. Aqui, em Brasília, é tudo tombado e, quando vai-se mexer, há um consenso de que se tem de ouvir o autor, que é o arquiteto Niemeyer.

“Temos medo de que essa corrida para atender prazos comprometa a execução da reforma”, diz Magalhães [que é o arquiteto do escritório de Niemeyer], em referência ao desejo do presidente Lula de ver a reforma concluída no aniversário de Brasília, em abril. Temoteo disse que todas as demandas do TCU têm sido atendidas e que encaminhou

o laudo de estrutura assinado e as licenças de canteiro. Sobre o embargo, apresentou ao GDF a escritura do terreno e um relatório do próprio governo distrital, de 1990, atestando a propriedade da área.

Em meio à confusão, a Presidência encaminhou sem muito alarde ao Congresso Nacional um pedido de crédito especial de R\$118,2 milhões, o que turbinará o custo da obra em 150%, sendo que o valor do contrato assinado com a Construtora Porto Belo foi de R\$78,8 milhões. Sobre os R\$118,2 milhões, a Casa Civil alega que foi “uma reserva feita antes da licitação”. Mas o pedido de abertura do crédito é de 17 de junho, portanto posterior ao contrato com a Porto Belo, com data de 28 de maio.

Então, Senador Mão Santa, a revista **IstoÉ** prestou um grande serviço à Nação quando aprofundou essa questão, porque é bom que as pessoas entendam. Quer dizer, uma obra, inicialmente, de R\$78,8 milhões – o que já era um valor absurdo para uma reforma no Palácio do Presidente Lula – é aumentada em mais R\$118 milhões, passando para R\$197 milhões, portanto R\$200 milhões.

É uma reforma desnecessária, inoportuna, no momento em que o Brasil atravessa uma crise econômica e no momento, repito, em que o Presidente Lula quer construir milhões de casas populares. Esse dinheiro daria para construir muito mais que 20 mil casas populares; no entanto, vai servir para a reforma da garagem e de outras áreas do Palácio do Planalto. Parece que o Presidente Lula, nessas andanças em que ele viu tantos xeiques etc., está pensando que ele é permanente, é um xeique também e quer um palácio sumuoso também. Eu fico muito preocupado com isso.

Também o jornal *O Globo* publicou uma matéria no dia de ontem: “O risco da explosão dos gastos públicos. Próximo presidente, [Senador Papaléo] seja quem for, terá herança preocupante devido à elevação de despesas.”

Mas, antes de prosseguir, quero ouvir o Senador Geraldo Mesquita, que me pede um aparte.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Mozarildo, boa-tarde. Já é o terceiro ou quarto pronunciamento que V. Ex^a faz a respeito da reforma no Palácio do Planalto. Eu tenho acompanhado a manifestação de V. Ex^a sobre o assunto. Não sei, de fato, se aquilo ali era necessário ou não. Eu não entro nesse mérito. Eu só queria que o Palácio continuasse sendo

um monumento aqui, na Capital Federal. O que ouço falar é que a reforma se impôs tendo em vista que o Palácio é muito antigo e suas instalações internas já não acomodavam, não permitiram mais o funcionamento de todos os órgãos ligados à Presidência da República. Agora, com relação às confusões em torno dessa obra, Senador Mozarildo, não me surpreendo. Sabe por quê? A gente observa o cronograma do tal PAC. O Senador Mão Santa, inclusive, deu outra denominação ao PAC: "Programa de Aceleração do Currículo". Tirando a nova interpretação do Senador Mão Santa, o que tem acontecido com o PAC? Desorganização, gerência desconectada, processos de licitação mal conduzidos e mal realizados, atropelos, má gestão, e digo até que pode estar acontecendo também, Senador Mozarildo, um certo desvio de recursos. Isso tudo junto é o retrato do que está acontecendo com o PAC, um programa que carimbou obras já existentes pelo Brasil afora e outras que o Governo do Presidente Lula resolveu realizar. Observamos que a Ministra Dilma, num dia desses, foi desmentida com relação aos percentuais já realizados pelo PAC. Ela afirmou que um determinado percentual já havia sido concretizado e verificou-se que não era aquilo, que está bem abaixo. É uma coisa absurda. Então, não é de surpreender o que está acontecendo com a obra do Palácio do Planalto, ou seja, um desejo do Presidente da República que deveria estar lastreado por processos corretos, licitação, saber qual o raio de abrangência dessa obra, tapume, placa. V. Ex^a tem razão: aí, pelo interior afora, há placa que é mais cara do que a própria obra. E, aqui, na Capital da República, na obra de reforma do Palácio do Planalto, não tem uma placa dizendo do que se trata, para que a população tenha todas as informações necessárias. Para isso é que serve a tal da placa. A placa é uma imposição legal, não é uma faculdade, não, de quem está construindo, reformando, seja lá o que for, uma obra pública. Portanto, é o atropelo, a desorganização, o processo de licitação malfeito. A lei permite que o valor contratado num processo de licitação seja alvo de um aditivo até determinado percentual, Senador Mozarildo, de 20%, 25%. Isso aí é inadmissível: uma majoração de 150% numa obra que ainda está começando! Agora é que estão ... O senhor falou nos tapumes. Desde sexta-feira, observei que começaram a colocar os tapumes, mas a obra já tinha 40 dias e não tinha tapume nenhum. Então, olhe: é isso tudo junto, é o retrato de um Governo que prima pela desorganização, pela má gestão. E eu diria também, Senador Mozarildo, pelo desvio de recursos público, pela desorganização, pela irresponsabilidade,

enfim. Portanto, eu, como V. Ex^a e como todo brasileiro gostaríamos de ver o Palácio do Planalto... Se tiver de ter alguma reforma, que tenha, mas que seja feita dentro dos padrões legais, dentro do que preceitua a lei, de um processo licitatório, e não essa coisa doida a ponto de ser objeto, além dos seus quatro pronunciamentos, de reportagem de uma revista de grande circulação nacional. Para que isso? Por que não se fazem as coisas com correção, com acerto? Portanto, não censuro o senhor por vir aqui e trazer esse fato, porque V. Ex^a está certo. A gente precisa se preocupar com esse tipo de situação e de problema. Agora, fazendo a ligação dele com o que acontece no restante do País com relação ao tal do PAC, isso aí é a cara do PAC, Senador Mozarildo! Essa obra talvez não esteja no PAC, mas é a cara do PAC. Ali tem o carimbo da desorganização que ocorre nos projetos envolvendo o tal do PAC. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Senador Geraldo, na verdade, voltei a esse tema hoje justamente por causa da matéria publicada na **IstoÉ**. Fiz o primeiro pronunciamento estranhando essa questão de não ter a placa indicando o valor da obra, o prazo, que obra que era, afinal de contas, pois é uma exigência – mostrei aqui – imposta pelo Governo Federal para qualquer obra que tenha recursos federais. Então, como é que no Palácio do Presidente não tinha isso? Aí, no outro dia, estava no jornal que o Governo havia pedido um adicional de R\$118 milhões. Eu tive de fazer um segundo pronunciamento. Agora, a revista **IstoÉ** foi pesquisar e encontrou, realmente, coisas maiores ainda, quer dizer, mais detalhes sobre a questão. V. Ex^a disse que isso não é de surpreender. O que realmente acontece conosco é que a gente não se surpreende mais com as coisas erradas, mas nós temos de nos surpreender e de nos indignar. O Senador Tião Viana, um dia desses, ao dar uma entrevista, disse que o Presidente Lula cedeu ao fisiologismo para poder governar. Lembro-me de entrevista dada pelo Presidente Lula quando houve o escândalo do mensalão – que era aquele dinheiro que ia para os partidos para financiar as campanhas –, entrevista dada em Paris, em frente a um bonito palácio, dizendo que isso era comum, que todos os partidos faziam. Ora, se o Presidente da República dá esse exemplo – se alguém pode roubar, deixa roubar; se alguns roubam, também vamos roubar –, quer dizer, é tranqüílo. Então, eu não concordo com isso, realmente Acho que isso não pode acontecer; temos de, realmente, investigar. Surpreendo-me ao ver que, até agora, só um órgão de imprensa tenha se preocupado em fazer essa investi-

gação – aliás, na verdade, dois, não me lembro se foi a **Folha de S.Paulo** ou se o **Estado de S.Paulo** que publicou o adicional de R\$118 milhões.

Por outro lado, se isso aqui já é esbanjar dinheiro... Vejam, Senador Geraldo Mesquita e Senador Papaléo, qualquer cidadão, qualquer pai de família, quando precisa fazer uma reforma, uma ampliação na sua casa, ele só a faz quando o dinheiro dá, quando há dinheiro disponível. Ele não vai fazer uma reforma para se endividar, para ficar pendurado ou deixar o "pepino" para – sei lá – a viúva ou para os filhos, amanhã. É mais ou menos o que o Presidente Lula está fazendo: aumentando os gastos públicos. Aqui está, no jornal **O Globo**, que diz:

O risco da explosão dos gastos públicos.

Próximo Presidente, seja quem for [pode ser até a própria Dilma, espero que não seja], terá herança preocupante devido à elevação de despesas [que estão acontecendo agora].

Parece-me que o Presidente Lula resolveu, realmente, com esse PAC e mais outras coisas, escancarar. Ao ponto de reclamar que a fiscalização do Tribunal de Contas da União atrapalha a execução das obras. Quer dizer, o Tribunal de Contas, quando fiscaliza para demonstrar o que está errado, que está havendo roubo, desvio de dinheiro, ele está atrapalhando a obra. Então, deixem fazer a obra de qualquer jeito, nem que roubem.

Acho, realmente, isso espantoso. Até comentei, quando citei a entrevista dada pelo Senador Tião Viana, dizendo que o PT se acomodou a isso, mas o PT pregou durante décadas que ele iria assumir o poder para mudar isso aí. E não mudou. Piorou.

Agora, vamos a um outro ponto que abordei na semana passada. Fiz aqui um relato da importância que se estava dando, pelo menos em termos de divulgação, à questão da gripe suína, mas que, por exemplo, não se dava a mesma importância a doenças que matam mais, que vêm matando mais do que a gripe suína, como a dengue, a malária, a febre amarela, a tuberculose e tantas outras. Mas por que não lhe dão importância? Porque elas atingem só países pobres. E, aqui, no Brasil, elas atingem preferencialmente as regiões pobres do País. Quando essas doenças atacam outras regiões – por exemplo, a dengue no Rio de Janeiro –, aí, sim, a mobilização é enorme; mas quando morre gente na Amazônia e no Nordeste há pouco espaço. Mas, mesmo assim, vimos, agora, no

final de semana, que essa gripe suína está realmente começando a nos dar grande preocupação.

O jornal **Correio Braziliense** de hoje publica uma matéria importante, feita com especialista, que diz: "Governo subestima propagação da doença. Para estudiosos, foi precipitado restringir exames a casos graves".

E aí, Senador Papaléo, V. Ex^a, como o Senador Mão Santa e eu, que somos médicos, sabemos que existem casos subclínicos, ou casos que não chegam a manifestar o quadro completo e que podem ser a doença, e que essa pessoa pode contaminar outras. Então, já são dois casos de morte no Brasil.

Está aqui: "Governo subestima propagação da doença". Eu não vou ler toda a matéria, mas farei algumas chamadas. "Não é o suficiente para dizer que temos transmissão sustentada ou não. Para assegurar isso, teríamos de ter dados laboratoriais mais consistentes", fala a professora da Unifesp Nancy Bellei.

Vou aproveitar este espaço para dizer o seguinte, ainda segundo o **Correio Braziliense**:

Quem deve ficar atento [serve para toda a população do Brasil]:

– Pessoas com obesidade mórbida costumam ter menor capacidade de expansão pulmonar e podem ficar com a respiração ainda mais comprometida em casos de infecções pelo vírus A H1N1. O mesmo pode ocorrer com quem tem doenças respiratórias como asma, bronquite e enfisema pulmonar.

– Quem está acima do peso e sofre de diabetes também deve estar no chamado grupo de risco para influenza, segundo os especialistas. A doença compromete o funcionamento do sistema imunológico – o que pode ser um complicador para infectados pela gripe A.

– Doenças renais, distúrbios na tireoide, e tratamentos para o combate ao câncer comprometem as defesas do corpo e podem ser um fator de risco. O mesmo ocorre com os portadores do vírus HIV [os portadores do vírus da Aids], de problemas cardíacos ou de doenças hematológicas, como anemia crônica.

– Idosos, gestantes e crianças menores de dois anos também estão mais suscetíveis à gripe, devido à condição de fragilidade no sistema imunológico.

Então, quero dizer que, embora lamente que doenças que vêm matando sistematicamente mais não tenham a atenção devida, não podemos descuidar dessa questão, que é muito séria. E o Ministério da Saúde, como está dito aqui, subestimou a propagação da doença. Assim como é o caso da Argentina, que também a subestimou, e lá já ocorreram centenas de mortes.

Para finalizar, Senador Mão Santa, também comentei aqui na semana passada que o Ministro Temporão havia “jogado a toalha” no que tange a criar as chamadas instituições públicas com recursos privados. Na verdade, trata-se de um tipo de parceria público privada, que são as fundações estatais com recursos privados também. Então, isso, segundo o Ministro, melhoraria a gestão de dois mil hospitais, além de contar com a rede particular, que se incorporaria a essa questão. O Ministro diz que “o modelo atual é ineficiente, anacrônico e do século passado”.

Senador Papaléo, nós, que defendemos o Sistema Único de Saúde, sabemos que, realmente, a filosofia do Sistema Único de Saúde é perfeita, tanto que universalizou o atendimento, mas a qualidade é péssima. É pior ainda para quem, realmente pobre, precisa de atendimento médico e, depois, do medicamento. É verdade que foi um avanço à época da Constituinte, em 1988, portanto, no século passado mesmo, mas nós temos de mudar esse modelo e começarmos a discutir sobre ela, não é, Senador Papaléo? Aliás, começamos a discussão na Comissão de Assuntos Sociais sobre a questão do Sistema Único de Saúde.

Estou de acordo com o Ministro Temporão. Aliás, esse projeto, Senador Papaléo, foi enviado para a Câmara pelo Governo Federal com a assinatura de seis Ministros. Mas a questão ideológica, principalmente do PT, não tem permitido que esse projeto ande. Por isso eu haver falado que o Ministro Temporão tinha “jogado a toalha”. Parece-me que agora ele reage, e diz:

Não temos outra alternativa, a não ser perseverar na busca de um modelo novo. O modelo atual é ineficiente, anacrônico, do século passado. É preciso criar metas, contratos, permitir pagamento de salários mais adequados e profissionais mais capacitados.

Esse projeto, Senador Papaléo, permitiria, principalmente, a contratação pela CLT, que hoje o SUS impede, inclusive no Programa Saúde da Família. Então, isso dificulta a expansão do atendimento. Nós temos de ser pragmáticos e não ideológicos em uma questão importante como é a saúde.

Eu quero concluir, Senador Mão Santa, pedindo a transcrição das matérias a que fiz referência. E quero

lamentar, de uma ponta, o desperdício de dinheiro em obra desnecessária, como é a reforma do Palácio do Planalto; e, do outro, a falta de recurso na saúde e de atenção e, principalmente, de seriedade no trato de uma causa tão importante e fundamental como é a saúde.

Eu tenho dito, e acho que é uma consciência nacional, que sem a educação não se pode fazer melhoria na qualidade de vida das pessoas, mas sem a saúde ninguém pode fazer nem educação. Como é que uma pessoa doente vai para a escola? Como é que um professor doente dá aula que preste? No Brasil, além de o professor ser mal pago e de o aluno ter uma escola de péssima qualidade, nós temos dinheiro sendo esbanjado em outras coisas, nessa obra do Palácio do Planalto, no PAC... Se formos olhar, a grande maioria dessas obras seria perfeitamente desnecessária no curto prazo. Algumas, sim. É uma questão de estabelecermos prioridades.

V. Ex^a, Senador Mão Santa, sempre estabelece um paralelo entre a ação do cirurgião e a do administrador: tem que haver o pré-operatório, que é o planejamento, o transoperatório, que é a execução, e o pós-operatório, que é a fiscalização de como é que a coisa evolui. Mas, neste Governo, parece-me que nenhuma das três etapas existe para valer.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Permite-me V. Ex^a, Senador Mozarildo...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Antes de concluir, gostaria de ouvir o Senador Papaléo, com muito prazer.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Mozarildo, eu não ia nem fazer uma intervenção, visto que seu pronunciamento foi perfeito no sentido de não deixar dúvida nenhuma a respeito dos temas que V. Ex^a trouxe, complementado pelo aparte do Senador Geraldo Mesquita Júnior. Sobra-me pouco a falar, a não ser reforçar a questão do PAC. Eu estou falando porque, no meu Estado, todas as obras que já estão sendo construídas estão inacabadas há muitos anos mesmo, como a nossa BR que vai de Macapá ao Oiapoque. Está em andamento essa obra há mais de 15 anos e já foi incluída no PAC, assim como o Linhão PAC, e outras obras PAC. Ou seja, pegaram as obras já em andamento e as chamaram de PAC. Mas eu vejo que a questão do PAC foi uma inteligente jogada de **marketing** do Governo, porque, hoje, aonde você vai ouve falar em PAC: PAC, PAC, PAC. E o que é? “Eu não sei, mas é bom.” Por quê? Por causa do massacre das propagandas. Se nós formos fazer uma análise, os recursos liberados não chegam a um décimo do que foi prometido para essas obras do tal do PAC. Então, é um prejuízo tremendo. É

sinal de que o programa foi realmente feito às pressas, sem planejamento. Buscaram tecnocratas para fazer esse programa e acabaram se enrolando todos. Se formos fazer uma análise ou uma auditagem nessa situação, veremos que realmente é um programa falido e que não traz resultados evidentes aos nossos olhos. Quanto à questão da saúde, é realmente uma calamidade. O SUS é maravilhoso em sua filosofia, mas nós temos, pelo menos, 21 anos de Constituição, que foi quando ele surgiu. Então, nesses 21 anos, já deveria ter havido ajustes. O Governo atual está há seis anos e seis meses no poder, já poderia fazer algumas adaptações. É lutarmos a favor de que realmente haja essa melhoria. O SUS não consegue alcançar as necessidades dos hospitais que atendem, justamente porque o preço de reembolso de remuneração é baixíssimo. É humilhante o profissional receber o que o SUS lhe paga por procedimento, bem como a questão de medicamentos e o estado das construções, dos prédios do serviço público. É uma calamidade. Ainda há pouco, um cidadão comum falou: "O senhor viu como é que está a saúde do Rio de Janeiro?". Eu disse: "Olha, isso aí é o retrato da saúde de quase todo o Brasil". O Governo Federal, que assumiu e repassou essa responsabilidade pelo Sistema Único de Saúde, por exemplo, para os prefeitos, deveria ver que a maioria dos prefeitos não tem condições de bancar esse Sistema Único, e os repasses que se fazem para lá são insignificantes. Então, por isso, deve haver, sim, uma mudança, uma adaptação, uma modernização para que nós possamos ter um serviço eficiente, senão vai ficar só na filosofia, vai ficar só na ilusão este belo projeto que foi o Sistema Único de Saúde. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Senador Papaléo, eu quero comentar o aparte de V. Ex^a, primeiro, com relação ao PAC. Na verdade, eu tenho dito aqui que o Presidente Lula é um excelente comunicador. Ele realmente se comunica muito bem, e os assessores dele gostam de fazer jogo com as estatísticas. Eu mostrei aqui, claramente, que ele alardeou – e a imprensa publicou – que houve uma queda na incidência da dengue no Brasil. Mas ele esqueceu de dizer que, no Governo dele, desde o primeiro dia até aqui, a dengue subiu 22% em relação a todo o período do Fernando Henrique Cardoso. Isso é que ele deveria dizer, porque não interessa dizer que, no ano passado, era x e que agora caiu 22%. Quer dizer, ficou menos ruim do que o ano passado.

Essas coisas também se aplicam no caso do PAC. V. Ex^a colocou muito bem: juntaram um monte de obras que já estavam em execução, obras de estatais etc.,

e fizeram um grande pacote chamado PAC, Programa de Aceleração do Crescimento – e que o Senador Mão Santa já batizou aqui de Programa de Aceleração da Candidatura, da candidata dele. Parece que esse é que é o grande objetivo. Há um grande **marketing** de PAC para todo lado e, na verdade, se você andar no Brasil todo, o que encontra é a população ganhando menos, pessoas sendo desempregadas, a cesta básica aumentando. Essa é que é a verdade.

Quanto à saúde, por exemplo, a Emenda nº 29, que garante recursos para a saúde, está na Câmara para ser aprovada. E por que não é aprovada, Senador Papaléo? Porque o Governo não quer; porque o Governo não quer botar mais dinheiro para a saúde. O próprio Presidente Lula já disse. Ele disse, inclusive – eu era Deputado na época –, que na Câmara havia trezentos picaretas e uns poucos que cuidavam dos interesses do País. Pois bem, essa emenda é do interesse do País. Ele tem uma maioria absurda na Câmara e aprova ali tudo o que quer, por que ele não aprova a Emenda nº 29, que, nada mais, nada menos, traduzindo, garante recursos para que o sistema de saúde melhore? Mas nem isso, nem o outro projeto, que cria as fundações estatais para melhorar a saúde, fazendo uma grande parceria.

Realmente, é um Governo que se preocupa muito com a propaganda, sabe realmente fazer boa propaganda. Mas, se você espremer, você vai ver que, na verdade, o que temos é isto: gastos com coisas supérfluas, pouca seriedade no trato com a vida das pessoas e com a saúde das pessoas.

Quero concluir, Senador Mão Santa, dizendo uma coisa: eu lamento que o Presidente Lula e a sua equipe de Ministros entendam que, quando alguém vem aqui apontar dados reais contra a administração dele, é porque nós temos raiva do Lula, porque nós temos inveja do Lula, porque nós temos preocupação em fazer oposição. Meu partido não é de oposição ao Presidente Lula. Mas eu não me vejo preso a conveniências dessa ordem para falar aqui, como médico, o que eu vejo sobre a saúde do meu País; e para, como Senador da República, lamentar que dinheiro seja gasto dessa forma, desnecessariamente.

Reitero o pedido de transcrição de parte dos documentos que aqui li.

Muito obrigado a V. Ex^a.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

FALHA Garagem está em área irregular, segundo o governo de Brasília

Brasil

PALÁCIO DA DISCÓRDIA

Marcada por desentendimentos, reforma do Planalto sobe 150% e corre risco de ser embargada pelo TCU

Claudio Dantas Sequera

Janelas empoeiradas, tapumes e uma cratera com sete metros de profundidade chamam a atenção de quem passa pelo Palácio do Planalto. O edifício símbolo do poder presidencial entrou em reforma há apenas um mês, mas a obra já virou alvo de ações judiciais devido a um pedido de crédito suplementar de R\$ 118,2 milhões e ainda corre risco de ser paralisada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Parte da construção – o estacionamento – foi embargada há uma semana pelo governo do Distrito Federal (GDF) sob a alegação de que o terreno é de propriedade pública. A empreiteira Porto Belo abriu um enorme buraco para construir uma garagem de dois pavimentos, com passagens subterrâneas. O risco de que a reforma descharacterize o conjunto urbanístico da capital, tombado pelo patrimônio histórico, levou o Ministério Público a instaurar um inquérito.

De acordo com a auditoria do TCU, também foram encontradas falhas em documentos técnicos, como ausência de assinatura no laudo da estrutura do Palácio. Ao ser questionado pelo tribunal, o secretário de Administração da Casa Civil, Norberto Temoteo de Queiroz, enviou ofício "urgente" ao escritório de representação do arquiteto Oscar Niemeyer, em Brasília. O arquiteto Carlos Magalhães de Andrade se surpreendeu. "Never vi tamanha desorganização e incompetência." Para ele, muitos dos problemas

VALORES DISPARAM

PREVISÃO
Contrato com a empreiteira Porto Belo tinha orçamento de
R\$ 78,8 milhões

GASTO
Com crédito adicional pedido pelo governo, obra sairá por

R\$ 197 milhões

as discussões em torno da construção de uma torre externa. "Foi preciso o arquiteto Niemeyer solicitar liberdade para projetar. As áreas técnicas em subsolo carecem de revisão. Não há ordem no conjunto", acusa. Para o arquiteto, a "intermediação" da Coordenação de Engenharia "acabou sendo prejudicial ao atendimento dos prazos contratuais". "O projeto de restauração conseguiu sem um programa arquitetônico definido", diz. Segundo o arquiteto, após a entrega do projeto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em dezembro, o escritório de Niemeyer foi alijado das discussões.

"Temos medo de que essa corrida para atender prazos comprometa a execução da reforma", diz Magalhães, em referência ao desejo do presidente Lula de ver a reforma concluída no aniversário de Brasília, em abril. Temoteo disse que todas as demandas do TCU têm sido atendidas e que encaminhou o laudo de estrutura assinado e as licenças de canteiro. Sobre o embargo, apresentou ao GDF a escritura do terreno e um relatório do próprio governo distrital, de 1990, atestando a propriedade da área. Em meio à confusão, a Presidência encaminhou sem muito alarde ao Congresso Nacional um pedido de crédito especial de R\$ 118,2 milhões, o que turbinará o custo da obra em 150%, sendo que o valor do contrato assinado com a construtora Porto Belo foi de R\$ 78,8 milhões. Sobre os R\$ 118,2 milhões, a Casa Civil alega que foi "uma reserva feita antes da licitação". Mas o pedido de abertura do crédito é de 17 de junho, portanto posterior ao contrato com a Porto Belo, com data de 28 de maio.

O risco da explosão dos gastos públicos

Próximo presidente, seja quem for, terá herança preocupante devido à elevação de despesas

Regina Alvarez

BRASÍLIA

O próximo presidente da República tem motivos para se preocupar, seja qual for a sua filiação partidária. Na visão de economistas ouvidos pelo GLOBO, a expansão dos gastos correntes no segundo mandato do governo Lula, combinada com a retração da economia pós-crise global, deixará como herança para o próximo governo um quadro fiscal muito difícil, com Orçamento engessado por compromissos assumidos pelo governo atual, sem espaço para ampliar os investimentos em infraestrutura e com risco real de desordenamento das contas públicas.

O economista Geraldo Biasoto Jr., professor da Unicamp e diretor-executivo da Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap), ligada ao governo de São Paulo, contabilizou, em estudo recente, as despesas já contratadas pelo atual governo que terão impacto no Orçamento de 2010, chegando a um resultado surpreendente. Por esses cálculos, o superávit fiscal de R\$ 71,4 bilhões nas contas públicas do governo federal em 2008 evoluirá para um déficit de R\$ 2,1 bilhões no ano que vem.

Esse cálculo inclui os reajustes concedidos ao funcionalismo no ano passado — que terão impacto no Orçamento até 2012 — mais o custo fiscal de decisões do governo na área social, como a expansão do programa Bolsa Família; na área de educação; e a política adotada para o reajuste do salário mínimo, com ganhos reais cumulativos até 2023.

Em 2010, o Bolsa Família atenderá 13 milhões de famílias; hoje são pouco mais de 11 milhões. Além de ampliar o

número de beneficiados, o governo aumentou o valor pago e também a renda per capita daqueles que poderão ser atendidos pelo programa.

Na área social, mais R\$ 20 bilhões

• Só o impacto das decisões na área social resultará num acréscimo de R\$ 20,2 bilhões ao custeio da máquina governamental em 2010, estima o economista, sem considerar os gastos com pessoal. Nesse caso, o crescimento líquido das despesas é de R\$ 31,1 bilhões, na comparação de 2008 com 2010, já descontada a contribuição previdenciária dos servidores, que não tem impacto sobre o déficit público.

“Os dois movimentos — aumento dos gastos com pessoal e na área social — apontam para a fixação do gasto corrente do governo em um patamar muito superior ao vigente durante a década. Essa ampliação do gasto federal vinha sendo facilitada pelo comportamento das receitas de tributos e contribuições (...)", diz o estudo.

— A partir da crise, as condições de sustentação das novas obrigações federais podem significar danos de grande monta à sustentabilidade da política fiscal — prevê Biasoto.

Essa opinião é compartilhada pelo economista Alexandre Marinis, sócio da consultoria Mosalco Economia Política, que acompanha as contas públicas. Ele alerta para as armadilhas que a atual política fiscal representa para o próximo governo.

— Tenho pena do próximo presidente que administrará as contas públicas. Seja quem for, terá de desarmar várias bombas-relógio montadas pelo governo atual — afirma. — Não há como sustentar o aumento dos gastos com a economia desacelerada. A dificuldade de gestão de caixa será substancial, e a rigidez do Orçamento muito maior para gerar investimentos.

A professora Margarida Gutierrez, do Instituto Coppead de Administração da UFRJ, considera que a grande herança ruim que será deixada para o próximo governo é um orçamento muito mais rígido, sem espaço para a ampliação dos investimentos, já que muitas das despesas apresentadas pelo governo como anticíclicas para combater a crise são permanentes, como os gastos com pessoal.

— Política anticíclica não se faz

com gasto obrigatório. O próximo presidente vai ter um problema bem grande para resolver. O Orçamento dos próximos anos está engessado com gastos obrigatórios. Muito melhor seria se tivéssemos aumentado os investimentos. Haveria repercussão na cadeia de produção e não apenas num setor. Os efeitos são muito maiores, o estímulo muito maior — afirma Margarida.

Na visão da economista, o padrão de gasto do governo é muito ruim e piorou mais este ano.

— O governo concentrou a política fiscal anticíclica em aumentos de salários e benefícios. A sociedade paga impostos, e o governo gasta com pessoal. Isso é muito diferente do que seria a função do governo de provedor de serviços de uso coletivo, como saúde, educação, investimentos em infraestrutura.

O economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, também está pessimista em relação ao futuro da política fiscal. Ele prevê um aumento da dívida em relação ao PIB, que se manteria no próximo mandato, a despeito da queda dos juros. E também critica a política anticíclica baseada em gastos de pessoal e custeio.

— É a irresponsabilidade fiscal sob o manto da política anticíclica. A conta maior será transferida para o próximo governante, seja ele quem for — afirma Velloso.

O secretário Sérgio Cortês está cuidando disso — completou o prefeito.

Várias escolas particulares que tiveram casos de gripe suína entre os estudantes adotaram uma estratégia diferente. O Colégio Santo Inácio, em Botafogo, suspendeu as aulas por uma semana após a confirmação de que dois estudantes tinham contrairado a doença. Outras escolas resolveram antecipar as férias para evitar a disseminação do vírus.

— Para o infectologista Edmilson Migowski, da UFRJ, a partir de agora, são maiores as chances de ocorrência de casos graves ou letais da gripe no país, com a possível diminuição da doença entre pessoas mais humildes.

— A probabilidade de contágio aumentou, pois há indícios de que o vírus esteja circulando entre a população que vive mais aglomerada e que usa muito o transporte coletivo. Em ambientes confinados, o vírus tem capaci-

dade de contaminar 74% das pessoas que estão no local — alertou Migowski, que advertiu para o risco de uma epidemia em áreas de maior densidade populacional, como Rocinha e Vila Madalena.

O infectologista Alberto Chebabo, do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, da UFRJ, no entanto, diz que não há motivo para pânico. Ele esclareceu que a contaminação acontece se houver o contato direto ou indireto com portadores do vírus H1N1 — por isso as OMS recomenda um período de quarentena de, no mínimo, sete dias. O problema, afirmou Chebabo, é que o doente pode não saber que

está contaminado, pois os sintomas demoram de dois a três dias para aparecer.

— Pode acontecer de a pessoa estar doente e não sentir, pois o período de incubação do vírus, entre o momento do contágio até o aparecimento dos sintomas, leva até três dias. Ela não fa-

rá quarentena e poderá contaminar pessoas ao redor — afirma Chebabo.

Dados do Ministério da Saúde revelam que, até sexta-feira, 1.027 casos foram confirmados no Brasil, sendo dois óbitos — um caminhoneiro de 29 anos, no Rio Grande do Sul, e uma menina de 11 anos em São Paulo. De acordo com a assessoria da Fiocruz, das 1.447 coletas de mucosa feitas entre abril e o início de julho deste ano, 29% deram positivo para o vírus da gripe suína. Outras 21% detectaram gripe comum, e as 50% restantes deram negativo para ambas as gripes.

Contágio é mais fácil em casas com crianças

A morte da menina de 11 anos em Osasco, na Grande São Paulo, atraiu a atenção das famílias para o contágio da gripe dentro de casa. Segundo Edmilson Migowski, o risco de contaminação é maior para adultos que vivem com crianças, como foi o caso dos pais, do irmão, de três primos e da avó de 75 anos da menina, que tiveram as suspeitas da doença confirmadas.

— Em lares com crianças em idade escolar, a probabilidade de contaminação de adultos é mais do que o dobro de outras residências — diz o infectologista. ■



Em ambientes confinados, o vírus tem capacidade de contaminar 74% das pessoas que estão no local

**Edmilson Migowski,
infectologista**

Uma saída para melhorar a gestão de 2 mil hospitais

Temporão: 'Modelo atual é ineficiente, anacrônico e do século passado'

Demétrio Weber e Letícia Lins

BRASÍLIA e RECIFE

Sob forte resistência da bancada governista, incluindo parlamentares do PT, a criação de fundações estatais de direito privado poderia servir para modernizar o modelo de gestão de 2 mil dos 5 mil hospitais públicos vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS). A estimativa é do Ministério da Saúde que, mesmo diante das críticas de sindicatos ao projeto, continua acreditando que estados e municípios vão aderir ao novo modelo.

O ministério informa que cinco estados já têm legislação que permite o funcionamento de hospitais como fundações de direito privado: Rio de Janeiro, Acre, Bahia, Pernambuco e Sergipe. A fundação estatal dá liberdade ao gestor para contratar funcionários pelo regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), cobrar melhor desempenho e demitir em caso de des cumprimento de metas de qualidade.

Na última semana, assessores do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, chegaram a anunciar, em reunião no Conselho Nacional de Saúde, que o ministério iria desistir de aprovar a proposta no Congresso Nacional. Os sindicalistas comemoraram. Mas Temporão avisou que mantém a luta pelo projeto, embora reconheça a dificuldade de aprová-lo.

— Não temos alternativa, a não ser perseverar na busca de um modelo novo. O modelo atual é ineficiente, anacrônico e do século passado. É preciso criar metas, contratos, permitir pagamento de salários mais adequados e profissionais mais capacitados — disse Temporão.

O professor Pedro Barbosa, pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), alerta que a criação de fundações não tem a ver com privatização do sistema de saúde. Ele diz que falta clareza no debate sobre o projeto de lei complementar do governo, cuja votação está em perrada na Câmara.

"Uma confusão tem gerado a resistência"

• A proposta do governo prevê a criação de fundações públicas de direito privado para gerir atividades em diversas áreas, como saúde, assistência social e cultura. Diferentemente do que ocorre na administração direta, as fundações de direito privado podem contratar pessoal pela CLT (mediante concurso), estabelecer metas de gestão e demitir funcionários (após processo administrativo).

— O fato de ser direito privado não significa, em hipótese alguma, privatização. A norma constitucional permite a existência de empresas estatais, como a Petrobras e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O direito privado significa flexibilidade administrativa, sem eliminar a propriedade pública — diz Barbosa. — Aí reside boa parte da confusão que tem gerado resistência, como se o governo estivesse fazendo algum movimento de privatização.

Segundo o pesquisador, grandes hospitais públicos driblam a burocracia da administração federal. Fazem isso por meio de fundações de apoio. Assim, conseguem agilidade para contratar profissionais temporários ou comprar equipamentos, sem se submeter a prazos e exigências legais que, embora destinados a colher desvios, emperram a máquina pública.

— O foco deve ser a qualidade do serviço, o volume de produção, o cidadão enquanto cliente — diz Barbosa, contando que a Fiocruz recorreu a uma fundação de apoio para contratar temporários e aumentar a produção de vacinas contra a febre amarela, no ano passado.

O presidente do Conselho Nacional de Saúde, Francisco Batista, concorda que é preciso melhorar a gestão dos hospitais. Mas ataca a proposta:

— É absolutamente inconstitucional. Ao invés de se contrapor aos maiores

graves problemas de gestão existentes, ela fortalece esses problemas. Os serviços de saúde sofrem muito pelas indicações políticas nos cargos de comando. Já temos informações de grupos políticos disputando a direção de fundações. Hoje, essas pessoas esbarram em limites da legislação e têm que se submeter a licitações.

Mas a iniciativa de criar entidades que teriam por objetivo modernizar a gestão da rede pública de saúde não enfrenta dificuldades só na esfera federal. Em Pernambuco, o governo do estado conseguiu aprovação de legislação semelhante, mas até o momento ainda não pôde colocá-la em prática, porque a lei está sendo contestada na Justiça por entidades como o Sindicato dos Médicos de Pernambuco e o Sindicato de Servidores Estaduais de Saúde.

São duas as leis pernambucanas já aprovadas. A Lei Complementar 126, de 29 de agosto de 2008, autoriza a criação de fundações para administrar os hospitais do estado. A Lei ordinária 13.537, de 12 de setembro de 2008, criá a Fundação Estadual de Assistência Hospitalar Josué de Castro — uma fundação pública com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos.

Inicialmente, a Josué de Castro iria administrar o Hospital da Restauração, a maior emergência construída pelo estado, hoje administrada em conjunto com o SUS. O Hospital da Restauração tem 3 mil servidores e 723 leitos. Registra 1,3 mil internações mensais, com 70 cirurgias. Além disso, faz por mês 10 mil atendimentos emergenciais e 13 mil ambulatoriais. A estrutura, no entanto,

se revela insuficiente para o excesso de demanda. Há dias que o HR tem pacientes espalhados em macas, em cadeiras e até pelo chão.

O advogado dos dois sindicatos, Mauro Feitosa, entrou com ação declaratória de constitucionalidade da Complementar 126 junto ao Tribunal de Justiça de Pernambuco. Segundo o advogado, a Constituição estadual determina que a saúde deve ser prestada diretamente pelo estado, complementada por entidades

privadas (clínicas e hospitais conveniados pelo SUS) e suplementada por planos (privados) de saúde.

As duas leis foram precedidas por uma série de protestos que incluíram greve de nove dias dos servidores estaduais de saúde. A presidente do sindicato, Perpétua Rodrigues, diz qual é o medo dos trabalhadores:

— Os trabalhadores temem ser regidos pelo regime celetista. Atualmente eles são estatutários, os que lhes garante maior estabilidade. ■

Aqui não é como se a gente fosse cachorro', diz paciente

Mais agilidade e menor custo são marcas da gestão de organizações sociais em São Paulo

Flávio Freire

• SÃO PAULO. A doméstica Alessandra de Oliveira Silva não pensou duas vezes antes de decidir o local onde nasceria Arthur, seu segundo filho. Moradora da Vila Campo Grande, na periferia de São Paulo, ela optou por um parto normal no Hospital Geral de Pedreira, um dos primeiros no estado a ser administrado por uma Organização Social (OS). Assim como ela, moradores da região lotam a unidade em busca de um serviço considerado de excelência, nos padrões do Sistema Único de Saúde (SUS).

Desde 1998, parte do sistema de saúde no estado de São Paulo — hoje, 33 dos 72 hospitais em funcionamento — passou a ser gerido pelo setor privado, o que tem melhorado o serviço aos usuários, segundo estatísticas do governo.

O último levantamento da Secretaria estadual de Saúde, de 2006, apontou que os hospitais gerenciados por organizações sociais atendem a 25% mais pacientes e gastam 10% menos na comparação com as unidades de administração direta.

— Só fiquei tranquila quando engravidé de novo porque sabia que o tratamento aqui seria muito bom. Aqui não é como se a gente fosse um cachorro — disse Alessandra. Há anos ela frequenta o Hospital Pedreira, que, em 2009, tem orçamento de R\$ 92 milhões.

Aos poucos, o orçamento público começa a ser repartido com as organizações sociais. Os hospitais da administração direta receberam este ano R\$ 1,8 bilhão; os que estão sob

gestão das OSs, R\$ 1,5 bilhão.

— Enquanto se demora até seis meses para trocar um tomógrafo quebrado, por exemplo, aqui podemos resolver isso da noite para o dia. E temos mais facilidade para negociar preços — diz o diretor do hospital, Cid Pinheiro.

Embora ainda seja comum encontrar salas de recepção lotadas, unidades hospitalares administradas por OSs vêm apresentando melhorias significativas em relação a atendimento, marcação de consultas e realização de cirurgias.

Desde 2007, unidades de saúde da cidade de São Paulo também passaram às mãos das OSs. Numa análise comparativa dos serviços, as unidades privadas estão na frente. Num dos hospitais municipais, o Menino Jesus, foram registradas, de janeiro a abril de 2008, 13.634 internações e 1.083 cirurgias. No mesmo período deste ano, os números saltaram para 16.224 internações e 1.306 cirurgias.

Na rede estadual, a decisão em entregar hospitais para as OSs foi tomada no governo Mário Covas (PSDB). Diferentemente do que acontece na rede municipal, o governo do estado só pode administrar hospitais por meio de organizações sociais. Quinze obras inacabadas só saíram do papel porque OSs assumiram o controle.

— A nossa principal meta é fortalecer o SUS — diz o secretário municipal de Saúde, Jamúrio Montone, rebatendo a tese de que o modelo aca-

ba com a transparência do serviço público, já que contratação de funcionários e compras de equipamentos não dependem de licitações.

Autoridades avaliam que o serviço melhora porque hospitais geridos por OSs não dependem de funcionários públicos. Enquanto o salário pago a um médico na administração direta é, em média, de R\$ 30 por hora, as OSs desembolsam até R\$ 60.

— Hoje, é inegável que o modelo é superior ao oferecido pela rede pública — diz o coordenador de OSs do governo paulista, Márcio Cidade.

Um repórter do GLOBO visitou o Hospital Geral de Pedreira. Além das instalações, chamou a atenção o atendimento dos funcionários. A infra-estrutura e o número de médicos de plantão também parecem superiores em relação ao serviço público. Segundo o diretor do hospital, Cid Pinheiro, funcionários celetistas são destacados principalmente para departamento de grande demanda, como o Pronto-Socorro.

— O PS é um local onde os funcionários e os médicos não podem ter um ritmo lento — diz Pinheiro.

Especialistas temem epidemia de gripe suína

Prévio caso da doença em escola pública gera temor de que vírus, ao afetar mais pobres, se dissemine facilmente

Luisa Pontes e
Luiz Ernesto Magalhães

• A confirmação do primeiro caso de gripe suína numa escola da rede pública de ensino, em Bangu, no último sábado, acendeu o alerta vermelho para o risco de uma epidemia no Rio. A preocupação é que a doença, antes restrita às classes mais altas, se dissemine com mais rápi-

de ao atingir a população de baixa renda. Ontem, o prefeito Eduardo Paes garantiu que tem um plano de contingência para um possível surto da doença.

— Há um conjunto de procedimentos definidos pelas secretarias da Saúde do Estado e do Município e pelo Ministério da Saúde. É um padrão de conduta que vai ser seguido caso haja necessidade — declarou Paes.

Escolas da prefeitura não vão antecipar ferias

Apesar da confirmação da doença numa aluna da rede pública, o prefeito disse que o calendário escolar não sofrerá alterações. A semana de ferias prevista para o final do mês está mantida. A menina contagiada estava na Escola Municipal Waldyr Azevedo Franco.

— As aulas seguem normalmente. A aluna foi isolada dos demais colegas e ficará em casa nos próximos dias.

Governo subestima propagação da doença

» DIEGO MORAES

Amorte de uma menina de 11 anos em Osasco (SP) que contraiu influenza A, conhecida como gripe suína, levantou dúvidas sobre a circulação do vírus H1N1 no país. O governo nega que haja transmissão sustentada em território brasileiro, quando a doença é contraída no país. Mas especialistas ouvidos pelo Correio avaliam que não é possível assegurar isso com tanta certeza. E dizem que o Ministério da Saúde se precipitou ao determinar que os exames em laboratório para confirmar a infecção sejam feitos apenas em pacientes com sintomas graves ou por amostragem.

A garota, que morreu em 30 de junho por complicações da nova gripe, não viajou para o exterior. A família diz que ela não conhecia ninguém que havia contraído a doença. Os pais e um irmão da garota também foram infectados pelo novo vírus.

A infectologista e professora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) Nancy Bellei afirma que a situação precisa ser vista com cautela. "Concordo que não é suficiente para dizer que temos transmissão sustentada. Mas não concordo que é possível garantir que não temos. Para assegurar isso, teríamos que ter dados laboratoriais mais consistentes. Precisaríamos estar coletando muito mais amostras, o que não estamos fazendo neste momento. Esse episódio pode sim ser a ponta de um iceberg", avalia.

Integrante do comitê de acompanhamento da Influenza A da Sociedade Brasileira de Infectologia, Nancy diz que o Ministério da Saúde adotou cedo demais a estratégia de realizar os exames laboratoriais para confirmar a doença. No início do alerta para a epidemia, o teste era feito em todos os casos suspeitos. "É uma

medida que iria acontecer num dado momento. Mas deveria ter passado por uma etapa intermediária: fazer em alguns casos leves para ter um quadro epidemiológico mais detalhado."

O infectologista Stefan Cunha Uivari vai além e afirma que o procedimento do ministério pode comprometer a constatação sobre a circulação sustentada do vírus ou não. "É preciso primeiramente ter essa certeza para, afim, não fazer mais exames. Tudo leva a crer que o vírus começou a circular, como ocorre com qualquer outro vírus", afirma.

O secretário de Vigilância em Saúde do ministério, Gerson Pena, rebate as afirmações. Doutor em medicina tropical, ele diz que o órgão levou em conta critérios técnicos e recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). "O mais importante é fazer os exames nos casos graves, em que pode haver mutação do vírus", avisa.

Em risco

“Não é suficiente para dizer que temos transmissão sustentada ou não. Para assegurar isso, teríamos que ter dados laboratoriais mais consistentes”

Nancy Bellei,
professora da Unifesp

Médicos afirmam que pessoas com obesidade mórbida podem ter complicações caso sejam contaminadas pelo vírus. De acordo com o infectologista Artur Timerman, o tratamento desses pacientes exige cuidados redobrados.

— Elas têm maior dificuldade do movimento respiratório. Qualquer processo que impeça o fluxo natural de ar e a eliminação de secreções certamente causa uma complicação maior, afirma. A OMS está atenta a isso e analisando dados estatísticos na América do Norte e na Europa para avaliar se a obesidade pode ser um fator de risco para a gripe A.

» Pessoas com obesidade mórbida costumam ter menor capacidade de expansão pulmonar e podem ficar com a respiração ainda mais comprometida em caso de infecção pelo vírus A H1N1. O mesmo pode ocorrer com quem tem doenças respiratórias como asma, bronquite e enfisema pulmonar.

» Quem está acima do peso e sofre de diabetes também deve estar no chamado grupo de risco para influenza, segundo os especialistas. A doença compromete o funcionamento do sistema imunológico — o que pode ser um complicador para infectados pela gripe A.

» Doenças renais, distúrbios na tireoide, e tratamentos para o combate ao câncer: comprometem as defesas do corpo e podem ser um fator de risco. O mesmo ocorre com portadores do vírus HIV, de problemas cardíacos ou de doenças hematológicas, como anemia crônica.

» Idosos, gestantes e crianças menores de dois anos também estão mais suscetíveis à gripe, devido à condição de fragilidade no sistema imunológico.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Esse foi o Senador Mozarildo Cavalcanti, que representa o PTB e o Estado de Roraima, advertindo o Governo, o Poder Executivo, através do Presidente Luiz Inácio, dos gastos sem prioridade. O exemplo que S. Ex^a citou foi uma desnecessária reforma no Palácio do Governo, que daria para fazer milhares de casas populares, bem como a precariedade do sistema de saúde do Brasil.

Há uma correspondência que chegou à Mesa da Secretaria que dirijo. É a manifestação do Presidente Fernando Henrique Cardoso sobre a Fundação José Sarney. Fernando Henrique Cardoso, sem dúvida nenhuma, é um estadista deste País, um homem acreditado pelo seu saber em todo o mundo.

Diz S. Ex^a:

“Um País e uma Nação se formam com muitos elementos. Um deles é a memória, é saber o que aconteceu. Nesse sentido, as bibliotecas presidenciais são fundamentais e eu ‘acho’ que o que aconteceu no caso do Brasil, feito pelo Presidente Sarney, foi muito importante. Talvez foi ele o primeiro Presidente que tenha juntado seu material e tenha preservado a memória do seu Governo. Memória não é para fazer auto-elogo. Memória é para que os outros, depois, possam estudar, possam ver o que aconteceu, para que realmente se recupere uma dimensão que é importante na formação do País e que permite uma visão mais adequada, até mesmo uma expectativa de futuro.

Não foram muitos os Presidentes que guardaram documentos, e menos ainda os que fizeram disso alguma coisa acessível demais. Aí, no Convento das Mercês, foi o que aconteceu. Eu acho muito importante, porque eu visitei, eu conheço a Biblioteca do Presidente Sarney. Agora estou tentando organizar uma biblioteca presidencial aqui em São Paulo.

Outros Presidentes deixaram seus documentos aos cuidados de outras instituições. Eu acho que é muito importante que haja essa preservação. Eu visitei algumas bibliotecas presidenciais e mandei uma assessora minha visitar muitas bibliotecas no mundo afora. É algo que é difícil fazer e quando é feito deve ser aplaudido, deve ser mantido e deve ser preservado.

Gostaria de dar minha palavra não apenas de solidariedade ao Presidente Sarney, mas, mais do que isso, da importância para

o Brasil da memória dos Presidentes, e nesse caso, especificamente, da biblioteca e da fundação que o Presidente Sarney organizou e que hoje é patrimônio nacional e deve ser preservada.”

Essas são as palavras e a manifestação do Presidente Fernando Henrique Cardoso sobre a Fundação José Sarney.

Há oradores inscritos.

O orador seguinte é o Senador Geraldo Mesquita, mas S. Ex^a cedeu para o Senador Papaléo Paes.

Estas sessões de segunda-feira são para que os Senadores da República manifestem suas teses e os reclamos da população ao País. E aqui, não tendo nada a votar nas segundas-feiras, S. Ex^as podem defender suas teses com maior tempo. É necessário dizer que Rui Barbosa fez discurso, neste Plenário, de quatro horas. Ali ele está, como patrono. E eu recebi um e-mail dizendo – está vendo, Mozarildo, como é positiva a TV e a Rádio Senado? – que Carlos Lacerda fez um de seis horas. E eu informaria que Paulo Brossard era useiro em discursar por três horas, e talvez tenha sido tão importante, que S. Ex^a foi um dos ícones da derrocada do poder ditatorial no Brasil.

Convidamos Papaléo Paes para usar da palavra pelo tempo que achar conveniente. Papaléo Paes representa o Amapá. S. Ex^a representa também a classe médica. E pela admiração no exercício da sua profissão, o povo o fez prefeito e, de prefeito, satisfeito com a sua administração, mandou representá-lo aqui, com a grandeza dele e do Estado.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr. Senador Mozarildo, quero, mais uma vez, dizer que V. Ex^a fez um pronunciamento que realmente expressa aquilo para o que precisamos estar atentos, sobre essas questões do Executivo, que são muito sérias, questões que vão passando, e para as quais se dá pouca importância, pouco lemos nos jornais, como no caso da matéria que V. Ex^a viu na revista **IstoÉ** e em mais um jornal, dando notícia de um termo aditivo em uma obra de R\$78 milhões. Para reformar o Palácio do Planalto, pede-se um termo aditivo de ...

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – De R\$118 milhões.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – De R\$118 milhões. Isso foge a qualquer lei da construção civil no sentido de aditamento de valores. E eu não sei que obra estão fazendo com quase R\$200 milhões. Outro dia, queriam construir uma passarela aqui, e foi o maior escândalo nesta Casa, feito por nós mesmos aqui.

Então, eu não quero nivelar por baixo, absolutamente, mas quero chamar a atenção, visto que a opi-

nião pública fica... Já há essa antipatia pelos políticos. Já existe naturalmente e não é de hoje. Já há uma tentativa de fazer com que as pessoas desacreditem nos políticos mesmo. Por quê? Isso é tudo programado, tudo calculado. Quanto mais se desacredita nos políticos, mais aquelas pessoas do bem, pessoas que poderiam assumir cargos importantes e começar um movimento de reformulação desse espírito do exercício da cidadania, em que o representante do povo é parte importante, mais essas pessoas se afastam da política.

Então, fica para quem? Para aqueles que precisam do mandato para se proteger, para se escudar, que precisam do mandato para fazer seu pé-de-meia, que precisam do mandato para fazer corrupção, para vender seu voto. Na maioria, vão ficando os maus representantes do povo.

Senador Mozarildo, estou chamando a atenção porque, quando vamos votar em alguém, ninguém conhece o passado desse alguém. E não se pode dizer que, porque é político, é safado, é sem-vergonha. Absolutamente. Ele não fica safado e sem-vergonha aqui não. Ele já vem safado e sem-vergonha. Porque ele sabe muito bem, em um palanque, enganar o povo, sabe muito bem trapacear, sabe muito bem o objetivo dele. E aqueles que vêm para cá para defender suas idéias, seus ideais, suas teses e que têm bom berço, que tiveram uma família bem estruturada para lhes dar uma boa orientação, que receberam sempre bons exemplos, esses serão bons políticos. Mas, infelizmente, esses aí ficam escondidos. Sempre o fanfarrão aparece muito mais. E, lamentavelmente, a gente vê que, a cada dia, vai se perdendo o estímulo para vir para cá lutar por aqueles que nos elegeram.

E nós, V. Ex^a, Senador Mozarildo, que não é político profissional, V. Ex^a, Senador Mão Santa, da mesma forma, que entrou na política por acaso, como eu entrei, não fomos para banco de escola de partido para aprender como é que se deve fazer. Não, nós viemos para cá com aquilo que a medicina nos ensinou, pelo nosso relacionamento médico-paciente.

Então, há três médicos aqui. Três médicos – porque eu me acho na responsabilidade, como V. Ex^a, Senador Mão Santa, de, todas as segundas-feiras, estar aqui. Nós nos achamos com a responsabilidade de estar respondendo pelo lado social. Nossa preocupação é muito pelo lado social, e vejo que a nossa doutrinação de médicos nos impõe o respeito ao povo, impõe-nos o respeito aos que são menos favorecido socialmente, impõe-nos o respeito àqueles que nos elegem. Senador Mão Santa, gosto de repetir isto, que as pessoas sempre dizem: quantos milhões se vão gastar numa campanha?

Outro dia estava aqui o presidente dos mototaxistas do Amapá; estava aqui presente, contando para outros mototaxistas, nos corredores, como era a minha campanha. Havia outro candidato a Deputado Estadual, no outro quarteirão. À porta de casa não ia ninguém, mas, lá na do outro, eram dezenas, centenas de pessoas, que, naturalmente, poderiam estar sendo enganadas. Fui eleito o Senador mais votado do Amapá, com mais votos do que o Governador que tinha acabado de sair do Governo; e eu estava fora da política há seis anos – fui Prefeito e depois resolvi abandonar e ficar só na minha atividade profissional de médico, porque sou médico militar.

Então, Senador Mozarildo, vejo que o seu discurso foi extremamente importante. Não podemos ficar aqui impossibilitados, por questões partidárias ou por manobras de Governo, de dar a nossa opinião. Não deixo de dar a minha opinião, não. A minha opinião é o que coletei junto aos meus eleitores, com as pessoas com quem convivo lá no meu Estado; trago para cá e dou a minha opinião.

Para o ano há uma eleição, vou tentar a minha reeleição. Se o povo achou que fui bem aqui, vai me fazer voltar; senão, o que posso fazer?

Tenho a minha atividade médica, sou funcionário público federal, por isso não me submeto a muitas coisas a que aqueles que fazem da política partidária uma profissão – quer dizer, se não tivessem esse emprego, perderiam o salário – se submetem.

Então, são essas considerações. Às vezes temos vontade de desabafar, e aproveito esta oportunidade, considerando que estão aqui três médicos. O Senador Geraldo Mesquita também estava presente, já está retornando. Realmente, temos em nossa consciência esse dever.

Mas, Sr. Presidente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a repartição da rede nacional de saneamento básico do País é extremamente desigual e coloca em evidência as profundas desigualdades regionais que caracterizam o nosso desenvolvimento.

Cerca de 64,1% dos domicílios brasileiros possuem o que o IBGE chama de saneamento adequado. Todavia, a má distribuição da água encanada, dos esgotos sanitários, das fossas sépticas, da coleta e do tratamento correto do lixo coloca o Brasil em posição desconfortável nas estatísticas da Organização das Nações Unidas. Por outro lado, elas destacam igualmente as deficiências de nossa política social, que não se mostra capaz de universalizar a oferta desses equipamentos.

O IBGE assinala que as disparidades regionais do Brasil se acentuam, quando o rendimento per ca-

pita do domicílio é relacionado aos serviços de saneamento. Assim, as casas miseráveis de São Paulo, por exemplo, são melhores que as do Norte e Nordeste do País, cujas condições de habitação são extremamente precárias.

Segundo dados de 2005, divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios apenas 6,7% dos domicílios existentes na Região Norte, Senador Mão Santa, com renda **per capita** de até meio salário-mínimo, tinham acesso ao saneamento classificado como adequado. Na faixa de renda *per capita* de mais de cinco salários-mínimos, 28,5% dos domicílios estavam ligados a esse serviço de utilidade pública. De uma maneira geral, no que se refere aos domicílios existentes nos Estados do Amapá e Rondônia, somente 5% e 5,1% deles, respectivamente, estavam ligados à rede de saneamento.

Em contrapartida, na Região Sudeste, 71,5% dos domicílios situados na faixa de renda **per capita** de até meio salário-mínimo estavam ligados ao sistema de saneamento, e cerca de 97% dos que se situavam na faixa de mais de cinco salários-mínimos gozavam do mesmo benefício. Aí vemos o tremendo disparate entre o País mais adiantado, mais rico, e o País mais pobre, ou seja, o Sul/Sudeste e o Norte/Nordeste.

Por outro lado, em 2007, mais de 90% da população urbana do Sudeste tinha acesso ao saneamento básico. No entanto, a Região Norte apareceu com os piores índices do País. Como podemos verificar, as disparidades são grandes no interior de cada região e maiores ainda entre as duas regiões citadas, que apresentam níveis de desenvolvimento econômico e social muito desproporcionais.

Convém acrescentar que a mesma realidade caracteriza o conjunto do País. A título de exemplo, em toda Região Norte, apenas 11,5% dos domicílios estão ligados à rede de saneamento básico – 11,5% no Norte! –, contra 90% só em São Paulo. Segundo a PNAD, o acesso ao saneamento na Região Norte do Brasil é inferior ao de Burkina Faso, com 12%, ao de Níger, com 12%, e ao de Guiné, com 13%, países africanos que se enquadram entre os mais pobres do mundo.

No final de 2008, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou números mais atualizados da Pnad, colhidos em 2007. Em relação à Região Norte, os indicadores mostraram que, entre 1992 e 2007, a melhoria na distribuição do saneamento básico, dos serviços de água e de coleta de lixo foi tímida. Apenas 63,2% da população urbana colhiam os benefícios desses serviços naquele período. Segundo esse levantamento, mais de 54 milhões de brasileiros viviam em residências sem infraestrutura, consideradas pelo

Ipea como unidades habitacionais inadequadas. Nas áreas rurais do País, somente 23,7% das pessoas tinham acesso à água canalizada de rede geral.

Na avaliação do Ipea, moradias inadequadas são basicamente aquelas que não dispõem de rede coletora de esgoto ou fossa séptica, não possuem acesso à água canalizada, são localizadas em áreas de favelas ou em locais de alto risco de acidentes, apresentam irregularidades fundiárias, situam-se em zonas de grande concentração populacional, abrigam mais de três pessoas por dormitório, são construídas com materiais de baixa qualidade, não dispõem de banheiros e de outros equipamentos domésticos elementares como pias e instalações elétricas convenientes.

De acordo com o Instituto, em 2007, unicamente nas regiões urbanas do País, cerca de 25% dos brasileiros habitavam nessas condições que podem ser consideradas como abaixo do nível da pobreza.

No quesito “adensamento excessivo por unidade habitacional”, o maior índice foi registrado na Região Norte, com 15,3%, e o menor na Região Sul, com 3,99%,

Sr. Presidente, os dados que acabei de apresentar mostram que temos um sério déficit de acesso a serviços de saneamento básico. Sem dúvida, tal realidade prejudica enormemente as metas desejadas de desenvolvimento, compromete a imagem do País no exterior e impede que o Brasil assuma um papel de maior importância e seriedade no cenário mundial.

Além de tudo, as condições inadequadas de saneamento básico são altamente prejudiciais às políticas de saúde pública, oneram os seus custos, degradam o meio ambiente e favorecem a proliferação de doenças que se desenvolvem basicamente em locais onde as condições de higiene e de infraestrutura são deficientes.

É importante destacar, Sr. Presidente, que cerca de 80% das doenças e 65% das internações hospitalares no País estão correlacionadas com a falta de saneamento básico e com a sua má distribuição.

Por outro lado, alguns estudos mostram que cada real investido em saneamento básico gera R\$2,50 de economia em saúde pública.

De acordo com diversos especialistas em políticas públicas, as disparidades de acesso e o déficit de serviços de saneamento básico no Brasil estão diretamente relacionados com o perfil de renda dos consumidores, ou seja, com a precária situação econômica em que vive a maioria da população brasileira e com a existência de economias de escala e de densidade do setor. Segundo eles, existe maior interesse em ampliar os serviços em grandes concentrações urbanas, uma vez que, nessas áreas, a expansão e a

manutenção dos equipamentos são menos onerosas mesmo levando em conta o aumento da população a ser atingida.

Em síntese, Sr. Presidente e Senador Mozarildo Cavalcanti, estima-se que os investimentos realizados ao longo das últimas décadas no saneamento brasileiro foram motivados muito mais pela possibilidade de retorno econômico mais imediato do que pela expectativa de retorno social de longo prazo que esses serviços inevitavelmente proporcionam.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Papaléo, primeiramente, eu queria comentar a introdução do seu pronunciamento, quando V. Ex^a. falou da questão do político profissional. Na verdade, há pessoas que fazem da política uma profissão, não no sentido elevado da profissão, como, por exemplo, um apaixonado pela política por entender que a política é a forma de fazer mudanças na sua região. Eu, por exemplo, enveredei pela política para mudar a realidade do meu Estado, que, na época, era um território federal. E consegui, como Constituinte, junto com os Deputados do Amapá e os Deputados de Roraima, que Amapá e Roraima saíssem da condição de território federal – portanto, uma espécie de colônia – para a de Estado-Membro da Federação; assim como, por exemplo, consegui criar uma universidade, uma escola técnica por projeto de minha iniciativa. Então, quando a política é olhada como profissão nesse sentido, é excelente, mas, quando é olhada no sentido de uma profissão em que a pessoa usa para tirar proveitos próprios, aí, viver dela, nesse sentido, é condenável.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Exatamente o que eu quis dizer.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Entendi exatamente isso. Aí que eu quero dizer à população: nós temos, no ano que vem, uma eleição. É muito importante o que V. Ex^a. colocou aí: alguém não chega aqui e se corrompe, não; já chega corrompido, e utiliza tanto o fato de ser Deputado Federal ou Senador para ampliar seu espaço de corrupção. Então, é uma oportunidade para que os eleitores vejam aqueles que vão disputar a eleição em 2010, procurem fazer um levantamento da sua vida e ver se eles merecem voltar ou não para o Câmara ou para o Senado. Então, o eleitor tem que ver que ninguém, na verdade, vem para cá por decreto de nomeação, vem por eleição. Se é uma eleição, digamos assim, corrompida por processos de muito dinheiro – é o que vemos, e V. Ex^a. colocou aí – o eleitor tem que estar atento. Quando ele vê que alguém vai gastar, em uma eleição, mais do que vai receber durante todo o período do mandato dele, é aquela história, dá para desconfiar, só dá para desconfiar. Aliás,

é preciso ter certeza de que essa pessoa não quer exercer com seriedade o mandato. Um segundo ponto, Senador Papaléo – e V. Ex^a. mencionou um ponto que é fundamental –, é que, no Brasil, se dá pouca ênfase à saúde preventiva, tanto na questão da vacinação, como principalmente na do saneamento básico, que V. Ex^a. colocou muito bem. Se realmente houvesse investimento no saneamento básico, milhões de pessoas deixariam de adoecer. Não se investe por quê? Primeiro porque são obras que não aparecem. Costuma-se dizer que obra que é enterrada mau político não gosta. Mas, com certeza, se houvesse uma obrigatoriedade, já no orçamento federal, de aplicação de x por cento em saneamento básico, essa situação se reverteria. Infelizmente a gente vê órgãos como o BNDES, que fica encastelado, não vai atrás. Por exemplo, o BNDES deveria ser um órgão pró-ativo, que fosse atrás das prefeituras. “Ah, mas não tem projeto!” O BNDES deveria fazer projeto para essas prefeituras pequenas, para investir em saneamento básico, para os Estados mais pobres e para os próprios bancos regionais. O Basa, por exemplo, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica investem muito pouco nessa questão e, quando investem, o fazem sempre em desfavor do mais pobre. Então, é preciso realmente que haja uma mudança de paradigmas, de parâmetros, no trato da coisa pública no Brasil, principalmente no que tange à saúde. Saúde não é só, portanto, ambulatório e hospital, não; tem que começar na origem, no saneamento básico. V. Ex^a. faz muito bem em abordar aqui esse tema.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mozarildo. V. Ex^a. também fez uma referência a essa questão de obras enterradas. Eu fui Prefeito de Macapá, de 1993 a 1996, e tive a seguinte decisão. Foi muito difícil a administração, porque não havia Lei de Responsabilidade Fiscal. Encontrei uma Prefeitura que, só com despesa de pessoal e repasse para a Câmara, comprometia o orçamento financeiro em 76%. Restavam 24% para fazer a manutenção de toda a cidade de Macapá, que concentra 60% da população. Mas tomamos uma decisão. Eu sou médico, mas gosto muito dessa parte que envolve construção, engenharia. Tomamos uma decisão. Quando digo “tomamos” é porque havia um corpo técnico muito competente. Mas o que eu desejava sempre perguntava se tecnicamente era possível. Nós fabricávamos na própria prefeitura a manilha, porque não tínhamos dinheiro para comprá-la. Passei por dois governadores e nenhum deles deu uma gota de água para o Prefeito, o primeiro porque nós derrotamos o candidato dele que concordava comigo; o segundo não sei por que, já que eu tinha subido no palanque dele. Mas isso é passado e acabou fazendo até bem para nós, que passamos

a fazer um trabalho muito na garra, mostrando que os servidores da Prefeitura de Macapá tinham capacidade de trabalho. E não tínhamos terceirização de obra nenhuma, era administração direta.

Então, o projeto foi o seguinte: todas as ruas – principalmente as grandes vias – que fôssemos asfaltar ou trocar o asfalto, iríamos fazer drenagem profunda de água pluvial, água de chuva – não de esgoto sanitário, porque nós não tínhamos condições de fazer.

E passamos a fazer isso. Mas o que eu fui criticado – não abertamente – por alguns políticos não foi brincadeira: "Papaléo, rapaz, vai acabar a tua administração e vão ver pouca coisa. Estás enterrando tubo, e tubo ninguém enxerga!".

Então é exatamente isso de que V. Ex^a fala, é uma obra que não se enxerga, que não dá visibilidade, o povo não vai ver. "Olha, enterrei tubo aqui". "Onde?".

A outra foi logo quando foi aberto, já era habitado inclusive, um bairro loteado, um bairro novo, o bairro do Zerão. Uma das primeiras vistas que eu fiz como prefeito foi lá. Era um bairro que já estava grande, já tinha muitos moradores, mas era o maior sofrimento, Senador Mão Santa: era só poeira, as crianças doentes por causa da poeira; quando chovia, era tanta lama que eles eram impedidos de ir para as escolas, porque eles tinham de caminhar, e ônibus não entrava.

Então, a primeira coisa que fiz foi asfaltar o Zerão. Fizemos um asfalto no bairro do Zerão que possibilitou destinarmos uma via de ônibus para lá, transporte urbano.

Um dia fui mostrar a grande obra no bairro escondido, da periferia – bem escondido mesmo, quem quer entrar no bairro vai só em direção a ele mesmo. Alguns políticos estavam comigo, e eu, todo entusiasmado, fui mostrando. Aí, um veio no meu ouvido e disse assim: "Papaléo, tu vieste esconder asfalto aqui, foi? Se tu colocas isso no centro da cidade, todo mundo ia ver, tua popularidade ia aumentar". Isso é para você ver: esses maus políticos têm essa idéia de que nós temos de fazer o superficial.

Ouvi também: "E outra coisa, com o dinheiro que tu enterraste esses tubos, tu asfaltavas um monte de ruas, muitas ruas no final do teu governo". Eu disse: "É, mas em janeiro, quando viesse a água, ia ser uma inundação danada". Ele disse: "Mas em janeiro já não é mais você. Você já deixa para o outro, o outro é que vai ser dono das enchentes, dos buracos, de tudo mais".

Isso choca porque não é essa a nossa intenção. Sempre tivemos prazer em resolver as questões.

Senador Mão Santa, no município de Macapá, onde fui Secretário de Saúde, fui o primeiro a construir um centro de saúde. Na Prefeitura também foi assim. Nós inauguramos o primeiro centro de saúde

da Prefeitura na minha gestão como Prefeito e inauguramos o primeiro centro de saúde de Macapá na minha gestão, em 1984, como Secretário de Saúde do então Território.

Volto ao meu pronunciamento.

Como acabei de fazer referência, o maior erro dessa política é que ela agrava as deficiências sociais do País e obriga o Sistema de Saúde a gastar recursos que são escassos com o tratamento de doenças do subdesenvolvimento, como a diarréia, as verminoses, a tuberculose, a hanseníase, a doença de Chagas, a dengue e outras enfermidades que já deveriam estar plenamente controladas.

Levando em conta as nossas potencialidades, o tamanho de nossas riquezas, a nossa capacidade técnica, a dimensão de nossa economia, o nosso Produto Interno Bruto (PIB) de quase US\$1,5 trilhão, alguns analistas afirmam que grande parte das nossas carências sociais poderia ser resolvida em um período de duas décadas.

Segundo estimativas, em dez anos, mesmo levando em conta a demanda futura, com investimentos globais de cerca de US\$200 bilhões a preços de hoje, ou seja, com o empenho de US\$15 bilhões a US\$20 bilhões anuais, sem interrupção no período, teríamos condições de alcançar os países do chamado Primeiro Mundo em acesso domiciliar aos serviços de saneamento básico. Porém, para que esse projeto seja realizado, os nossos governantes precisariam, em primeiro lugar, assumir o compromisso de levar a sério o esforço político e econômico que precisa ser feito.

Em seguida, Sr. Presidente, e já concluindo meu pronunciamento, seria necessário remover inúmeras barreiras institucionais e operacionais que sempre impedem o andamento das ações públicas. Entre elas, podemos citar a burocracia, a corrupção, a baixa eficiência operacional e financeira dos prestadores de serviços, as regras fiscais, as metas de superávit, os limites de endividamento, o contingenciamento de crédito ao setor público e a alta tributação. Uma vez afastados esses obstáculos, o Governo teria todas as condições de resolver esse velho problema, melhoraria o atendimento de saúde, diminuiria os seus custos e elevaria significativamente as condições de vida da maioria dos brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Pela ordem, tem a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar que completa dezenove anos hoje a Lei nº 8.869, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, uma lei importantíssima, que realmente mudou muito o tratamento que os poderes públicos e a sociedade davam tanto à criança quanto ao adolescente.

É lógico que uma lei precisa ser atualizada a todo momento numa sociedade mundial, em que as coisas mudam em ritmo muito rápido, numa velocidade muito grande, em que o que é tido como bom hoje pode não ser bom daqui a três anos.

Por fim, gostaria de fazer o registro aqui, Sr. Presidente, do requerimento que encaminhei à Mesa – já está, portanto, para ser despachado por um relator –, pedindo informações ao Ministro de Estado das Comunicações sobre as atuais obrigações regulamentares e contratuais, bem como sobre os resultados da última avaliação de desempenho das empresas Vivo, Claro, Oi e Tim, referentes a aspectos de cobertura, universalização e qualidade para os serviços de telefonia fixa e móvel oferecidos no Estado de Roraima.

Eu pedi para o Estado de Roraima apesar de saber que isso é genérico no Brasil. Tenho andado por alguns Estados e tenho visto que a situação é mais ou menos a mesma, mas, no meu Estado – não sei se tem algum lugar pior –, é terrível a situação da telefonia tanto fixa quanto móvel, mas principalmente a móvel.

Eu até já ouvi a explicação de uma pessoa do ramo que disse o seguinte: quando essas empresas ganharam aqui as concorrências, trouxeram seus aparelhos velhos lá da Europa e dos Estados Unidos e os implantaram aqui e há muito mais assinantes do que capacidade de atender.

É muito fácil você receber aquelas mensagenzinhas: “Não foi possível completar sua ligação, verifique o número discado”; “Este telefone está temporariamente impedido de receber esse tipo de chamada”. Isso quando não acontece de você sequer completar ligação...

Eu fiz este requerimento por entender que não é possível que a Anatel fique omissa. Aliás, eu tenho acompanhado esses dias, nos jornais, notícias muito ruins a respeito da Anatel em termos de equipamento, dando conta de um trabalho muito ruim. Eu acho que o Senado, através de sua Comissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia, tem de tomar uma posição. Por isso fiz esse pedido de informação para que a Mesa encaminhe e eu possa ter esses dados para depois discutir essa questão de maneira mais ampla, até chamando o Ministério Público.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa como orador inscrito. S. Ex^a é o terceiro inscrito na lista de oradores.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, que preside esta sessão de segunda-feira, 13 de julho, parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui no plenário e que nos assistem pelo fabuloso sistema de comunicação do Senado.

Senador Papaléo Paes, uso da palavra, neste instante, com a satisfação do cumprimento da minha missão.

V. Ex^a falou muito firme, traduziu o que somos. V. Ex^a é um médico reconhecido e disse que o povo de sua cidade e de seu Estado mandou-o para cá, para representá-lo. Quero dizer que temos a satisfação do nosso compromisso.

Segunda-feira, 13 de julho de 2009. Este Senado da República tem quase duzentos anos. Essa brincadeira começou na Inglaterra, quando Oliver Cromwell... Havia um Parlamento, parece-me que, em 1640, Carlos I mandou fechá-lo. E voltou intensamente o absolutismo, antes do grito do povo nas ruas da França. Isso foi em 1640.

Oliver Cromwell, militarmente, consegue reunir forças e impor o Parlamento ao Rei. Ele não aceitou a Coroa; ficou como um Lorde, governando a Grã-Bretanha: a Inglaterra, a Escócia e a Irlanda. Mas, quando ele saiu, Carlos II reconheceu o Parlamento. Portanto, o Parlamento mais experiente é o da Inglaterra; vem de 1640. Lá, era uma democracia, em que Oliver Cromwell exigiu liberdade de religião, em um estado monárquico. Mas o Parlamento está acima dos reis. A lei está acima dos reis. A lei é igual para todos. A lei tem de ser obedecida. Aí é que começou em 1640. O deles é bem mais velho que o nosso Parlamento, que começou com Pedro I, que fez a primeira Constituição – dissolveu e tudo –, lá por volta de 1822, em 1823. Então, o que somos é baseado no modelo inglês, que foi a mãe do modelo americano.

Temos de entender é que, neste Senado aqui, pode bater, pode bater a imprensa toda. Podem fazer, sobre mim e sobre o Papaléo, uma CPI. Na nossa cidade – o Prefeito não é do meu lado, é do Governo –, no Estado que eu governei e aqui, pode fazer uma CPI da nossa vida.

Então, o que queremos dizer é o seguinte: este Parlamento que pega pancada é o único. É único! Essa democraciazinha que tem aqui no Brasil existe só porque a maioria daqui não se rendeu. Corromper... Nós fomos muito mais tentados do que Cristo a nos corrompermos pelos que estão aí. Nós somos a única força que garantiu a democracia de hoje. Não tem outra, não! Todas as instituições aí... Só aqui... Daí a pancada que nós estamos pegando. Porque nós sabemos e sabemos mesmo e entendemos. Um Senador tem de ser o pai da pátria – e assim eu me sinto. É um pai bom, um pai correto e um pai puro. Essa pancada toda é porque nós entendemos e não deixamos este País sair da democracia. Só fomos nós! As outras instituições... E eu vou já botar em e-mail, até no meu Estado, no Piauí. É aqui! Porque nós entendemos que nosso modelo, nossa civilização é essa! Democracia de cunho filosófico, que acredita no homem da Grécia; representativa. Evidentemente, que não podíamos ter! Lá, na Grécia, eles iam para a praça e falavam de cinco horas da manhã até meia-noite. Podia chegar orador depois da meia-noite, porque já tinha vinho e cerveja. Então, isso foi melhorado, passou pela Itália, a Itália do Renascimento, que fez o Senado. Ela é representativa. Nós somos o povo. Sou o povo.

E um Partido que está no Governo, que já matou em São Paulo, rouba no Brasil todo e mente descaradamente, como é que não compra uma pesquisa desses gigolôs, empresários que só querem ganhar dinheiro?

Essa é a verdade. Aí, bota... Olhem a incoerência. Eles são ignorantes – a ignorância é audaciosa. Nenhum deles consegue entrar aqui, porque aqui só entra gente com as pernas do estudo e do trabalho. Mas nessa foi. Eu nunca fiz um título de eleitor na minha vida, Papaléo Paes. Não sei nem como é – só o meu mesmo, quando era estudante universitário.

Então, o Presidente está em todas as pesquisas, e os políticos estão lá embaixo. Eu faria uma pergunta – a ignorância é audaciosa: qual é a profissão do Luiz Inácio? Ele é torneiro? Ele é político. Ele não é o Presidente da República? Ele é o maior político do País e tem mais votos do que eu – por enquanto. Olhe a ignorância desses vendilhões aí da imprensa: “O Luiz Inácio é 100%”. Nem Jesus teve, vocês viram o Barabás. Mas ele tem. E nós, políticos, o Senado... Que esculhambação é essa, vendilhões de pesquisa para o Governo? Quem paga é a Petrobras, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e as multinacionais. O Luiz Inácio tem, e os políticos? Puxa, nós estamos pior que o Satanás nas pesquisas que eles soltam. E o Luiz Inácio não é político. O que ele é? Mostrem-me a carteira de trabalho dele.

Mozarildo, o homem é presidente de sindicato, funda um Partido, o PT, foi Deputado Federal, passou por ali e disse que aquela Casa tinha trezentos picaretas. Ele nunca passou aqui para ver que o jogo é diferente. E ele não é político. E nós estamos desmoralizados.

É tudo mentira nessas pesquisas. Ora, um grupo que mata... Lá em São Paulo, dizem que ele matou. Não sou de lá não, mas dizem que mataram muito, que roubam muito no Brasil todo e que mentem muito, não vão comprar uma pesquisinha e falsear? Isso é pecado venial. Não é venial? Dizem que tem o mortal.

Então, é o seguinte: aqui estamos no Senado, e este Senado melhorou muito no Brasil. Esse homem que está ali – Deus escreve certo por linhas tortas – foi perseguido. Ele libertou os escravos, aí a Princesa assinou, mas a lei foi ele que fez. Ele já tinha feito a Lei dos Sexagenários, a de 65 anos. Jogaram flores no Senado. Esse homem foi Ministro da Fazenda, mas aí, quando viu que os militares queriam continuar e vieram oferecer a ele de novo o Ministério, ele disse: “Estou fora. Não troco a trouxa de minhas convicções por um Ministério”. Civilista, candidatou-se para seguir a democracia. E ele foi perseguido pelo Marechal Floriano, o chamado “Marechal de Ferro”. Olha, este é que era duro, não era o Médici, não. E ele, tendo que fugir, exilou-se. Passando pela Argentina, foi morar lá na Inglaterra.

Por isso que o nosso modelo é esse, porque esse homem aí exerceu tanta influência, tanta influência... Senador exilado. Então, ele morou lá, conviveu lá, aprendeu.

Aquela Constituição monárquica, democrática, parlamentar, porque a lei era acima do rei e da rainha. Foi daí que veio este modelo. E os Estados Unidos, filhos da Inglaterra, fizeram também como aqui. Esse negócio, olha, neste Senado, estou de passagem, eu estou...

Papaléo, então o que eu tenho a dizer é que melhorou muito conosco! Vou dar exemplos. O primeiro Senado da República tinha 42. Mais de 20 – 21 ou 22 – eram ligados à lei, Professor Cristovam Buarque. Eu estou dando uma de professor, Professor. V. Ex^a é de economia, nós estamos fazendo a história política, democrática. Mais de vinte, Papaléo, eram da área do Direito. Atentai bem! Onde nós estamos. Dez eram militares, Duque de Caxias, Senador etc. e tal. Sete padres, a Igreja. No começo, só podia ser Senador se dissesse que era católico, senão, não era. Sete padres. Dois médicos e dois ligados ao campo ao meio rural, por isso que sofre... Mais de vinte da área do Direito. Por isso que este País é injusto. E eu posso dizer isso. Há mais

de 180 anos eles fazem leis boas para eles mesmos. Quem predominou aqui foram os do Direito.

Eu perguntaria a vocês, brasileiras e brasileiros, quanto ganha um desembargador, uma pessoa da área jurídica, quanto ganha uma professorinha, um aposentado, um médico, um engenheiro. Então, é essa desigualdade! Aqui é que tem que ser tirada e é aqui que se está tirando.

Médico, por exemplo, havia três. Já melhorou: agora somos seis ao todo. Eram dois. Ao longo desses anos, olha como são difíceis as conquistas.

Mas eu queria dizer: esta Casa existe para quê? Para fazer leis boas e justas. As leis que nós temos foram feitas aqui, esta democracia que respiramos, esta Constituição que vivemos foram feitas aqui. Todo mundo se lembra que Ulysses a beijou em 5 de outubro de 1988 e disse que desobedecer a Constituição é o mesmo que rasgar a bandeira do Brasil. Eu já vi isso, não dá certo. E, antes, Rui Barbosa havia dito que só há um caminho, uma salvação: a lei e a justiça. A lei é igual para todos. Então, é aqui!

Esta Casa foi criada por Deus, não foi pelo cão, pelo satanás, como estão botando, não. Nós somos cristãos, filhos de Deus. A ignorância é que é audaciosa, e os vendilhões aí estão.

Isso aqui se criou. Diz-se que um dos maiores líderes que Deus botou no mundo, Moisés, para libertar o seu povo, escravo... E Deus lhe deu, lá no Monte Sinai, as tábuas da Lei. Mas o povo desviou-se, não queria obedecer às leis. Ia para o bem-bom, adorar o bezerro de ouro. Então, Moisés enfureceu-se, quebrou as leis e ia desistir quando ouviu a voz de Deus: "busque os mais velhos, os mais sábios, eles o ajudarão a carregar o fardo do povo".

A Grécia melhorou, os filósofos, que não tinham religião; bem assim a Itália, a Inglaterra, a França, os Estados Unidos. E esse homem a implantou aqui. Lá, na Itália, um dos nossos dizia assim: "O Senado e o povo de Roma" – Cícero. Eu posso dizer, nós podemos dizer: "o Senado e o povo do Brasil". Este País não entrou na linha de Cuba, da Venezuela, do Equador, da Bolívia, do Paraguai, da Nicarágua, porque nós não deixamos, porque não é nossa história, não é nossa tradição, a de nossos pais, da nossa luta. Só o Senado.

Esse negócio de terceiro mandato, fomos nós... Nós entendemos que a mais bela construção da humanidade foi a democracia, uma construção do povo: liberdade, igualdade, fraternidade. Esses reis caíram; todos os reis. Esse grito levou cem anos para chegar aqui. Não caiu da Inglaterra, porque lá havia acontecido antes, e os reis lá se submeteram à lei. Assim quis Oliver Cromwell, um líder que fez o Parlamentarismo Monárquico, onde o direito é soberano.

Então, nós estamos aqui com a satisfação do cumprimento da missão. Eu sei que querem destruir. E o Senado existe por uma razão muito simples. Nós temos essa visão. Bem aí eu vi, na Venezuela, o Chávez. E nós tivemos sorte. Eu não tenho nada contra o Luiz Inácio; eu até o acho agradável. Ele cumpliu a missão. Ele é o nosso Presidente! Não precisou McCain nos ensinar e dizer: "Barack Obama é o nosso Presidente". Nós sempre o reconhecemos. Agora, o nosso Presidente tem que ser mais humilde.

Este poder não tem o dinheiro. Quem tem dinheiro é o Poder Executivo. Tem o BNDES, o Banco do Brasil, Caixa Econômica, a Petrobras, onde há uma corrupção louca lá. A gasolina mais cara do mundo, que vocês pagam. A justiça ameaça, prende, cassa, multa, aterroriza. Aqui, não; mas nós somos mais. A inveja e a mágoa. Bem mais, bem mais! Aqui é a Casa da sabedoria. Está no livro de Deus: "Vale mais do que ouro e prata".

Esta Casa tem a seguinte finalidade: fazer leis boas e justas. As que temos aí, as que nós respiramos, foram feitas aqui.

É para um controlar o outro. Nós podemos dizer, o povo fraquejado não pode. Mas nós somos o povo aqui, fortalecido, com a procura de toda a Nação.

Vou dar um exemplo para o Poder Judiciário, que eu acabei de alertar, poder meditar. Quando começou, o primeiro Senado tinha vinte deles. Só havia dois médicos, mas nenhum professor, agora que está chegando o Cristovam aqui, uns três, quatro. No primeiro Senador não tinha; tinha militares, padres.

Então, um dos nossos teve a coragem de peitar o Judiciário. A outra função do Senado é fiscalizar: fiscalizar o Executivo e o outro Poder. Um dos nossos, Antonio Carlos Magalhães, fez uma CPI do Poder Judiciário. Isso é um instrumento de fiscalização. Esta Casa é para fiscalizar, e um dos instrumentos de fiscalização é a CPI. Quem de nós pode fazer? Vai logo preso, é multado. Mas ele fez, e como foi importante! Mostrou os "lalaus" da vida, a corrupção na construção dos prédios.

E nós não estamos escapados, não. De repente, a democracia é dinâmica... Neste regime, eu não vou culpar ninguém, mas o Presidente, com a força que os Constituintes lhe deram de nomear a Corte Suprema, o Supremo Tribunal Federal... Isso não existe, sem concurso. Tem gente que o nosso Luiz Inácio nomeou de carteirinha, do PT, há mais de vinte anos incrustado. Ora, se eu sou fluminense, eu quero que o Vasco se lasque. É... Eu estou falando como psicólogo. Então, tem gente que nem sabe fazer o seu diagnóstico, incrustado no sangue, no corpo da perversidade: PT! E haja perseguir, tirar a honra de quem tem honra. É...

O jogo é duro, tem que ter o equilíbrio. Não pense que melhorou, não.

Por isso, nós não deixamos o PT tomar conta dessa Casa. Por isso! O PT já tem o Poder Executivo, que é forte, tem muito dinheiro, são muitos aloprados. O Luiz Inácio mesmo disse. Foi ele que os chamou “aloprados”. Um exército de aloprados: 60 mil nomeados pela porta larga, sem concurso, ganhando R\$10.548,00, quem tem DAS-6. Não todos, mas um DAS-6 é R\$10.548,00. Quantos de vocês ganham isso?

Então, são fortes. Com um Judiciário em que já nomeou... Porque a lei lhe permitiu. Não teve culpa. Mas foi feito para quatro anos; já se vão sete, oito, e vai para nove, onze. Se nós entregássemos isto aqui para o PT, seria melhor chamar o Hitler ou o Mussolini. **L'Etat c'est moi.** Um rei! Ia ser o rei Luiz Inácio. E nós não temos nada contra ele. Mas isso aqui...

Então, este Poder não podia ficar com o PT. Tudo! Ele teria os Três Poderes. A divisão do poder é que caracteriza, a alternância de poder. Vocês estão vendo aí os modelos: Cuba, Chávez. A primeira coisa que ele fez foi fechar o Senado. Juntou, diminuiu. Eu estive lá e, para entrar, como Senador do Brasil – ô, Cristovam! – tive que pedir permissão a um coronel. Aí me fiz de ingênuo para poder lhe contar isso. Lá havia. Fechou! Havia uns 400, diminuiu para uns 300; juntou, disse que era bom; colocou 290 do lado dele e uns 10 renitentes, como o Mão Santa. Mas está aí. Pode ser até o fim... Pode fazer o que quiser. Os outros foram rápidos: Equador, Bolívia, Paraguai, Nicarágua. Mas não é a nossa história.

Este é o Senado da República, que procura fazer leis boas e justas, fiscalizar os contrapoderes muito fortes e fazer o que eu vi... Teotônio Vilela, na ditadura, aqui, dizia: “resistir falando e falar resistindo”. É o que nós estamos fazendo.

Então, vamos. Lá no Piauí, onde governa o PT: “Escândalo: Deputado denuncia contratos de R\$3 milhões do Governo do Piauí”. Mas o pior é que querem cassar o Deputado. Onde é que se quer chegar? Deputado lá do meu Estado. Não é do meu Partido, é do seu Partido, Senador Papaléo. Está aqui: Portal GP1.

“O deputado estadual Roncalli Paulo (PSDB) apresenta requerimento hoje na Assembléia Legislativa requerendo cópias dos contratos firmados entre a Agespisa, a Emergi, a Secretaria Estadual de Administração e a Secretaria Estadual de Saúde, com o escritório de advocacia Nogueira e Nogueira, de propriedade do coordenador da Central de Licitação do Estado, Alexandre Nogueira de Castro. Os contratos são superiores a R\$3 milhões.”

Mas o pior é que querem cassar o Deputado porque ele denunciou. Vejam onde querem chegar? Já pensou se o PT estivesse aqui? Não tenho nada contra o Tião, não – ele é até um dos seis médicos aqui –, mas não podíamos. Tinha que ser como está. Aí essa campanha toda.

Então, estão querendo cassar. Para você ver. O Deputado faz uma denúncia...

E aqui, também do GP1, de novo: “Piauí tem 27% de crianças analfabetas, aponta IBGE”. É o Governo do PT. Já disse uma vez e continuo rezando: três coisas a gente só faz uma vez na vida: nascer, morrer e votar no PT. Não é, Cristovam? Essa é a nossa reza. É a pior do Nordeste. E o GP1 tem aqui este portal: “Piauí tem 27% de crianças analfabetas”. É o Governo do PT.

Agora queria dizer o seguinte, Papaléo: Zózimo Tavares. O Piauí sempre teve as melhores cabeças pensantes. O melhor Presidente desta Casa foi Petrônio Portella, por duas vezes. Não foi Presidente da República porque Deus não quis. Ele morreu. O Tancredo já estava combinado ser vice dele. Ô, Cristovam, olhe a história: ele me disse – o José de Freitas – que ele iria pelo PDS; Tancredo, pelo PP; e ganharia o PMDB no colégio eleitoral. Essa é a história. Petrônio Portella seria o Presidente, Tancredo seria o vice dele. Interessante que Deus chamou os dois, não é? Chamou um e depois chamou o outro. Mas Tancredo seria o vice de Petrônio. Eu aqui, menino, ele contava.

Mas, naquela época, o maior jornalista... Ô, Cristovam, V. Ex^a conheceu pessoalmente Carlos Castello Branco? É do Piauí. Nós somos grandiosos, mesmo. Nós somos a melhor gente, eu vou provar aqui. Podem se enfurecer aí. Tudo é gente boa no Brasil, mas nós somos melhores. Eu vou provar. Ô, Mozarildo...

O Zózimo Tavares... Eu acho que o Carlos Castello Branco – não tem esse negócio de espiritismo? – encarnou nele. Parece fisicamente. O Zózimo é mais simpático, mas parece. Ele é um grande jornalista, da Academia de Letras, escreve livros, é intelectual. Olhe o que ele diz aqui, o Zózimo Tavares. Não é qualquer um, não. Carlos Castello Branco foi o único jornalista que teve coragem, quando este Congresso era fechado, de falar pelo povo. Ele tinha a “Coluna de Castello”, não é verdade, professor Cristovam?

Então, este aqui é o substituto dele: Zózimo Tavares. Mozarildo, atentai bem:

“A bancada do governo vem agindo de forma um tanto atabalhoadas no Caso Emergi [uma subsecretaria cheia de roubos lá no Piauí]. Primeiro, queria que a principal acusada fosse à Assembléia Legislativa prestar esclarecimentos e que o denunciador não fosse. Depois, derrubou em plenário um requerimento

da oposição solicitando proteção especial para o denunciante.

Quando a temperatura subiu, os petistas ameaçaram cassar o mandato do deputado Roncalli Paulo (PSDB) por quebra de decoro parlamentar. Na avaliação dos parlamentares do governo, o tucano fez acusações sem prova sobre o pagamento de propina a um dos principais auxiliares do governador Wellington Dias.

Soube-se que Roncalli avisou, através do secretário de governo, deputado Kleber Eulálio, e de outros governistas influentes aos quais tem acesso, que não disse tudo, ainda. O parlamentar alertou-lhes que tem mais munição, de grosso calibre, contra o governo. Publicamente, ele garantiu que não tem medo do processo de cassação: "O risco que corre o pau, corre o machado". [É do seu partido, o PSDB.]

O deputado garantiu também: "Não temo absolutamente nada que venha do PT, porque entendo que não cometi crime algum. O que fiz foi levar ao conhecimento público uma informação que me foi repassada por um empresário. O exercício da função pública sujeita o indivíduo à fiscalização. O governo atual não quer ser fiscalizado. Não fiz acusação a ninguém. Pedi apenas que seja investigada uma denúncia da maior seriedade.

"Na minha opinião, quem tem que se retratar é o PT por todo o mal que fez e está fazendo ao povo do Piauí. Vamos em frente, porque esta é a nossa missão: fiscalizar, legalizar e propor."

Há indícios de que a bancada do governo vai desistir de apresentar o pedido de cassação do mandato do deputado oposicionista por quebra de decoro parlamentar. O que houve? O PT está inclinado a refluir da sanção por que entendeu, finalmente, que o papel da oposição é fiscalizar ou ficou com medo de novas denúncias do parlamentar da oposição?"

Esse é o melhor jornalista do Piauí.

O que eu queria dizer é que eu não acredito nessas pesquisas do Lula. Quem é o nosso Presidente? Presidente Luiz Inácio.

Segurança. Quanto é que – é para falar com o Brasil – vocês me dão para a segurança, brasileiras e brasileiros? Segurança do País. Norberto Bobbio, Senador vitalício que a Itália tinha e morreu, o maior teórico, disse que o mínimo que se tem de exigir de

um Governo é a segurança à vida, à liberdade e à propriedade.

Brasileiras e brasileiros, qual a nota para a segurança do Brasil? Deem! Cada um pode julgar. Deem a nota! Deem a nota para a segurança deste País de bárbaros. Isso não é uma sociedade, isso é uma barbarie. Está aí. É isso. Deem a nota, eu não vou dar. Cada um dê.

Educação. A esta aqui eu já dei. O Piauí tem um terço das crianças analfabetas. No Governo do Piauí.

O Cristovam sabe de mais coisas sobre a educação no Brasil. Dê a nota, Cristovam, para a educação no Brasil. Professor, você só quer dar a nota nos outros, não quer...

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF. Fora do microfone.) – Três.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Três? Rapaz, ele está bom, danado, não é? Ele quer os votos, aqui, do PT. Três? Pois eu dou dois. Eu dou menos. Sim.

E para a saúde, Mozarildo? Mozarildo, qual é a nota?

"A saúde está muito boa para mim, Senador." Tem hora que telefonam para a gente: "Você não quer ir a São Paulo?" "Fazer o quê?" "Não, vai fazer uns exames lá.". Era assim aqui. "Rapaz, eu estou bom." "Não, mas vá!" Então, para quem tem plano de saúde, para quem tem dinheiro, a saúde está boa, mas para os pobrezinhos... Eu conheço, eu sou médico, hein, Papaléo? A consulta do SUS, de que o Mozarildo e o Papaléo falaram, é R\$2,50. Uma consulta de um clínico que, às vezes, leva um dia todo examinando e não forma um diagnóstico. Tem uns casos fáceis, mas tem uns casos complicados, não é verdade? Dois e cinquenta.

Quanto você dá para a saúde no Brasil? Para a do povo, não é para a nossa, não. (Pausa.)

Dois!

Papaléo? Acompanhou.

O Cristovam deu três para a educação; eu dei dois.

E a segurança? O povo brasileiro que dê. Mas eu vou dar aqui. Piauí! Olha aqui. Olha! Esse povo, esse povo administra, Papaléo, do tempo do Hitler. Aliás, atentai bem! Vocês se lembram que, uma vez, eu falei aqui de um livro do Hitler, **Mein Kampf (Minha Luta)**. Aí, o Jefferson Perez, que já morreu e foi para o céu, disse: "O partido é nacionalista, nazista dos trabalhadores". Tem até PT, o nome do Partido do Hitler. Aí, foi uma confusão e o Suplicy: "Rapaz, mas troque de galinha para galo". E eu disse: "Mas, rapaz, o negócio é que a galinha é que põe ovos. Galo não põe ovos, como é que eu vou...? Daqui a 20 anos, vão ler esse discurso

e vão dizer: 'Está doido! Galo não põe ovo.' O que fica é galinha mesmo." E ficou "galinha cacarejadora".

Estão cacarejando aí. O partido de Hitler tinha isso. Eles chamavam de galinha cacarejadora. É o que nós chamamos de militante, de cabo eleitoral. Então, é só propaganda. Está no livro **Mein Kampf (Minha Luta)**, de Hitler.

Goebbels, o comunicador, dizia: "Uma mentira, se repetida, se torna verdade." Mas não é, não. Mudaram as coisas, todo o mundo. Deu no que deu o negócio do Hitler. Deu no que deu, não é? Deu no que deu.

Você já assistiu, Papaléo, ao O Diário de Anne Frank?

Já leu, Cristovam, **O Diário de Anne Frank**, aquela que foi...? Ah, então você sabe no que deu.

Mas vamos ver a violência. Olha, no Piauí: esta aqui é a avenida principal, Frei Serafim. É atrás da Igreja São Benedito. Eu tomei posse aqui. Aliás, tomei posse aqui, não, fui à missa. Ela é defronte ao Palácio. Você sabe, Cristovam, que vai sempre lá. Olha aqui.

Esta é a melhor: "Aluga-se". Sabe por quê? Euuento o conto: "Irineu's Photo fecha loja por causa da falta de segurança." E eles mentem. Olha os descarados. Aí, porque é pessoa importante, é uma empresa tradicional, todo mundo tira fotografia no Ireneu, as noivas, os noivos, os bacanas... Ele fechou mesmo. Aí, para dar uma satisfação, eles mentem, mentem e mentem. Aí, publicaram, lá no jornal, que era isso e que já tinham pego os assaltantes.

Aí, o Ireneu, desses empresários arrojados e homem de vergonha do Piauí, foi lá. Ireneu's Photo. Olha aqui. Essa é do 180graus.

"Arma apontada na sua cabeça, pulo de quase oito metros de altura de dentro da própria loja e prejuízos irreparáveis, um atrás do outro, em um curto espaço de tempo. Foi o que passou o empresário Irineu Fernandes, dono de uma das mais conhecidas e tradicionais empresas do Piauí, a 'Irineu's Photo', que tinha oito sedes em Teresina(...) (Hoje, já diminuiu para a metade; fechou a metade, porque a metade é só roubo, assalto.)

Sexta-feira passada, dia 10 de julho de 2009, sua loja voltou a ser assaltada por bandidos fortemente armados, que lhe renderam dentro da loja da avenida Frei Serafim – a principal e mais bem localizada – e levaram (...) (muito dinheiro e todas as joias). Ainda na sexta-feira a noite, policiais do 1º DP (Centro de Teresina) haviam informado à imprensa que os bandidos haviam sido presos e o material roubado recuperado.

Olha, aqui, a loja. Rapaz, esses bichos são de alta periculosidade. Os bichinhos aqui, perto dos ladrões do PT, deviam ser soltos – se eu fosse Juiz.

Olha o que disse o empresário. Aí, ele foi ver, está ouvindo, Papaléo? "Oh, jornal, prendemos. Somos eficientes." Aqui, as caras. O empresário foi lá, o que puseram o revólver assim nele. Olha o que diz. Isso é no Brasil todo. Isso que estou dizendo é em Teresina, porque é a minha capital, mas olha:

É balela. Não prenderam nenhum dos bandidos que realizou o assalto à minha loja. Nem me procuraram e nem nada. Eu soube pela imprensa que tinham encontrado os bandidos e as joias. Fui na delegacia e não reconheci nenhum dos bandidos. Eles estiveram na minha frente, apontando arma na minha cabeça. Saberia quem eram. A Polícia não achou nem bandido e nem as jóias roubadas da minha loja", protestou.

Irineu Fernandes, em entrevista ao 180graus na manhã deste domingo (12/07), disse que cansou: vai fechar a sua principal loja, localizada na Frei Serafim."Coloquei a placa de 'aluga-se este imóvel. Tratar aqui'. Já chega! Não aguento mais. Tenho 36 anos atuando com minha loja no Estado, gerando receita. Mas agora já chega. Não aguento mais passar pelo que passei e estou alugando a minha loja. Não sei mais o que fazer", desabafou.

O empresário, que é advogado e apaixonado por fotografia, disse que pensa até em mudar de ramo. Ele lembra de um outro assalto, em que passou pelo desespero de pular do prédio de sua loja para não morrer. 'Este portal mesmo (lembmando matéria do 180graus) já publicou a outra vez que fui assaltado. Eles (bandidos) levaram tudo que era câmera digital e ainda me ameaçaram. Para não morrer, tive que pular lá de cima (...)

"Aluga-se" – revoltado.

Isso é a cena no Brasil todo. Então, um Governo em que a segurança, brasileiras e brasileiros, é uma barbárie... Isso não é sociedade civilizada.

Está aqui: educação. O Professor Cristovam deu três e eu dei dois.

Vamos desempatar, Papaléo? E você, quanto dá para a educação no Brasil? Dois. Diminuiu. Você está muito bondoso, generoso.

Sim, e para a saúde também já foi dada.

Mas eu quero dizer o seguinte, para terminar, porque eu não ia trazer só desgraceira: e tenho um negócio bom aqui.

O Piauí, fomos nós que garantimos este Brasil grande. O Brasil ia se dividir. O norte seria o país do Maranhão e o sul ficaria com o filho de Dom João VI, português. Nós botamos os portugueses para fora. Nós!

Rui Barbosa ganhou, em Teresina, a eleição.

“Stefhany faz sucesso com vídeo de produção caseira”. Ela é artista do Piauí e simboliza a grandeza do Piauí. É uma moça da cidade de Inhuma, que antes fazia parte de Valença, cidade de Petrônio Portella, e depois virou município. Ela tem 17 anos – você viu? – e é o maior sucesso artístico. Ela mesma foi para São Paulo – a mãe é artista –, comprou e fez esses negócios que bota na Internet – eu não sou bom de música, não. Mas ela deu show.

“Stefhany faz sucesso com vídeo de produção caseira. [Você viu a jovem piauiense?]”

Piauiense de 17 anos vem sendo comparada ao fenômeno Susan Boyle

O nome dela é Stefhany Sousa. [Meu nome é Francisco de Moraes Souza.] Tem 17 anos, aparelho nos dentes e se ama. Se acha linda, absoluta. É caso raro de adolescente sem crise. Possui uma autoestima extraordinária. Aí reside a chave de seu sucesso. Stefhany não passava de uma menina de Picos, cidadezinha no interior do Piauí [é Inhuma; Picos é maior; Picos é a São Paulo do Piauí], que, como centenas de meninas nesse Brasil, acreditava em seu potencial físico e artístico. O que fez? Não esperou que uma fada madrinha a descobrisse por coincidência nos corredores de supermercado. Usou a tecnologia a seu favor. Gravou um vídeo caseiro da sua música de maior sucesso, Eu Sou Stefhany, uma versão de A Thousand Miles, de Vanessa Carlton, que ela ouviu no filme As Branquelas.

O clipe Absoluta mostra Stefhany cantando a música, se produzindo, pegando as chaves do carro e dirigindo sem destino pelas ruas empoeiradas de Inhuma, onde mora, no interior nordestino, enquanto entoa frases do tipo:

“No meu Cross Fox eu vou sair/ Vou dançar/ E me divertir”. Foi um estouro, virou fenô-

meno instantâneo na Internet com mais de um milhão de acessos no YouTube.

O mais recente capítulo dessa história foi mostrado no programa Caldeirão do Huck, do sábado 27 de junho. Sabendo que entre os sonhos de Stefhany estava cantar na Rede Globo e comprar seu próprio Cross Fox (o do clipe foi emprestado por um vizinho), o apresentador Luciano Huck montou toda a cena. Convidou a cantora para participar da atração, fez uma parceria com a Volkswagen e presenteou-a com um Cross Fox amarelo (a cor que ela queria) zerinho. O público delirou, e a fabricante de carros, satisfeitaíssima com o Ibope, já anunciou que contratará Stefhany para cantar nas festas de final de ano da empresa.

– Eu sabia que chegaria lá – comemora Stefany –. Sou linda. Absoluta.

A mãe da estrela, Nety França, uma ex-cantora de forró, também nunca duvidou do talento da filha. É sua maior incentivadora, quem costura suas roupas, escreve as letras das músicas, verifica os contratos e dirige os clipes. O enredo de Absoluta, aliás, foi ideia dela.

– Minha filha tinha ganhado um chifre do namorado e minha filha é guerreira, não pode ficar chorando pelos cantos. A música fala disso – contou ela ao jornal O Globo.

Ultimamente, Nety dedica-se também a driblar ofertas de revistas masculinas....

– Ela tem muitos fãs...”

Então, quero dizer que a democracia nos permite...

Concedo o aparte ao Professor Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Mão Santa, o senhor me fez aqui a provocação de dar uma nota, e dei uma nota quase que intuitivamente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas V. Ex^a deu uma nota aqui, em Brasília, não é?

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Não.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Porque, outro dia, lá no Piauí, havia dezenas e dezenas de escolas que não tinham nem água, nem banheiro. Faziam xixi e cocô lá no mato.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Não. Eu dei uma nota média.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Na certa, é aqui em Brasília, que é a “ilha da fantasia” e poderosa, que ele deu três. Hein?

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Não. Aqui tem mais de três. Mas eu vou tentar explicar por que eu cheguei ao número três, embora, naquela hora, eu o fiz intuitivamente. Mas até que quando eu fiz uma reflexão eu vi que o meu número não está distante da realidade. Claro que no Brasil existem escolas com nota zero. Há lugares que a gente chama de escola o que não é escola. Aliás, uma trilha para a qual a gente deve caminhar, Senador Papaléo, é só chamar de escola o que de fato é escola. Ninguém chama de campo de futebol se só tiver uma barra, não é? Se não tiver as duas barras, não é campo de futebol. Mas no Brasil, se só houver um quadro negro em uma das salas e as outras forem sem quadro negro, chamam de escola. Não é escola obviamente. Na verdade, nem quadro negro só. Tem de haver outras coisas. Pois bem: eu fiz, aqui, uma pequena análise e cheguei, refletindo, ao mesmo número três. Não pedi para corrigir – eu ia pedir para corrigir; pedi para me explicar. Primeiro: como é que a gente dá nota 10 comparativamente com outros países? A gente dá nota 10 a países como Finlândia, como Coréia do Sul. São dois países que merecem nota 10. Depois eu vou dizer em que sentido merecem nota 10. Eu daria nota oito aos países da Europa Ocidental – França, Inglaterra, Alemanha. Não são 10. Os Estados Unidos, eu creio que já merecem uma nota sete a média das escolas. Algumas das melhores do mundo estão lá. Mas a média não é igual à da Europa. Eu creio que merecem nota cinco países como Argentina, Uruguai, México, Turquia. O Brasil estaria entre cinco e três, mas eu não daria quatro; eu daria três. E por que não abaixo? Porque há muitos países, os mais pobres do mundo, como na África mais pobre – a África do Sul, não; a África do Sul deve estar entre quatro ou cinco – mas, países muito pobres, como o Haiti e alguns países da América Central é possível que tenham dois ou até um. Então, reafirmo o número que dei intuitivamente – depois de fazer uma análise aqui –: três. E por quê? Como é que a gente chega a essas notas? Analisando, primeiro, o número de analfabetos. Os países que têm notas 10, 8, 7 têm zero de analfabetismo de adultos. Depois, o número dos que concluem o 2º Grau. Esses países também do bloco de cima, praticamente todos terminam o ensino médio. No Brasil, apenas um terço termina o ensino médio. Depois, a qualidade desse ensino médio. O nosso é muito deficiente. E, finalmente, eu diria, o índice de desigualdade. Quanto mais desigual a qualidade da escola, mais baixa deve ser a nota. Porque se todo mundo for sem escola, como a tribo indígena, tribo

indígena das isoladas, não as que estão aculturadas, mas uma tribo indígena primitiva, primitiva, ninguém tem escola, mas todo mundo tem a não escola, então, todos estão iguais. No Brasil, um dos problemas mais sérios é a desigualdade. Não é só o fato de que a média seja baixa, é também o fato de que a desigualdade é grande. Por isso reafirmo a nota da escola brasileira, tomando a escola como um todo, eu daria três. Agora, há escolas no Brasil que merecem 10; há escolas no Brasil que merecem zero. Mas quando a gente soma as 200 mil escolas, os 45 milhões de meninos e meninas, os dois milhões de professores, eu creio que aí a nota que eu lhe respondi, em cima da bucha, como se diz, intuitivamente, sem uma reflexão, na verdade saiu da minha cabeça como fruto de uma reflexão antiga, porque quando fui olhar aqui, de fato, acho que é três a nota que merece o conjunto educacional brasileiro, sem deixar de dizer que algumas escolas merecem 10 e outras merecem zero. Mas a média, eu não dou mais de três.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Estou aqui com o livro “Os Melhores Discursos”, e Luther King, como V. Ex^a, disse: “Essa é a nossa esperança. É com essa fé que eu retorno ao Sul. Eu tenho um sonho”. Este três é o sonho de V. Ex^a se tivesse sido aprovado o piso para as professoras. Todas as professoras já estão ganhando o piso salarial, Professor Cristovam? Todas as professoras do Brasil já estão ganhando o piso? (Pausa.) Então, V. Ex^a está como Martin Luther King: “Eu tenho um sonho”. Ele sonhou um piso salarial ridículo de R\$900,00, enquanto o pessoal da área da Justiça ganha 30, 40 vezes mais. Eles não têm quarenta estômagos, e a professorinha um estômago. Então, aceito a nota de V. Ex^a que, como Martin Luther King, depois de três anos, morreu com este discurso: “Eu tenho um sonho”. É o sonho de V. Ex^a. O meu sonho é na democracia, que vai garantir a alternância no poder. Alternância no poder é uma riqueza da democracia no Piauí e no Brasil.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque, por delegação do Líder do PDT, por cinco minutos, ou pelo tempo necessário, de acordo com o art. 14 do Regimento Interno.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, nessas últimas semanas, ou até meses, ou até anos, essas tribunas tem sido palco de muitos discursos sobre escândalos. Vim falar de três tipos de escândalos que temos no Brasil, Presidente Papaléo. Primeiro, são os escândalos visíveis,

que estão todos os dias na imprensa. Depois, são escândalos invisíveis, que até aparecem, mas não os consideramos escândalos. E depois vou falar sobre o escândalo previsível. Portanto, vou falar sobre os visíveis, os invisíveis e o previsível.

Os escândalos visíveis, todos sabemos, todos os dias a mídia fala. São os escândalos referentes, por exemplo, ao Senado e, há até pouco tempo, à Câmara; depois que passar o Senado, volta a ser a Câmara. E o Poder Judiciário também. Acho que podemos dividir também esses visíveis em dois grupos. O grupo dos escândalos coletivos, da Casa, históricos, que vêm de algum tempo e que temos que enfrentar em bloco: escândalo como o uso de passagens; escândalo como o uso da verba indenizatória. Não dá para culpar o Presidente Sarney por isso. Defendi a licença dele por alguns meses, dois meses, para que a apuração desses escândalos que tocam todos aqui, uns mais, outros menos, fosse feita de uma maneira imparcial e que passasse a ideia de imparcialidade.

Ultimamente, porém, alguns escândalos, dos visíveis, Senador Mão Santa, dizem respeito diretamente ao Presidente Sarney e não ao conjunto da Casa. É o caso de algumas nomeações feitas. Não o caso dos atos secretos, não dá para jogar isso na culpa e na conta do Presidente Sarney. Esses são escândalos visíveis do conjunto da Casa e de dirigentes passados, entre os quais ele também, mas não ele prioritariamente. Agora, algumas nomeações que ele fez, sim, são visíveis e de responsabilidade dele. Denúncias feitas e que não foram ainda comprovadas, como o caso da conta no exterior não declarada e em valor alto, essa é visível e de responsabilidade dele, se for comprovada. O mau uso do dinheiro da Petrobrás, indo à Fundação de Memória do Presidente Sarney, que é uma coisa corretíssima e positiva haver uma memória de Presidente – isso eu acho positivo –, mas o desvio de dinheiro, se houve – e não se provou ainda –, é de responsabilidade do Presidente Sarney.

Agora, há uma que de fato é visível e se sabe que não é hipótese. O Presidente Sarney nos disse aqui, a todos os Senadores, que ele nada tinha a ver com a administração da sua fundação. Mas está provado, com dados dos jornais, que de fato ele é um dos dirigentes. Então, o fato de ter havido ou não desvio não está provado, mas o fato de ter havido uma afirmação que não se comprovou está provado. Isso é muito grave e justifica o que alguns estão falando em quebra de decoro.

Esses são alguns dos escândalos visíveis que nós temos, como também eu considero um escândalo visível e constatado, não hipótese como os que saem nos jornais, a relação do Poder Legislativo e do Poder

Executivo, colocando o Poder Legislativo subordinado ao Executivo, colocando o Presidente Lula como quem blinda quem ele quer nesta Casa, porque ele não vai blindar a todos.

Esses são os escândalos visíveis, que todos os dias a gente lê como hipótese ou como constatação e que exigem de nós medidas claras. Quando for preciso ir ao Conselho de Ética, tem que se mandar ao Conselho de Ética. E por isso eu creio que o Presidente Sarney não pode demorar a nomear os membros do Conselho de Ética e convocar o Conselho de Ética. Uma casa não pode viver sem Conselho de Ética, ainda mais na situação que nós estamos!

Esses são os visíveis. Agora, nós temos esquecido os escândalos invisíveis neste País, como, por exemplo, o que o Senador Mão Santa acaba de ler. Isso, Senador Mão Santa, que o senhor acaba de ler é um escândalo! O escândalo de termos 27% de crianças no Piauí que não sabem ler. Mas, no Brasil todo, são 11% de crianças! Não é criança de zero ano, não; são crianças que já deveriam saber ler, crianças de 6, 7, até 11 anos. Onze por cento dessas crianças não saberem ler, uma em cada dez, é um escândalo tão grave quanto usar passagem do Senado – que é um escândalo grave também, não quero diminuir – sem ser para trabalho e como nomear pessoas. Tudo isso é um escândalo, no mínimo, tão importante e grave quanto este País ter 11% de suas crianças sem saber ler, depois de entrarem na idade escolar.

É, sim, um escândalo que, neste País, cinco governadores tenham entrado com um pedido de inconstitucionalidade da Lei do Piso Salarial, que paga R\$950,00 por mês ao professor. É um escândalo que fica invisível. Ninguém considera um escândalo esses cinco governadores terem entrado na Justiça, tentando impedir o pagamento do piso salarial de R\$950,00 aos professores. É um escândalo! Não é um escândalo menor do que aqueles outros que aparecem.

É um escândalo que, neste País, apenas um terço dos nossos adolescentes terminem o ensino médio. É um escândalo, mas é um escândalo dramático, é um escândalo tão grave como se estivéssemos queimando os cérebros dos nossos meninos e meninas neste País. Só que, se tocássemos fogo nos cérebros, seria capaz de as pessoas se escandalizarem. Mas quando abandonamos os cérebros, que seria o mesmo que queimá-los, não sentimos como escândalo. Esse é um escândalo invisível.

É um escândalo que um país com 4,5 milhões de estudantes universitários tenha 14 milhões de adultos que não sabem a diferença do “a” para o “b” para o “c”. Analfabetos plenos. Isso é um escândalo. E nos esquecemos deste escândalo, prisioneiros que esta-

mos dos escândalos visíveis que a mídia, felizmente, está nos mostrando.

E o que dizer de 30 a 40 milhões de analfabetos informais, que sabem a diferença entre o “a”, o “b” e o “c”, mas que, quando as letras vêm todas juntas em um parágrafo, não são capazes de entender o que está escrito ali. Isso é um escândalo! Um escândalo invisível.

Como é um escândalo também grave este País, em pleno século XXI, com o potencial que temos, ser um país exportador de ferro e importador de **chips!** Exportador de bens agrícolas e importador de bens de inteligência. Este é um país que não é capaz de exportar inteligência. Isso é um escândalo! Um país de 200 milhões de habitantes, que já é a oitava ou a nona potência econômica do mundo, mostra escandalosamente a sua situação, quando aceita se transformar em um país exportador de bens primários e industriais e importador de bens de inteligência e do conhecimento.

É um escândalo, Senador Mão Santa, um país como o nosso ter 50% da renda nas mãos de 1% da população e ter 10% da população que não tem praticamente como sobreviver. Senador Mão Santa, é um escândalo, sim, o Brasil ser um país que tem 50 milhões de pessoas que só conseguem comer graças à ajuda do Governo, todos os meses, sob a forma do Bolsa Família. Pode-se dizer que seria até pior não haver o Bolsa Família, mas um país onde as pessoas para sobreviverem precisam dessa ajuda, com a riqueza do Brasil, é um escândalo! Na África, haver 50 milhões de pessoas que precisam de ajuda para sobreviver é uma tragédia, mas, no Brasil, é mais que uma tragédia; é um escândalo que elas só possam comer recebendo essa ajuda e que elas não sejam capazes de sobreviver por elas próprias.

E o pior, o que é ainda mais escandaloso, é nós comemorarmos cada vez que há aumento do número de famílias que precisam do Bolsa Família para sobreviver. O Governo faz festa para dizer que não são mais 40, que são 50 milhões. Deveria comemorar quando dissesse que, dos 40 milhões a que antes pagávamos, agora só 30 milhões precisam receber o benefício.

Esse é um escândalo invisível que nós precisamos mostrar ao povo. É um escândalo invisível, porque as pessoas não querem ver, porque a mídia não dá a dimensão de escândalo, apenas de notícia. Neste País, onde formamos milhares de médicos todos os anos, onde temos uma renda de R\$2,5 trilhões por ano, dos quais quase 40% vão para as mãos do Governo, ainda temos filas nas portas dos hospitais, ainda temos pessoas esperando meses para fazer uma operação, como a gente vê todo o dia, como se

fosse notícia, e não como se fosse escândalo. Como se fosse escândalo apenas aquilo que diz respeito à corrupção do roubo do dinheiro, e não o escândalo do roubo da vida de quem não teve um atendimento médico na hora certa.

Roubar dinheiro do Governo é um roubo. Por isso, nem de corrupção a gente deveria chamar. É um erro chamar de corrupto quem é ladrão. Mas, no Brasil, a gente chama de ladrão quem rouba um pão e chama de corrupto quem rouba um milhão. Não podemos tolerar e devemos nos escandalizar com as corrupções que existem no comportamento. Mas temos que nos escandalizar também com as corrupções nas prioridades, porque se prefere pôr dinheiro em outras coisas em vez de na saúde do povo. Mas com isso A gente não se escandaliza. É apenas notícia uma fila no hospital.

Escândalo fica sendo o que de fato é escândalo: usar passagens financiadas pelo Governo. Esse é um escândalo visível. Mas o outro tem sido um escândalo invisível. E a invisibilidade é um escândalo em si, Senador Mão Santa. Fazer com que esses escândalos graves que nós vimos – porque eu citei apenas alguns – fiquem escondidos, apenas vistos como notícias, de vez em quando, e não como escândalos, diariamente... Não dizer, diariamente, cada um destes escândalos: o do analfabetismo, o da fome, o da dependência do Bolsa Família, o das filas nos hospitais, o das crianças que vivem nas ruas, o da prostituição infantil; não dizer esses escândalos todos os dias, em fazer esses escândalos invisíveis, isso é uma corrupção, a corrupção do esconderijo dos escândalos sociais deste País. É um escândalo sim, tudo isso, Senador Mão Santa.

Agora, eu disse que tinha o escândalo previsível, além dos escândalos visíveis e dos escândalos invisíveis. Para mim, o escândalo previsível é que, daqui a um ano e meio, nós vamos ter uma eleição. E todos aqueles hoje envolvidos nos escândalos visíveis serão reeleitos. Ouça o que estou dizendo, Senador Mão Santa: daqui a um ano e meio, nós vamos ter uma eleição e os envolvidos hoje nos escândalos visíveis que acontecem no Congresso vão ser reeleitos. Esse é um escândalo previsível; até porque a maior parte dos que estão envolvidos nesses escândalos visíveis não precisa de votos de pessoas que se indignam, que manifestam a sua indignação e que não se conformam com a corrupção. Eles serão eleitos por pessoas conformadas com a corrupção, serão eleitos por pessoas que não se indignam com a corrupção. Sabe por quê? Porque são pessoas vítimas dos escândalos invisíveis, pessoas tão vítimas dos escândalos invisíveis, mas que sentem na pele que eles não se escandalizam com os escândalos visíveis.

Eles veem esses escândalos visíveis que os jornais colocam como algo, no mínimo, iguais aos escândalos deles, aos escândalos de ficarem na fila dos hospitais, aos escândalos dos quais eles são vítimas. E eles não conseguem perceber que os escândalos invisíveis dos quais eles são vítimas – os pobres nas filas, as crianças abandonadas, todos sem escola –, eles não conseguem perceber que esses escândalos invisíveis decorrem de dois fatos: dos escândalos visíveis, que roubam dinheiro que deveria ir para a educação e para a saúde, e desse absurdo escândalo que está na mentalidade de todos nós, que não tratamos como escândalo o que de fato escândalo é, a mídia.

A mídia, que não consegue ver como escandaloso a corrupção nas prioridades; que vê como escandaloso apenas a corrupção no comportamento do político, e não a corrupção nas prioridades das políticas; a corrupção, por exemplo, Senador Mão Santa, de um país que vai entrar agora numa disputa imensa eleitoral para a Presidência, para saber quem acelera mais, e não quem muda mais o futuro do País. Como se acelerar para o abismo fosse positivo. Escândalo de candidatos a Presidente que vão falar olhando apenas o imediato, sem nenhuma proposta para o depois de amanhã, de quando saírem do Governo. Escândalo de candidatos que vão pensar apenas no voto desta eleição, e não na realização dos sonhos da próxima geração. Esse é um escândalo previsível. É previsível o escândalo de que o processo eleitoral brasileiro não vai trazer sonhos novos, não vai lutar contra os verdadeiros escândalos deste País, sejam os escândalos visíveis da corrupção, do comportamento dos políticos, seja o escândalo invisível das políticas equivocadas deste País.

Por isso, Senador Mão Santa, falando dentro do tema geral, que é escândalo, mas trazendo uma dimensão que não tenho visto aqui, eu digo que nós temos hoje, o Brasil, um país debaixo de três grandes tipos de escândalos: os visíveis, os invisíveis e os previsíveis. Os visíveis, que a mídia põe todos os dias, de forma escandalosa, porque são escândalos realmente do comportamento da maior parte, ou de uma parte, ou de muitos, ou de alguns que sejam, dos políticos brasileiros. E, felizmente, a imprensa está denunciando esses escândalos vergonhosos da corrupção. Mas os escândalos que ela não mostra ou que não trata como tal são os escândalos de uma realidade social que é corrupta mesmo que ninguém roubasse dinheiro de um para o outro. Porque o roubo não está apenas em se apropriar do dinheiro público; o roubo está também em mandar o dinheiro público para prioridades equivocadas que não interessam às grandes massas.

A construção de um prédio de luxo em um país sem água e esgoto é uma corrupção, mesmo que

ninguém roube dinheiro daquele prédio. O roubo do dinheiro que ia para aquele prédio de luxo é uma corrupção no comportamento. Mas a construção daquele prédio de luxo em um país sem água nem esgoto é uma corrupção nas prioridades do uso dos recursos públicos. E essa corrupção tem que ser tratada com a dimensão de escândalo.

Mas, lamentavelmente, é previsível que, daqui para frente, a gente vai continuar com os escândalos visíveis – e o pior é que talvez ninguém seja punido por causa deles – e os escândalos invisíveis, que a maioria se nega a ver e que alguns comemoram.

Desculpem-me dizer, mas é um escândalo um país que não consegue pagar o piso salarial do professor isentar de IPI os automóveis. Mas quantos que me ouvem estão contentes porque agora podem comprar automóveis mais baratos? Quantos? Quantos não veem como escândalo o País abrir mão de impostos sobre automóveis, mas manter impostos sobre sapatos, sobre feijão! Quantos são capazes de ver isso como escândalo? São os escândalos invisíveis.

E os escândalos previsíveis. Vamos ter uma eleição em que os escândalos invisíveis não entrão na pauta, em que este País continuará discutindo como se manter no mesmo rumo, talvez limpando um pouco a lama, de um lado e de outro, mas sem dobrar na estrada, sem buscar uma nova orientação para o nosso modelo de desenvolvimento. E pior: a previsibilidade escandalosa de que o próximo Congresso vai trazer de volta aqui, com os votos dos eleitores, muito provavelmente, todos aqueles envolvidos hoje nos escândalos.

Até mesmo se fôssemos capazes de tirar esses envolvidos em escândalos e se eles não ficasse casados por alguns anos, conforme manda a Constituição, provavelmente voltariam, porque seu eleitor não é capaz de perceber a relação entre o escândalo invisível de que é vítima e o escândalo visível daqueles que roubam dinheiro que deveria servir para financiar os serviços que eles, os pobres, precisam neste País.

Há três escândalos que este Senado deveria debater, mas há um escândalo final: é o de que, aqui nesta Casa, a gente não consegue debater isso. Esse não é um escândalo visível, invisível, nem previsível; esse é um escândalo constatavelmente triste. Não se debate esse tipo de escândalo.

Também é triste que a mídia, que presta um imenso serviço em divulgar aquilo que é visível, não tome um pouquinho de tempo, para fazer uma análise mais detalhada da realidade social e não consiga trazer como escandalosa a vergonha da desigualdade, a vergonha da deseducação, a vergonha da depen-

dência de 50 milhões do Bolsa Família, a vergonha de um processo eleitoral cujo único tema de debate talvez seja a corrupção do comportamento, e não a corrupção nas prioridades.

Queira Deus que o Brasil desperte, Senador Mão Santa, para os outros escândalos, tanto quanto estamos despertando, felizmente, para os escândalos do mau uso do dinheiro público, sob o ponto de vista da apropriação por indivíduos, da colocação do dinheiro no bolso. Mas não estamos despertando para o grave: o dinheiro que não vai para o bolso de nenhum indivíduo, mas vai servir às classes privilegiadas, construindo aquilo que elas precisam e abandonando tudo aquilo que as massas pobres deste País precisam.

Era isso, Senador Mão Santa, que eu tinha a dizer.

Com muito prazer, passo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Cristovam, apressei-me em chegar até aqui para poder ter o privilégio de aparteá-lo. V. Ex^a aborda um tema de que tratei outro dia, *en passant*, na Comissão de Infraestrutura. Mas acho que V. Ex^a o traz a este plenário, e, pelo que disse agora, nós precisamos aprofundar um pouco: as grandes obras, as obras de luxo, as obras não necessárias num país sem saneamento, sem saúde, sem segurança. Eu queria chamar a atenção de V. Ex^a e de alguns colegas com relação a esta anunciada Copa do Mundo de 2014, no Brasil.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito bem, Senador.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eu vi o Diretor da Infraero mostrar o investimento que fará em aeroportos. Nós estamos vendo, todos os dias, serem anunciados os investimentos em estádios. E aí a Copa do Mundo, hoje, que se torna um espetáculo eminentemente comercial, em que tudo é vendido – existem empresas de *marketing* que vivem exclusivamente disso –, impõe ao Brasil investimentos completamente desproporcionais à realidade em que vivemos. Eu quero a Copa do Mundo em 2014. Mas para que doze sedes? Para que isso? Nós não vamos nunca contentar todos os Estados brasileiros, não vamos fazer justiça a todos. Portanto, seria preciso que essas coisas fossem feitas com maior responsabilidade. Acho um desperdício o que se vai fazer, por exemplo, em termos de estádio. V. Ex^a se recorda de que, com a febre da Copa de 70, o Brasil saiu construindo estádios pelos Estados aí afora – era a época do milagre brasileiro –: uns Estados a fundo perdido, outros nem tanto, outro

com empréstimo internacional. O Piauí fez um estádio fabuloso, o Ceará fez, o Maranhão fez, Alagoas fez, Sergipe fez, o Amazonas fez, o Brasil todo fez. Esses estádios dão prejuízo. O estádio do Piauí, que é um espetáculo arquitetônico, foi construído numa dimensão tal, que o atual Governo do PT transformou a área vizinha em estacionamento, fez lá uma tal de uma cidade Detran que inviabilizou o estádio, a ponto de que, hoje, se precisássemos realizar ali partidas internacionais para a Copa do Mundo, elas seriam proibidas, porque o estacionamento foi ocupado, e a obra foi desviada. Fico muito feliz em saber que V. Ex^a comunga desse pensamento e tem preocupação com relação a isso. Acho que temos a responsabilidade de alertar o País não porque não queiramos a Copa do Mundo, não – nós queremos a Copa do Mundo – mas não nas dimensões e no esbanjamento de gastos que a Fifa exige e que estamos aí correndo para atender. Nós temos que pensar em exemplos como a China e a Coreia, dois países riquíssimos: dividiram os custos, dividiram os gastos e fizeram a Copa do Mundo integrada.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Japão.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Japão e Coréia. Perdão, Senador, Japão e Coreia. Nós não podemos... Eu alerto para esses fatos. Nós temos que ver que o Brasil está-se recuperando de vários anos de dificuldade econômica, e é preciso, Senador Cristovam... Louvo V. Ex^a, por ter trazido esse assunto. Estou, inclusive, coletando dados, para falar na tribuna do Senado, brevemente, com mais detalhes. Mas V. Ex^a deu a dica, e eu não podia deixar, de maneira nenhuma, de ter a oportunidade de me juntar a V. Ex^a em seu pronunciamento. Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador Heráclito, eu que agradeço muito, porque o senhor me trouxe uma percepção que eu não tinha tido. Tenho criticado essa ideia de se gastar tanto dinheiro na Copa em vez de se gastar em outras coisas. Apresentei até um projeto provocador: se o Brasil é capaz de gastar tanto dinheiro para a Copa, por que não erradica o analfabetismo? E aí fiz um projeto que diz que, se o Brasil, até 2014, não consegue erradicar o analfabetismo, que tiremos “Ordem e Progresso” da Bandeira, para que todos reconheçam a nossa Bandeira e não apenas os que sabem ler.

O que o senhor trouxe de novo e que eu não tinha imaginado – a gente começa a ser viciado pelo que ouve – é que a Copa não precisava ser em tantas cidades. Isso é verdade. Creio que em 1950 foi em uma

só cidade, no Rio de Janeiro. Não creio que a Copa de 50 tenha sido em mais de uma cidade.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não, não. Em 1950 foi no Rio, em São Paulo, em Belo Horizonte, e acho que havia uma quarta cidade. Eram quatro cidades.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito bem. Mas o importante da sua colocação é que quem vai assistir a esses jogos não são os que moram nessas cidades. Não são os que moram nessas cidades.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Mas e o dia seguinte? Aqueles estádios, aqueles monstros montados, aqueles estádios com estrutura, sem uso, subutilizados!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Isso, não vão, tanto que estão fazendo trenzinhos do aeroporto até os estádios, ou até os hotéis, para os que vêm de fora.

O povo brasileiro vai assistir à Copa que vai ser no Brasil da mesma maneira que assistimos à Copa que foi na Coreia e no Japão: pela televisão. Agora, que nos dá orgulho ser aqui dá. Isso é bom para o Brasil? É. Mas podia ser realmente com um custo muito menor. Eu não havia pensado como. É simples: concentrando-a em algumas cidades, e as outras, aceitando que vão ver pela televisão, como, aliás, mesmo que seja em 12, provavelmente 5.552 – não sei se fiz as contas direito – não vão ter a Copa do Mundo e vão assistir pela televisão.

Creio que V. Ex^a tem toda a razão. Vamos trazer a Copa, mas vamos fazer dentro dos limites dos nossos recursos. E mais, Senador Geraldo Mesquita, do ponto de vista logístico, é muito mais fácil preparar três, quatro cidades, do que preparar 12. E veja que a África do Sul está sofrendo problemas logísticos agora, por causa de greve de trabalhadores. Se a gente concentra, tem muito mais chance de fazer uma boa Copa.

Creio que o senhor tem razão, Senador Heráclito. É uma maneira de ter a Copa sem gastar tantos bilhões, como estão sendo previstos.

Esse é um exemplo de uma corrupção nas prioridades, mesmo em busca de uma coisa boa. E, às vezes, nem coisas boas a gente está buscando.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Cristovam, gastar em cidades que têm necessidade premente de recursos em educação, saúde, saneamento básico! Cuiabá, Manaus e por aí afora. Fortaleza...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Pelo visto, eu tenho que acrescentar mais uma categoria

aos escândalos. Falei dos escândalos visíveis, os invisíveis e os previsíveis e tem mais um: os escândalos comemorados.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – É verdade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Esse é um escândalo que está sendo comemorado equivocadamente.

Presidente Mão Santa, isso era o que eu tinha para falar. Agradeço o tempo que me concedeu.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Papaléo Paes, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Cristovam Buarque, que representa o Distrito Federal e o PDT, mostrando suas preocupações com gastos indevidos, convidamos para usar da palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior, que é do PMDB e que representa o Acre.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Srs e Srs. Senadores presentes nesta sessão de segunda-feira, vou começar comentando uma matéria veiculada no jornal **O Estado de S.Paulo** de hoje cujo título é “Direitos Humanos viram saia justa para país na ONU”. O País a que se refere é o Brasil. É matéria interessante, Senador Mão Santa, que nos remete, imediatamente, à questão central, para que possamos analisar os movimentos que faz a diplomacia brasileira.

Como todos nós sabemos, o Brasil da era Lula colocou, em relação à Organização das Nações Unidas (ONU), em relação à comunidade dos países, uma pretensão que, em princípio, é das mais justas. O Brasil, que é membro nato da ONU, pretende ascender à condição de membro do Conselho Permanente da ONU, aquele clube **vip** de países que têm, inclusive, poder de voto nas decisões tomadas naquele fórum internacional.

A matéria de uma página – não vou aqui entrar em detalhes – destaca o questionamento ou a surpresa de alguns países por verem, segundo esses países, o Brasil, repentinamente, segundo eles, alterar seu comportamento em face do ocorrido em algumas nações no campo dos direitos humanos.

Recentemente, Senador Mão Santa, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, por

provocação do Senador Cristovam Buarque, que acaba de fazer um pronunciamento, e do Senador Eduardo Azeredo, foi aprovado um voto de solidariedade a sete líderes iranianos da Fé Bahá'í. São cinco homens e duas mulheres cujo julgamento estava previsto para este último sábado e foi suspenso. Cogitações dão conta de que a suspensão desse julgamento pode ter se dado em virtude de pressão internacional. Não só o Senado Brasileiro se manifestou sobre a prisão desses líderes bahá'ís no Irã, como também diversos países da União Européia e a própria União Européia manifestaram, publicamente, opiniões acerca desse julgamento, em regra pedindo que o julgamento fosse justo.

Senador Mão Santa, o que tem uma coisa a ver com a outra? Acho que tem tudo a ver, como se diz.

Destaqui aqui do jornal o estranhamento, muito diplomático por sinal, de alguns países, com relação à posição que o Brasil vem adotando. O jornal diz:

"Entre 2003 e 2005, o Brasil votou a favor de resoluções da ONU contra a situação na Coréia do Norte. Em 2007 e início de 2008, o País manteve o voto na Assembleia-Geral da ONU e no Conselho de Direitos Humanos, respectivamente. Mas a orientação mudou no fim de 2008, quando o Brasil preferiu apostar na participação norte-coreana no mecanismo de avaliação universal da ONU.

Um dos problemas do mecanismo, porém, é que as críticas e comentários sobre um país são elaborados por outros países, o que dá margem a manobras políticas. 'A avaliação universal tem limites', disse Yamanka.

Outro ponto que vem chamando a atenção é a insistência de o Brasil votar em abstenção sempre que uma resolução aparece sobre o caso iraniano. Tradicionalmente, o governo adotou essa postura, mas havia caminhado para uma posição mais próxima à da Europa em 2003. Mas, quando o Canadá, em 2008, apresentou resolução, pedindo que as violações de direitos humanos no Irã fossem eliminadas, o Brasil mais uma vez se absteve."

É dito mais no jornal:

"Para um alto funcionário de um dos principais países europeus, a posição brasileira 'surpreende' [segundo o *Estadão*], considerando que no governo há pessoas que lutaram contra uma ditadura. Uma diplomata italiana questiona a aproximação de posições entre os países emergentes. Para ela, não se pode

falar em alianças entre governos no campo dos direitos humanos, 'a aliança precisa ser com as vítimas'."

Olhem que visão interessante!

Senador Mão Santa, como eu disse, independentemente da posição que o Brasil vem adotando em relação a determinados países, com independência, a Comissão de Relações Exteriores votou, na última quinta-feira, esse voto de solidariedade a essas iranianas e a esses iranianos, que estão presos em virtude da profissão de uma fé.

Inclusive, para que as pessoas que nos ouvem compreendam exatamente aquilo a que a gente está se referindo, falarei um pouquinho sobre o que é a Comunidade Bahá'í, Senador Mão Santa. É uma entidade religiosa, de caráter não governamental, existente em 188 países do mundo, fundada em meados do séc. XIX. Estabelecida no Brasil desde fevereiro de 1921, está presente em todos os Estados brasileiros, inclusive no meu Acre e no seu Piauí também, sendo reconhecida por estabelecer projetos de desenvolvimento econômico e social em diversas regiões do País, principalmente nas áreas de direitos humanos e da promoção da igualdade.

Os bahá'ís, Senador Mão Santa – colhi essas informações do site e do escritório dessa entidade em Brasília –, segundo eles, sofrem perseguições ao longo de toda história de sua fé no Irã. Nos primeiros anos, seus seguidores sofreram oposição tanto das autoridades religiosas quanto das sucessivas dinastias; cerca de vinte mil pereceram durante o séc. XIX. A perseguição continuou de forma contínua desde então, frequentemente coincidindo com as necessidades dos governos, a despeito de sua orientação política, buscando dar suporte a elementos da liderança islâmica.

Ainda hoje, Senador Mão Santa, alguns líderes islâmicos conservadores veem a Fé Bahá'í como uma ameaça ao Islã e rotulam os bahá'ís de apóstatas. As idéias progressivas da Fé acerca dos direitos das mulheres, da investigação independente da verdade, e a ausência de clero são motivos de preocupação para muitos clérigos islâmicos. Além disso, para o governo do Irã, a emergência de uma religião independente que suceda ao Alcorão não é apenas algo teologicamente abominável, mas também uma ameaça a um sistema de influências e favores. Membros do governo do Irã, há muito tempo, carregam a determinação de extinguir essa Fé e acabar com seus seguidores.

Os princípios, Senador, da Fé Bahá'í requerem que os bahá'ís sejam obedientes ao seu governo e que não se envolvam em atividades partidárias ou subversivas nem em qualquer forma de violência. Os bahá'ís não buscam qualquer privilégio, mas somente os direitos inerentes a qualquer indivíduo, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em particular, o direito à vida, à liberdade e à segurança, o direito de professar e praticar sua religião e o direito à educação e ao trabalho.

Senador Mão Santa, hoje, no Irã, existem cerca de 350 mil bahá'ís, constituindo-se na maior minoria não-mulçumana presente no país, e, no mundo todo, são mais de cinco milhões. No Brasil, a comunidade bahá'í conta com mais 65 mil seguidores. Como eu disse, há alguns, no Acre e no seu querido Piauí, cumprindo atividades de inclusão social.

Portanto, Senador Mão Santa, quero declinar o nome das pessoas que estão detidas sob as acusações mais estapafúrdias lá no Irã: Fariba, Jamaloddin, Mahvash, Afif, Said, Behrouz e Vahid. São pessoas que professam a Fé Bahá'í e sobre as quais paira, entre outras – pasme, Senador Mão Santa! –, a acusação de que realizaram corrupção na terra. Estão presos, e há precedente de execução de membros do Bahá'í no final da década de 70. Por isso, há apreensão da comunidade internacional.

Aqui, é preciso chamar a atenção, Senador Mão Santa, para o fato de que o Brasil não pode confundir as coisas. O pleito do Brasil é justíssimo, o Brasil quer ser membro permanente do Conselho das Nações Unidas. O Brasil precisa, como vem fazendo, aproximar-se mais e mais dos países vizinhos da América Latina, do Caribe, da África. Mas, para alcançar seu objetivo, o Brasil tem de sair dessa posição dúbia em que se encontra, quando estão em jogo situações que envolvem os direitos humanos em nações como a Coréia do Norte e o Irã, que, nos últimos tempos, têm produzido episódios preocupantes.

Há uma determinação que teve como origem o entendimento do Senador Cristovam Buarque e do Senador Eduardo Azeredo de chamar a atenção do Senado brasileiro para a situação dos membros do Bahá'í que estão presos no Irã sob as acusações mais estapafúrdias. Essa não é uma preocupação isolada. Tenho aqui um boletim que dá conta de ações e de iniciativas que partem do mundo inteiro, preocupações com a segurança e com a integridade dessas pessoas que se encontram detidas no Irã e cujo julgamento, como eu disse, estava marcado para o último sábado,

mas que, pela pressão internacional – e o Senador Cristovam Buarque pode ter tido uma responsabilidade muito grande nesse sentido –, foi adiado. Na verdade, o que a comunidade internacional espera é que essas pessoas sejam libertadas. Suas vinculações com a Fé Bahá'í não podem ser motivo e pretexto para que elas se encontrem presas, Senador Buarque.

A comunidade internacional, aí incluído o Senado brasileiro, já produziu um primeiro resultado: o adiamento desse julgamento, que tende a ser parcial e ameaçador, tendo em vista os precedentes, como eu disse, do final da década de 70, em que casos semelhantes resultaram em execuções. Portanto, nossas apreensões e preocupações, Senador Buarque – e parabenizo V. Ex^a pela iniciativa –, não são e não foram inúteis. E tenho a impressão de que já começaram a produzir algum resultado.

O Brasil, como eu disse, com a pretensão de tornar-se membro permanente do Conselho da ONU, não pode ser omisso, não pode ser flexível com relação a situações que envolvam os direitos humanos mundo afora. Essas coisas são como água e vinho, óleo e água: não podem se misturar. E, se se misturarem, Senador Mão Santa, isso tem de acontecer pelas posições tradicionais que o Brasil sempre adotou, ou seja, sem o propósito de interferir, de forma alguma, nas questões internas dos países. Mas o Brasil, por outro lado, nunca ficou, e não pode ficar, em posição dúbia com relação a situações que envolvam os direitos humanos mundo afora.

Concedo ao Senador Cristovam Buarque o aparte solicitado.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Geraldo Mesquita, fico muito feliz de vê-lo trazer esse assunto aqui. Temos a possibilidade de discutir essa questão com a fraternidade e a tranquilidade de quem não é contra o governo do Irã. Não tenho por que ser contra o que o Irã faz. Ontem, vi o Irã conseguindo fazer a clonagem de animais, coisa de que o Brasil, pelo que sei, não está nem perto. A gente vê o Irã despontando como uma nação espacial – o programa espacial brasileiro morreu anos atrás. É claro que nos assusta a possibilidade, negada – e não há por que a gente achar que o governo iraniano está mentindo –, de que haja armas nucleares. No que se refere ao aproveitamento pacífico da energia nuclear, é de ficarmos, eu diria até, surpresos diante do fato de o Irã, em poucos anos, haver se transformado em uma potência científica e tecnológica, como o próprio Embaixador do Irã aqui, que é engenheiro, costuma mostrar a quem

conversa com ele. As notícias que saem sobre o Irã nem sempre são verdadeiras, porque, no Brasil, há um problema: tudo o que passa pela mídia no Brasil vem de uma mídia que não é neutra, não é neutra. Então, grande parte do que se fala aqui sobre o Irã não pode ser tido como verdadeiro. A própria constituição iraniana prevê respeito à religião cristã, à religião judaica e ao zoroastrismo. Mas, de fato, essa não é uma questão apenas de jornal, não é uma questão de manipulação. A relação com os bahá'ís é incômoda para qualquer pessoa que queira respeitar o Irã. Eles até explicam, mas não justificam, de maneira alguma, dizendo que os Bahá'ís não são uma religião, mas, sim, uma seita da religião mulçumana. Mas as seitas devem ter direito também, primeiro ponto. Classificar como religião e seita e negar direito ao que eles chamam de seita é um erro, na ótica da gente. Então, temos de nos pronunciar. O mais grave ainda é o risco de pena de morte. Esse risco, temos de lutar contra ele no mundo inteiro, não apenas no Irã, não apenas contra os bahá'ís. Temos de lutar contra todo tipo de crime. Nenhum crime justifica a pena de morte. A gente sabe que China e Estados Unidos são os campeões em aplicação de pena de morte, mas o Irã, que é um país pequeno, também adota a pena de morte e também tem realizado esse tipo de justiciamento em número que incomoda. Mas, mesmo que fosse só um, creio que, aqui, deveríamos protestar. Por isso, sou solidário com sua posição. Primeiro, não nego minha posição de protesto e de apelo, sem intromissão nos assuntos internos, sem intromissão nas interpretações que são feitas dentro do Irã sobre diferença entre religião e seita. Mas, por favor, não se pode cometer esse ato de assassinar uma pessoa pela maneira como ela pensa, pelo que acredita. Os Bahá'ís, não importa sejam tratados como religião ou como seita, merecem respeito, merecem liberdade e, sobretudo, merecem a vida. Por isso, faço este aparte e, ao mesmo tempo, peço ao Presidente da Mesa que seja lido o requerimento que está aí, vindo de uma junção da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão de Direitos Humanos. É um apelo ao governo iraniano, para que essas pessoas não sejam vítimas daquele assassinato que por aí, às vezes, chama-se de pena de morte, o que não deixa de ser um assassinato feito sob autorização do Estado. Então, Sr. Presidente, está sobre a Mesa esse requerimento assinado pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Eduardo Azeredo, e por mim, como Presidente da Comissão

de Direitos Humanos, para ser enviado ao Itamaraty e, pelo Itamaraty, à Embaixada do Irã em Brasília.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Buarque, meu pronunciamento sem seu aparte estaria capenga, incompleto. Agradeço muito a V. Ex^a por sua intervenção, até porque V. Ex^a domina o assunto e tem o necessário conhecimento dos fatos, do que se está passando.

Minha preocupação, hoje, aqui, foi apenas a de trazer uma reflexão sobre a posição que o Brasil vem adotando nos últimos tempos em relação a situações conflituosas que digam respeito, notadamente, à questão dos direitos humanos. O Brasil, como eu disse, pretende, com toda justiça, integrar o Conselho Permanente da ONU, como membro permanente, e, por isso, precisa de votos, precisa convencer nações, mas não pode fazê-lo em prejuízo de questões que julgamos aqui questões de princípios. Direitos humanos ninguém negocia. Com relação a direitos humanos, não dá para ser omisso. O Governo brasileiro sempre tem de ter uma posição e uma manifestação muito firme em relação aos direitos humanos, para que não pare qualquer dúvida na comunidade internacional acerca do que consideramos necessário e justo na defesa de princípios e da integridade das pessoas mundo afora.

Portanto, Senador Mão Santa, com os agradecimentos ao Senador Cristovam Buarque por seu aparte, devo dizer que era esse o assunto, que eram essas as reflexões que eu queria trazer hoje à tribuna do Senado, para que a gente pudesse permanecer no caminho firme do combate, da crítica pesada àqueles que se afastam, no campo dos direitos humanos, daquilo que é fundamental para as pessoas. Não nos podemos afastar desses princípios, não nos podemos omitir. Temos de ser firmes na condenação, temos de ser firmes no repúdio às violações, ocorram elas onde ocorrerem, no Brasil ou fora do Brasil. Esse tem de ser o entendimento do povo brasileiro. Esse tem de ser, sobretudo, o entendimento e a postura do Governo brasileiro.

Obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Esse foi o Senador Geraldo Mesquita Júnior, mostrando suas preocupações quanto à tolerância religiosa que tem de haver.

Convidamos, para usar da palavra como orador inscrito, o Senador Valter Pereira, que representa o Estado do Mato Grosso do Sul e o PMDB.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com a devida permissão do Senador Valter Pereira, quero dizer que, ontem, li matéria relacionada à questão de comissionados nos gabinetes dos Senadores. Quero apenas fazer um esclarecimento, porque achei uma matéria tendenciosa contra a Casa. Por isso, vou falar.

A matéria diz que 83% dos gabinetes são inchados com não concursados. É claro, são cargos comissionados, não precisa ser concursado para ocupar cargo comissionado – certo, Senador Valter? –, cargo de confiança. Se fizermos uma comparação, por exemplo, com a Câmara, vamos ver que, se aqui esse percentual é de 83%, lá é de 100% dos cargos, ou seja, todos os cargos de gabinete, 100% deles, são comissionados. Quem faz o número são os Deputados, com um limite, um teto para alcançar o número de cargos suficiente. Cada Senador tem à disposição onze cargos, que chamam cargos cheios, de comissionados. Pode haver o desdobramento desses cargos. Mas só que, quando você os desdobra, aumenta o número, e vão diminuindo os salários. Você pode ter onze assessores apenas, e cada assessor ter o valor total do cargo, ou pode fractionar cada cargo desses com salários bem baixos. Então, você pode transformar onze cargos em mais de setenta cargos, de setenta pessoas. Se você for ver, o valor financeiro é o mesmo.

Então, jogaram aqui só com a quantidade, não jogaram com o valor financeiro. Por isso, quero fazer esse esclarecimento contra essa matéria tendenciosa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Valter Pereira.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, o Senador Papaléo, em boa hora, presta um esclarecimento relevante com relação a essa onda que varre o Senado Federal e que causa, às vezes, má interpretação de normas que são historicamente adotadas e cumpridas aqui nesta Casa.

No caso dos cargos comissionados, eu lembria o Senador Papaléo Paes de que fazem parte da estrutura e da cultura administrativa do Estado brasileiro, aí incluindo, além do Legislativo, os dois outros Poderes.

Tanto no Poder Judiciário quanto no Poder Executivo existem os cargos de carreira e existem também os cargos comissionados, que são chamados cargos de confiança.

Portanto, não há nenhuma surpresa, não há nenhuma novidade com relação à existência desses cargos. A única diferença que existe é quanto à flexibilidade apontada pelo ilustre Senador Papaléo Paes de que, no caso do Legislativo, permite-se fazer de um cargo três, mantendo-se sempre o mesmo valor que seria atribuído a um só. Portanto, eu acho que o esclarecimento é oportuno.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que me traz à tribuna nesta tarde é a necessidade de fazer um comentário sobre o qual já me pronunciei várias vezes aqui, na tribuna do Senado Federal. Diz respeito às deficiências no atendimento do serviço público. É o caso, por exemplo, de doente que recorre a uma unidade de saúde e é compelido a permanecer horas intermináveis para uma consulta. É muito comum, hoje, assistirmos àquelas cenas em hospitais, com pessoas nos corredores, deitadas nas macas, aguardando atendimento, que nunca chega. E, não raro, acontecem casos fatais de pacientes que perdem a vida dentro de um nosocômio, dentro de um hospital, na frente de enfermeiros, na frente de médicos etc.

Não raro, a dor que aflige o paciente é agravada pela indiferença de quem está atrás do balcão. Em algumas vezes, é um atendente que nem olha direito para o paciente, que nem consegue enxergar uma criatura que padece de dor. Noutras ocasiões, é o próprio médico que dá uma consulta superficial, não requer exames adequados e trata com a mesma indiferença determinados sintomas que podem ocultar causas de risco.

Em muitas circunstâncias, esse desleixo no atendimento inicial pode ser o começo de um calvário interminável.

Foi o que aconteceu, por exemplo, na quinta-feira da semana passada. Um médico do Hospital Miguel Couto, na Gávea, no Rio de Janeiro, foi instado a atender uma parturiente, de nome Manuela Costa, de 29 anos. Grávida de sete meses, ela passava mal, contorcia-se de dor. E o médico, depois de um breve atendimento, constatou que a parturiente poderia passar pela necessidade de um parto precoce.

Muito provavelmente, o médico enxergava o que estava acontecendo, mas acabou descartando o atendimento que precisava ter dado e recomendou àquela paciente que procurasse um outro nosocô-

mio, que procurasse a Maternidade Fernando Magalhães, em outro ponto da cidade, em São Cristóvão. Imaginando que estivesse dando uma ajuda à pobre mulher, esse médico escreveu no braço dela, Sr. Presidente, o endereço do hospital onde ele recomendava que ela fosse atendida. Ele teve o cuidado de anotar até o número das linhas de ônibus que ela deveria pegar para chegar a esse destino. Quando ela chegou à maternidade indicada, o bebê já tinha perdido a vida.

Muito provavelmente, o médico agira daquela forma porque estava, de fato, impedido de prestar o atendimento por falta de vagas. Pelo menos, foi isso que a imprensa noticiou. No entanto, é preciso que se diga que a solução que ele deu para o problema foi uma solução desumana, muito desumana. Se tivesse a mínima sensibilidade humana e se tivesse o mínimo apego aos compromissos profissionais, ele seguramente iria abrir uma exceção e fazer um atendimento, de qualquer forma, naquele hospital. Era seu dever remover o obstáculo porque estava diante de uma situação emergencial. No mínimo, teria de colocar a parturiente em uma ambulância e encaminhar para o outro estabelecimento. O que se observa, em circunstâncias como essa, é falta de solidariedade e de espírito público.

Hoje, Sr. Presidente, há um inquérito aberto, há um procedimento judicial em curso. Todavia, nada que venha a acontecer – a intimação ao médico, o processo, que também é doloroso e certamente será instaurado contra o profissional –, nada disso vai trazer de volta a filha perdida. O pai da criança chegou a declarar à imprensa o seguinte: “Ele poderia ter feito até um parto no chão, no corredor do hospital”. De fato, em uma emergência, até em um divã qualquer, mesmo nos corredores, ou no chão, ou dentro da ambulância, poderia ter prestado o socorro, embora se reconheça que esse não é um procedimento habitual, nem apropriado. Mas tudo isso poderia ter sido feito se, efetivamente, houvesse um espírito público a orientar o profissional da saúde.

A Promotora está cuidando do caso, mandou instaurar um inquérito, mandou intimar o médico, mas isso, Sr. Presidente, na verdade, não é de responsabilidade única e exclusiva do médico. É isso que precisa ser avaliado nesta Casa. O que isso demonstra é que a saúde pública brasileira também está doente, a política de saúde pública no País também está doente. Está doente, porque esse fato que acabo de narrar não é isolado, nem muito raro. Pelo Brasil afora, basta exa-

minar a situação das Santas Casas, espalhadas por todos os cantos, inclusive em Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, onde o atendimento é precário e não mostra sinais de recuperação.

Portanto, quero alertar que alguma coisa tem de ser feita. A propósito, Sr. Presidente, vejo nos jornais uma discussão que está sendo travada pelo Ministro José Gomes Temporão a que o Congresso precisa prestar atenção, porque, na verdade, parece que S. Ex^a está querendo efetivamente trazer algumas mudanças e estaria encontrando algumas barreiras exatamente no Congresso.

Aqui, o jornal **O Globo** traz notícia relacionada a essa postura do Ministro: “Uma saída para melhorar a gestão de dois mil hospitais. Temporão: ‘Modelo atual é ineficiente, anacrônico e do século passado’.” De fato, ele o é. E o que o Ministro propõe? Uma fundação estatal, que teria maior mobilidade para atender as demandas, para melhorar a eficiência dos hospitais do nosso País. Diz a matéria:

“Sob forte resistência da bancada governista, incluindo parlamentares do PT, a criação de fundações estatais de direito privado poderia servir para modernizar o modelo de gestão de 2 mil dos 5 mil hospitais públicos vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS). (...)

A fundação estatal [realça o Ministro] dá liberdade ao gestor para contratar funcionários pelo regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), cobrar melhor desempenho e demitir em caso de descumprimento de metas de qualidade.”

O Ministro tem razão. Acredito muito no trabalho do Ministro Temporão, porque é um sanitário, conhece a área onde atua e está reconhecendo aqui, de público, as deficiências da saúde pública.

Honra-me, Senador Papaléo, seu aparte.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Valter Pereira, quero parabenizar V. Ex^a por trazer para nós aqui e para a população brasileira um alerta sobre o estado real por que está passando o Brasil na área da saúde. V. Ex^a citou o caso da senhora grávida que foi atendida da maneira que foi, em que não se responsabilizou diretamente ninguém. Mas vejo que a questão da saúde está, desde sua base até seu topo, totalmente desorganizada, a ponto de vermos acontecer um caso desse em pleno Rio de Janeiro, no Hospital Miguel Couto, hospital que conheci muito bem, porque morei lá dentro por três anos. Era um

hospital de primeira linha, servia a todos; o primeiro atendimento de urgência e emergência era feito lá. Lamento profundamente a deterioração que sofreu esse hospital, para chegar a esse ponto. Realmente, o médico, se tivesse feito uma avaliação criteriosa, veria que essa senhora não poderia procurar hospital, muito menos de ônibus.

Então, fez a senhora perder... É o retrato da saúde do Brasil. O Rio de Janeiro não tem nada a dever a muitos Estados quanto à saúde pública. Mas a referência que V. Ex^a faz sobre o Ministro Temporão é muito positiva e verdadeira. Acredito que, se está havendo dificuldade para que ele faça essas mudanças necessárias ao Sistema Único de Saúde, modernizar mais a gestão, que realmente é ultrapassada para o momento... Inclui-se aí a contratação por CLT, visto que nós temos profissionais ou servidores empregados no serviço público, com seus salários, com seu emprego, vamos dizer, sem qualquer risco de demissão, empregos permanentes e que, de repente, começam a negligenciar, achando que o serviço público é um bico e que sua condição profissional não deve ser preocupante para ele, porque, trabalhe ou não trabalhe, ganha a mesma coisa. A realidade não é assim. Mas, para que nós pudéssemos consertar esse grande erro, a contratação via fundação seria uma solução extremamente positiva, porque ia, com certeza, melhorar a qualidade do serviço que dependesse do servidor. Quero dizer que, se é o Congresso que está dificultando ou obstaculizando esse projeto do Sr. Ministro, com certeza não é o Senado Federal.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Seguramente.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Com certeza absoluta não é o Senado, porque tenho certeza de que dos seis médicos que há aqui todos são a favor. Inclusive, no primeiro discurso que fizemos aqui, o Senador Mozarildo falou a respeito disso e todos nós concordamos com o Ministro. Deveríamos, sim, entrar nessa luta a favor dessas alterações que o Ministro tem de fazer, essas modificações, porque, senão, vamos daqui para pior. Então, quero prestar minha solidariedade ao Ministro Temporão, a quem respeito bastante, porque sempre mostrou seu trabalho técnico à frente do Ministério, e dizer que, se depender de nós aqui, vamos, com toda força, fazer com que o Ministro seja apoiado para fazer as reformas que são necessárias no sistema de saúde brasileiro. Muito obrigado.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, que é muito abalizado, até porque sua condição de médico e de profundo conhecedor da saúde pública dos brasileiros dá a esse pronunciamento, a esse alerta, a credibilidade que é preciso ter no momento em que se discute um assunto dessa magnitude.

Veja, Senador Papaléo Paes: em 1991, quando eu estava na Câmara dos Deputados, houve uma celeuma parecida com essa quando se discutia uma mudança estrutural no Hospital Sarah Kubitschek.

Naquela ocasião, o que se discutia era a Lei nº 8.246, que, aliás, nasceu naquele ano e daquela discussão. A Associação das Pioneiras Sociais, que seguia rigorosamente os cânones da legislação administrativa e pública brasileira, de repente ganhou autonomia, e o Hospital Sarah Kubitschek alçou voos. Hoje é uma instituição exemplar, orgulho dos brasileiros, porque é uma referência internacional de eficácia, de competência e de dedicação à Medicina.

De lá para cá, a primeira grande mudança que eu sinto que se faz na estrutura da saúde pública é essa proposta do Ministro José Gomes Temporão. Se não mexer nas estruturas, dificilmente a saúde pública dará a resposta de que a população precisa. E a discussão que se trava neste momento é a mesma que se travou em 1991, ou seja, são as corporações em defesa de interesses próprios que não querem que a mudança seja introduzida.

Portanto, ao fazer este comentário sobre esse infiusto acontecimento no Rio de Janeiro, Sr. Presidente, quero aproveitar para transmitir ao Ministro Gomes Temporão a mesma mensagem que foi passada pelo ilustre Senador Papaléo Paes: de solidariedade.

Se a Câmara está criando resistências para a mudança daquilo que não está dando certo no Brasil... Aquilo que não está dando certo é preciso que se mude. Nós não podemos persistir no erro. O Ministro está aí, tem conhecimento de causa, é um grande sanitarista, é uma autoridade nessa área, está fazendo uma proposta que altera, profundamente, a estrutura da saúde pública, e, em razão disso, o que nos cumpre é aplaudi-lo, é contribuir, é melhorar o projeto, mas nós não podemos, de forma alguma, imaginar que, se continuarmos inertes, se continuarmos aceitando fatos como esse que acaba de acontecer no Rio de Janeiro, nós estaremos prestando serviço público. É uma enganação! É preciso que se mude, é preciso que se afete a estrutura, que se mexa na estrutura para que

nós possamos, de fato, esperar que a saúde pública cumpra o seu desiderato.

A verdade, Sr. Presidente, é que o Brasil não tem uma política de pessoal. Portanto, o episódio de descaso que ocorre na área de saúde pública não se restringe a ela. O mesmo acontece quando o cidadão vai a uma delegacia de polícia; quando precisa, de um socorro porque foi assaltado, porque está ameaçado de morte e, de repente, defronta-se com a indiferença. Ocorre na área da educação. Às vezes, o chefe de família procura a escola pública e encontra óbices difíceis de superar, e encontra óbices em todas as áreas da administração pública, até mesmo quando busca uma certidão em algum órgão que tenha a competência, que tenha a jurisdição para expedi-la.

Acontece, Sr. Presidente, que quando esse descaso se dá na área da saúde pública, aí os efeitos se produzem em prejuízo da vida humana. Portanto, é preciso, sim, que o Poder Público seja reestruturado, e o Ministro José Gomes Temporão dá um bom sinal ao anunciar que não vai desistir da sua ideia, da sua proposta, do seu projeto de mudar as estruturas da saúde pública do nosso País.

Portanto, a nossa fala é de aplauso ao Ministro e de solidariedade à família que perdeu um ente querido pela negligência não só de um profissional, mas de toda uma política de saúde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Essas foram as palavras do Senador Valter Pereira, que representa o Estado do Mato Grosso do Sul e o PMDB, mostrando as suas preocupações com a saúde do nosso País e dando integral confiança ao Ministro Temporão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência comunica às Sr's e aos Srs. Parlamentares que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se no dia 14 de julho do corrente, terça-feira, às 16 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional, com pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência também comunica às Sr's e aos Srs. Parlamentares que está convocada sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se no dia 27 de agosto do corrente, quinta-feira, às 11 horas, no

plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia do Soldado.

No dia 14 de julho de 2009, terça-feira, às 11 horas, haverá sessão deliberativa extraordinária. Então, será amanhã, às 11 horas, a sessão deliberativa extraordinária do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, quer usar a palavra?

Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Mário Couto e Gerson Camata enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I, § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex's serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado, “Respostas à crise-economia e política”, publicado pelo jornal **O Estado de São Paulo** em sua edição de 14 de junho de 2009.

O artigo do ex-ministro da Fazenda do governo FHC, Pedro Malan, analisa a situação global com a crise mundial e seus desdobramentos no Brasil. Segundo o economista o Governo atual soube preservar, ampliar e consolidar o legado que recebeu do governo. “Temos 15 anos de uma inflação civilizada desde o lançamento do Plano Real; mais de 15 anos de um Banco Central com autonomia operacional; mais de 15 anos desde a renegociação da dívida externa do setor público; mais de 15 anos do início do processo de privatizações; mais de 15 anos da maior abertura da economia brasileira ao resto do mundo. Mais de 12 anos desde a resolução de problemas de liquidez e/ou insolvência em nosso sistema bancário; mais de 12 anos desde a reestruturação das dívidas dos 25 estados e 180 municípios com o governo federal. Temos dez anos de um regime de metas de inflação, mais nove anos da Lei de Responsabilidade Fiscal, e quase nove anos do início do processo de transferências diretas de renda para os mais pobres.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Respostas à crise – economia e política

Apesar de aparências em contrário, há limites para o descolamento prolongado entre os mundos da economia e da política. Afinal, não são rios que correm em leitos distintos, mas braços de um mesmo rio que estão e estarão sempre se reencontrando em seus cursos. Também vimos que havia claros limites ao descolamento da crise financeira dos países desenvolvidos tanto do setor real de suas economias quanto do mundo das chamadas emergentes.

O fato é que a economia é global, embora a política seja domesticamente decidida. E a qualidade e a eficácia das respostas à crise dependem, em boa medida, das interações da resiliência, flexibilidade e capacidade de adaptação de uma economia com a efetividade do funcionamento de suas infraestruturas político-institucionais. Quanto menor o grau de disssonância entre as duas, mais rápida pode ser a superação da crise em determinada economia – se, como parece, a situação global deixar de se deteriorar e começar a dar indícios de gradual melhora.

Governo atual soube preservar, ampliar e consolidar o legado que recebeu

a partir de 2010.

É verdade que estamos, há quase dois anos, em meio à pior crise global desde os anos 1930. Que nos atingiu pesado a partir do terceiro trimestre de 2008, como seria inevitável, apesar dos discursos oficiais. Mas não é menos verdade que estamos mais bem situados do que a maioria dos países em desenvolvimento, fora da Ásia, para responder e superar esta crise.

Por quê? Porque temos 15 anos de inflação civilizada desde o lançamento do Plano Real; mais de 15 anos de um Banco Central (BC) com autonomia operacional; mais de 15 anos desde a renegociação da dívida externa do setor público; mais de 15 anos de início de processo de privatizações; mais de 15 anos de maior abertura da economia brasileira ao resto do mundo. Mais de 12 anos desde a resolução de problemas de liquidez e/ou insolvência em nosso sistema bancário; mais de 12 anos desde a reestruturação das dívidas de 25 Estados e 180 municípios com o governo federal. Temos dez anos e meio de

um regime de taxas de câmbio flotante; dez anos de um regime de metas de inflação, mais de nove anos da Lei de Responsabilidade Fiscal, quase nove anos do início do processo de transferências diretas de renda para os mais pobres.

O governo atual soube – ainda que com enormes dificuldades de reconhecê-lo – preservar, ampliar e consolidar o legado que recebeu. Certamente ajudado, em muito, pelo auge do ciclo de expansão da economia mundial no quinquênio 2003-2007, que precedeu e foi uma das causas da crise global. E por tudo isso, e algo mais, que o Brasil é hoje visto como um país mais confiável e mais previsível por investidores nacionais e estrangeiros, o que definitivamente não era o caso 15/20 anos atrás. E por tudo isso, e algo mais, que há hoje entre nós – apesar de tudo – um maior grau de confiança em nosso futuro.

O fato é que somos hoje uma economia de cerca de US\$ 1,5 trilhão, do qual o consumo das famílias representa cerca de US\$ 1 trilhão (o que é um número relevante em qualquer lugar do mundo), muito embora o consumo de governo seja superior ao investimento total, público e privado, na economia, sendo o investimento federal com recursos orçamentários absolutamente irrisório – pouco mais de 1% do Produto Interno Bruto (PIB).

Mas as estatísticas das contas públicas mostram que, apesar da queda de arrecadação devida à crise (em mais de 5% no primeiro quadrimestre de 2009 sobre igual período de 2008), as despesas totais do governo aumentaram cerca de 15% no período e as despesas com pessoal e encargos sociais aumentaram cerca de 24% na mesma base de comparação. Esses são aumentos permanentes, não reversíveis, portanto, não antídoticos no sentido adequado da expressão, se respostas fossem a uma crise vista como temporária.

Leio na imprensa que o presidente Lula estará em Genebra, em breve, para conferência internacional, na qual criticaria a "ideologia do Estado mínimo". Desconheço pessoas de expressão política, econômica ou intelectual que, entre nós, façam a defesa de tal fantasma. Mas a ideia serve à militância. Como serviu à insidiosa, leviana e reiterada campanha (de Goebbels) sobre uma suposta intenção, atribuída ao "governo anterior", de privatizar a Petrobras e o Ban-

co do Brasil. Ou de "acabar com o BNDES", como declarou, de forma irresponsável e mentirosa um ex-ministro que serviu ao próprio governo anterior.

Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia de 1998, em brilhante artigo recente sobre os 250 anos do primeiro grande livro de Adam Smith (1759), nota com propriedade que Smith, tido por muitos que nunca o leram, e jamais o lerão, como "o pai do conceito-de-deus-Mercado-contra-o-Estado", tinha muito claro que a operação de uma economia de mercado exige o que chamou de instituições (do Estado), além de valores, comportamentos e certo grau de confiança mútua, sem os quais é impossível a uma economia de mercado funcionar de forma adequada.

O presidente Lula tem demonstrado consciência desse fato fundamental, como em declarações recentes à Reuters, horas antes da decisão do Copom sobre redução de juros, afirmando que "o BC não tem que ficar atendendo apelos eminentemente políticos (...) na hora em que o BC perder a credibilidade no mercado e ninguém acreditar mais nele, será pior para o Brasil".

A questão fundamental foi bem expressa por um dos "pais fundadores" da democracia norte-americana, James Madison (*The Federalist* nº 51, 1788), que certamente havia lido Smith. "Se os homens fossem anjos, nenhum governo seria necessário. Se os anjos fossem governar os homens, nem controles externos nem controles internos sobre o governo seriam necessários. Na construção de um governo a ser administrado por homens e exercido sobre homens, a grande dificuldade reside no seguinte: é preciso primeiro capacitar o governo a controlar os governados e, em seguida, obrigar a controlar a si próprio." Dura tarefa!

Pedro S. Malan, economista, foi ministro da Fazenda no governo FHC
E-mail: malan@estadao.com.br

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Sistema Petrobras privilegia PT em doações a candidatos”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo** de 28 de maio de 2009.

A matéria destaca que pelo menos nove empresas ligadas à Petrobras doaram R\$ 8,53 milhões para campanhas eleitorais em 2006 e 2008, a maior parte em benefício de petistas, embora a estatal seja proibida por lei de financiar candidatos e partidos.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Sistema Petrobras privilegia PT em doações a candidatos

Como é proibida por lei de doar a campanhas, estatal usa empresas nas quais tem capital



Partido do presidente Lula obteve 55% dos R\$ 8,53 mi que companhias ligadas à estatal deram a políticos nas eleições de 2006 e 2008

**FÁBIO ZANTINI
ALAN GRIPP
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Pelo menos nove empresas ligadas à Petrobras doaram R\$ 8,53 milhões para campanhas eleitorais em 2006 e 2008, a maior parte em benefício de petistas, embora a estatal seja proibida por lei de financiar candidatos e partidos.

As empresas integram o que a estatal chama de “Sistema Petrobras”: na maioria delas, a petrobrisa tem participação acionária, indica diretores e participa de conselhos. Em pelo menos uma, a petroquímica Braskem, representantes da Petrobras no conselho de administração participaram da aprovação de doações. A estatal tem 23,78% do capital da empresa.

A legislação eleitoral proíbe estatais de doar, mas é omisiva quanto às contribuições das empresas das quais elas são acionistas minoritárias. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, para que a corte tenha uma posição firmada sobre o assunto será preciso que seja provo-

cada em um caso específico.

Outra empresa ligada à Petrobras, a Petroquímica União, foi o responsável pelo maior valor doado a um candidato em 2008: R\$ 800 mil. O beneficiário foi o petista Luiz Marinho, eleito prefeito de São Bernardo do Campo (SP). Indústria de plásticos sediada na região do ABC, a Petroquímica União é uma subsidiária da Quattor Participações, na qual a Petrobras tem 40% do capital. Outras três subsidiárias da Quattor fizeram doações menores.

Nas duas últimas eleições, a Petroquímica União repassou R\$ 3,9 milhões a políticos. Em 2006, foram R\$ 504 mil para o presidente Lula e R\$ 251 mil para Geraldo Alckmin (PSDB).

Já a Braskem deu R\$ 3,02 milhões para campanhas nas duas últimas eleições. O PT recebeu 37% desse montante (R\$ 1,12 milhão), partido mais beneficiado pela empresa. O PSDB, em segundo, teve R\$ 765 mil.

A estatal tem hoje grande influência na direção da Braskem. Indicou um vice-presidente, além de membros do conselho de administração.

Recentemente, a Braskem, com sede na Bahia, anunciou a incorporação da petroquímica Triunfo (RS), o que fará da líder do setor no Brasil. A operação só foi possível em razão da

participação da Petrobras.

Nas eleições de 2006, além das campanhas majoritárias, a Braskem fez doações para nove deputados federais eleitos por sete partidos diferentes. As contribuições seguiram a média de R\$ 40 mil, com exceção de Manuela D'Ávila (PC do B), que recebeu R\$ 10 mil.

No Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP) foi o único destinatário de doações de empresas com relação societária com a Petrobras: teve R\$ 100 mil da Utinás, de Santo André (SP).

Do capital da Utinás, 33% é pertencente à Líquigás, outra subsidiária da Petrobras. A Líquigás indicou inclusive um dos diretores da Utinás. Líder de seu partido na Casa, Mercadante chegou a ser cotado para presidir a CPI da Petrobras, mas ficou de fora da comissão.

A relação de doações de empresas do “Sistema Petrobras” mostra que 54,86% dos recursos foram destinados ao PT, com uma atenção especial à campanha de Marinho, eleição acompanhada de perto pelo Planalto. A cidade é o berço político de Lula e do partido. São da Petroquímica União (R\$ 800 mil) e da Quattor Petroquímica (R\$ 430 mil) as duas maiores doações ao petista.

→ LEIA MAIS A8



| | 260 mil | 205 mil | 130 mil | 100 mil | 70 mil | 22 mil |
|--------------------|---|--|---|---|---|--|
| Petroquímica União | Braskem 23,7% das ações pertencem à Petroquisa, subsidiária da Petrobras | Quattor Petroquímica Subsidiária da Quattor Participações ² | Rio Polímeros (Ripo) Subsidiária da Quattor Participações ² | Polyethylene União Subsidiária da Quattor Participações ² | Sansuy - Indústria de Plásticos Empresa do grupo Petrobras, com capital da Braskem | Utinás 31% das ações pertencem à Líquigás, subsidiária da Braskem |
| | | | | | | Companhia Alagoas Industrial Subsidiária da Braskem |
| | | | | | | Ipiranga Química Subsidiária da Braskem |

²Petrobras detém 40% da capital da Quattor Participações

QUANTO RECEBERAM OS PARTIDOS
Valores em R\$ milhões

• Base aliada • Oposição

PT 4,68

R\$ 8,53 milhões
é o total de doações eleitorais em 2006 e 2008

Valores em R\$ mil

| DEM | 190 |
|-----|-----|
| PPS | 80 |

| | |
|---------|-----|
| PSB | 365 |
| PMDB | 359 |
| PV | 295 |
| PDT | 148 |
| PTB | 110 |
| PC do B | 100 |
| PP | 90 |
| PRB | 30 |
| PSC | 30 |
| PR | 20 |

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Justiça pune dirigente do Incra em SP”, publicada pelo jornal **O Globo** em sua edição de 4 de junho de 2009.

A matéria destaca que o superintendente do Incra em São Paulo, Raimundo Pires Silva, foi condenado por improbidade por repasses ilegais de verbas a entidade de sem-terra. Ainda segundo o jornal Pires Silva tentou duas vezes fazer repasses ilegais à Cooperativa

de Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária no Pontal (COOCAMP), ligado ao MST, antes de ser condenado à perda do cargo.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Justiça pune dirigente do Incra em SP

Ele foi condenado por improbidade por repasses ilegais de verbas a entidade de sem-terra

Ricardo Galhardo

• SÃO PAULO. Antes de ser condenado à perda do cargo pela Justiça Federal, o superintendente do Incra em São Paulo, Raimundo Pires Silva, tentou por duas vezes fazer repasses ilegais à Cooperativa de Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária no Pontal (Coocamp), ligada ao MST. As tentativas foram abortadas pela Justiça a pedido do Ministério Público Federal. Anteontem, o juiz Newton José Falcão, da 2ª Vara Federal de Presidente Prudente, mandou suspender o repasse de R\$ 191 mil à cooperativa e condenou quatro servidores do Incra, inclusive o superintendente, por improbidade administrativa.

Alvo de diversos inquéritos por irregularidades, entre elas o superfaturamento na compra de caminhões com verba pública, a Coocamp está

proibida de receber dinheiro federal. Apesar disso, em 2003, o então ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, indicado pelos sem-terra, prometeu a liberação de R\$ 191 mil para a conclusão das obras na sede da cooperativa, em Teodoro Sampaio. O Incra-SP tentou mandar o dinheiro para a Cooperativa Central da Reforma Agrária (CCA) de São Paulo, que repassaria os valores à Coocamp. O MPF descobriu a manobra e instaurou uma ação civil pública que resultou numa liminar proibindo o repasse.

Um ano depois, apesar da proibição legal, o Incra-SP tentou novamente liberar os R\$ 191 mil à Coocamp, desta vez por meio da prefeitura de Teodoro Sampaio, que chegou a aprovar, em 2004, uma lei permitindo o repasse. Mais uma vez a manobra foi abortada pelo Ministério Público Federal.

— A Coocamp está em situação ir-

regular com Receita Federal, Caixa Econômica Federal e INSS. Portanto, não pode receber verba pública, direta ou indiretamente — disse o procurador Tito Lívio Seabra.

Nas duas tentativas de repasse, Raimundo Silva era o superintendente do Incra-SP. Ele e os servidores Osvaldo Aly Júnior, Guilherme Cyrino Carvalho e Waldir Dorini foram condenados à perda da função pública por terem cometido ato de improbidade administrativa. Além deles, os dirigentes da CCA-SP, Neuza Paviato Botelho, e da Coocamp, José Aparecido Gomes Maia, foram condenados a multa equivalente a um mês de salário e perda dos direitos políticos por três anos.

A direção geral do Incra, em Brasília, não comentou a sentença que determina o afastamento do superintendente em São Paulo. Por meio da assessoria de imprensa, o Incra-SP disse

que a decisão é de primeira instância e que Raimundo Silva e os outros servidores vão recorrer da decisão. Enquanto não houver uma decisão definitiva da Justiça, eles continuarão exercendo suas funções normalmente. O Incra-SP não esclareceu por que insistiu na tentativa de repasse à Coocamp, contrariando a legislação.

A direção da Coocamp não foi localizada para comentar a decisão. José Rainha Jr., líder dos sem-terra no Pontal do Paranapanema, fundador da Coocamp e seu ex-diretor, criticou:

— Só posso classificar de perseguição política. O governo do PSDB influencia essas decisões, inclusive minhas condenações. Denúncias contra a Coocamp existem há dez anos, e até hoje ninguém foi condenado porque não houve desvio. O superintendente do Incra agiu de forma legítima, e conta com nossa solidariedade.

SENADOR MÁRIO COUTO

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, não há motivo algum para comemoração com o recuo de 0,8 por cento do Produto Interno Bruto brasileiro no primeiro trimestre deste ano, contra os últimos 3 meses de 2008, anunciado nesta terça-feira. O próprio ministro Guido Mantega admite que não será uma tarefa fácil alcançar um crescimento do PIB da ordem de 1 por cento em 2009.

A economia brasileira está em recessão técnica, mas tem a seu favor um cenário diferenciado do que enfrentam alguns dos países emergentes. Uma prova disso são os indicadores de investimentos externos. Só em maio, recebemos 2 bilhões e 750 milhões de dólares em investimento estrangeiro direto, valor mais de 2 vezes superior ao de maio do ano passado.

Este ano, o resultado acumulado até o mês passado chega a 11 bilhões e 200 milhões de dólares. É dinheiro que vai ser empregado no setor produtivo, não na especulação financeira, ou seja, vai ajudar na recuperação.

No Espírito Santo, um exemplo de investimento produtivo está sendo proporcionado pela Ferrous do Brasil, um grupo que reúne investidores da Inglaterra, Austrália, Estados Unidos e Brasil. A empresa já confirmou sua decisão de se instalar no Estado, no município de Presidente Kennedy, criando um grande complexo minerador, siderúrgico e exportador na região Sul do Estado.

O investimento previsto no protocolo de intenções assinado com a prefeitura e governo do Estado é de 2 bilhões e 700 milhões de dólares, e deve gerar, no próximo ano, 5 mil empregos diretos e indiretos, preferencialmente com a contratação de mão-de-obra local. Caso se concretize a intenção de construir mais pelotizadoras e uma siderúrgica, o valor investido poderá chegar a 11 bilhões de reais.

Para transportar o minério de ferro das minas que adquiriu em Minas Gerais, a empresa construirá um mineroduto de 420 quilômetros, com 36 polegadas de diâmetro, o maior do Brasil e um dos maiores do mundo em capacidade de transporte. O terminal portuário será erguido numa área de 15 milhões de metros quadrados, em Presidente Kennedy, situado no extremo Sul do Espírito Santo, na divisa com o Rio de Janeiro.

Outro forte indício da resistência do Brasil ao vendaval econômico é o nível das reservas internacionais. Quando a crise estava em seu auge, em setembro do ano passado, tínhamos 207 bilhões de dólares em reservas. Hoje, elas são de 205 bilhões

e 500 milhões de dólares, um valor quase igual ao do período em que se temia o completo colapso da economia mundial.

Comparando-se com outro país latino-americano, o México, que perdeu 9 bilhões de dólares, quase um quarto de suas reservas, nossa situação é muito boa. Basta lembrar os exemplos da Coréia do Sul, que perdeu 27 bilhões de dólares até abril, e da Rússia, onde sumiu uma quantia superior a 100 bilhões de dólares.

Quanto ao chamado “risco Brasil”, há quase 2 anos ele caiu para um patamar inferior ao da média apresentada pelos países emergentes. Está em torno de 150 pontos abaixo da média desses países. Se levarmos em conta o passado da nossa economia, que inclui alta vulnerabilidade externa, câmbio sujeito a oscilações constantes, inflação incontrolável e moratórias, fatores que nos proporcionaram a fama de um dos emergentes com maior nível de risco para investimentos, alcançamos um progresso consistente.

Esses dados são significativos por demonstrarem que, pela primeira vez em nossa história, estamos enfrentando uma crise internacional sem as desastrosas consequências a que já tínhamos nos acostumado ao longo de décadas.

O teste a que esta crise está nos submetendo não poderia ser mais severo. Vivemos uma recessão técnica, a primeira desde 2003. O setor industrial caiu 9,3 por cento em comparação com o primeiro trimestre de 2008. Já o consumo das famílias sofreu desaceleração no mesmo período, embora tenha registrado um incremento de 1,3 por cento em relação ao mesmo período de 2008.

Não soa despropositada, portanto, a previsão de Kenneth Rogoff, professor da Universidade de Harvard e ex-economista-chefe do Fundo Monetário International. Para ele, o Brasil sairá da atual crise econômica antes e melhor do que os outros países, e fará parte de um seletivo grupo de nações que, na próxima década, voltará a crescer em um ritmo próximo daquele exibido antes do colapso do sistema financeiro americano. No longo prazo, Rogoff acredita que o País pode avançar a uma taxa anual de 5 por cento.

O grande Mário Henrique Simonsen dizia que “economistas procuram explicar no presente por que motivo suas previsões para o futuro deram errado no passado”. Rogoff, um economista de credenciais impecáveis, sem dúvida baseou sua previsão para o Brasil em fundamentos sólidos – para que o ditado de Simonsen não se cumpra...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a sessão de segunda-feira, a 119º sessão não deliberativa, de 13 de julho de 2009, iniciada às 14 horas e coordenada pelos nossos competentes assessores, Drs. José Roberto e João Pedro, lembrando às Srªs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, dia 14, às 11 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2003**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).

Parecer sob nº 187, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação para o segundo turno.

2

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 7, DE 2008**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

3

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião

Viana, que acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2008**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

5

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2007**

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2007 (nº 6.645/2006, na Casa de origem, do Deputado Mendes Ribeiro Filho), que acrescenta parágrafo único ao art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e dá nova redação ao art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências. (Estabelece dias e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais)

Pareceres sob nºs 994, de 2007, e 383, de 2008, das Comissões

– Diretora, Relator: Senador Alvaro Dias, oferecendo a redação do vencido; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon (sobre as Emen-

das nºs 1 a 5, de Plenário), favorável, nos termos de subemendas que apresenta.

6

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 81, DE 2005

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2005 (nº 3.945/2004, na Casa de origem, do Deputado Manato), que *confere prioridade à tramitação dos processos relativos à tutela de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.*

Parecer sob nº 851, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

7

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 104, DE 2005

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2005 (nº 1.165/1999, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, estabelecendo a obrigatoriedade de as concessionárias de serviços públicos oferecerem ao consumidor e ao usuário datas opcionais para o vencimento de seus débitos, e revoga a Lei nº 9.791, de 24 de março de 1999.*

Parecer sob nº 852, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

8

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 111, DE 2005

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem, da Deputada Laura Carneiro), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá outras provisões.*

Parecer sob nº 1.053, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Alvaro Dias, oferecendo a redação do vencido.

9

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 11, DE 2006

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis de Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 93, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

10

EMENDAS DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 50, DE 1995

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 50, de 1995 (nº 580/95, naquela Casa), do Senador Pedro Simon, que *dispõe sobre a nomeação dos representantes oficiais do País em organismos internacionais de caráter oficial.*

Parecer favorável, sob nº 727, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

11

EMENDAS DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 507, DE 2003

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 507, de 2003 (nº 6.206/2005, naquela Casa), da Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação.*

Parecer favorável, sob nº 1.018, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Ideli Salvatti.

12

**EMENDAS DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 254, DE 2004**

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2004 (nº 4.851/2005, naquela Casa), que altera o art. 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (*divulgação em qualquer meio de comunicação de cena de sexo explícito ou pornográfico, envolvendo crianças e adolescentes, e altera a lei de crime de corrupção de menores*).

Pareceres favoráveis, sob nºs 857 e 858, de 2008, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Stihessarenko; e
- de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador José Nery.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 95, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2002 (nº 25/99, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rocha), que modifica a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para instituir o ensino médio nas penitenciárias.

Pareceres favoráveis, sob nºs 740 e 741, de 2009, das Comissões

- de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Romeu Tuma, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo); e
- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), com as Subemendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 29, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2008 (nº 7.163/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro a promover a alienação de bem público.

Parecer favorável, sob nº 578, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 81, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2008 (nº 7.024/2006, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que acrescenta o art. 349-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal (*tipifica como crime o ingresso de aparelhos de comunicação, sem autorização, em estabelecimento prisional*).

Parecer favorável, sob nº 700, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 135, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 135, de 2008 (nº 798/2007, na Casa de origem, do Deputado Hugo Leal), que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer penas alternativas aplicáveis aos crimes de trânsito.

Parecer sob nº 701, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 137, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2008 (nº 370/2007, na Casa de origem, do Deputado Luiz Couto), que dispõe sobre o crime de extermínio de seres humanos, altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.093, de 2008; e 695, de 2009, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares,

favorável com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta; e

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa (em audiência, nos termos do Requerimento nº 1.397, de 2008), Relator: Senador Jayme Campos, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 3-CCJ, apresentando, ainda, a Emenda nº 4-CDH.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 172, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 172, de 2008 (nº 225/2007, na Casa de origem, do Deputado Lobbe Neto), que *acrescenta art. 81-A à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre placa indicativa de pronto-socorro nas rodovias.*

Parecer favorável, sob nº 705, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 1, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2009 (nº 275/2007, na Casa de origem, do Deputado Ciro Pedrosa), que *estabelece normas de segurança a serem seguidas pelos estabelecimentos que especifica (serviços de barbearia, manicure, aplicação de tatuagens e inserção de piercings).*

Parecer sob nº 794, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Palmeiro Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 72, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 2009 (nº 201/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo de Cooperação Comercial entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, assinado*

em Puerto Iguazu, em 30 de novembro de 2005.

Parecer favorável, sob nº 775, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 73, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 73, de 2009 (nº 318/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular sobre Transporte e Navegação Marítima, celebrado em Argel, em 8 de fevereiro de 2006.*

Parecer favorável, sob nº 730, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Moraes.

22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 320, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 320, de 2009 (nº 23/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia, assinado em Brasília, em 14 de março de 2006.*

Parecer favorável, sob nº 949, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Marina Silva.

23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 387, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 387, de 2009 (nº 214/92, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em Viena, em 23 de maio de 1969, ressalvados os arts. 25 e 66.*

Parecer favorável, sob nº 1.026, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

24

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 9, DE 2002

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2002, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que *altera o artigo 54 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a fim de garantir a reserva de vagas nas creches, ou entidades similares, e pré-escolas públicas para as crianças portadoras de deficiência.*

Pareceres sob nºs 696 e 697, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2002, que tramita em conjunto; e

– de Educação, Cultura e Esporte (em audiência, nos termos do Requerimento nº 219, de 2003), Relator: Senador Flávio Arns, favorável ao Projeto, parcialmente à Emenda nº 1-CCJ; nos termos da Emenda nº 2-CE; apresentando, ainda, a Emenda nº 3 – CE; e pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2002, que tramita em conjunto.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 30, DE 2002

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2002 (nº 3.994, de 97, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que *dispõe sobre a reserva de vagas nas creches públicas para crianças portadoras de deficiência e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 696 e 697, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella, contrário ao Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2002, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado

nº 9, de 2002, que tramita em conjunto, com a Emenda nº 1 – CCJ, que apresenta; e

– de Educação, Cultura e Esporte (em audiência, nos termos do Requerimento nº 219, de 2003), Relator: Senador Flávio Arns, contrário ao Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2002, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2002, que tramita em conjunto; favorável parcialmente a Emenda nº 1-CCJ; nos termos da Emenda nº 2-CE; apresentando, ainda, a Emenda nº 3-CE.

26

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

27

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 234, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que *altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes.*

28

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 31, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 31, de 2009 (apresentado pela

Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 932, de 2009, Relator: Senador Flexa Ribeiro), que autoriza o *Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de até cento e noventa e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América.*

(Apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 932, de 2009, Relator: Senador Flexa Ribeiro).

29

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 32, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 32, de 2009 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 933, de 2009, Relatora: Senadora Ideli Salvatti), que autoriza o *Estado do Espírito Santo a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até setenta e um milhões e quinhentos mil dólares do Estados Unidos da América.*

(Apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 933, de 2009, Relatora: Senadora Ideli Salvatti).

30

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 33, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 33, de 2009 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 934, de 2009, Relator: Senador Neuto De Conto), que autoriza o *Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até duzentos e onze milhões e setecentos mil dólares do Estados Unidos da América.*

(Apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 934, de 2009, Relator: Senador Neuto de Conto).

31

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 34, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 34, de 2009 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 935, de 2009, Relator: Senador Aloizio Mercadante), que autoriza o *Município do Recife (PE) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até trinta e dois milhões e setecentos e sessenta mil dólares do Estados Unidos da América.*

(Apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 935, de 2009, Relator: Senador Aloizio Mercadante).

32

REQUERIMENTO N° 772, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 772, de 2009, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 104, 105, 257 e 370, de 2003; 222 e 293, de 2004; 166, 629 e 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362 e 458, de 2008, que já se encontram apensados, por versarem sobre o mesmo assunto (modificam a legislação sobre a Compensação Financeira dos Recursos Minerais).

33

REQUERIMENTO N° 792, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 792, de 2009, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

34

REQUERIMENTO N° 793, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 793, de 2009, do Senador Aloizio

Mercadante, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 499, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

35

REQUERIMENTO N° 799, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 799, de 2009, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (isenção do IPI aos veículos de passageiros e mistos movidos a tração elétrica).

36

REQUERIMENTO N° 800, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 800, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (planejamento familiar).

37

REQUERIMENTO N° 801, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 801, de 2009, do Senador Raimundo Colombo, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nº 26 e 58, de 2009, por regularem a mesma matéria (dão denominação suplementar a trecho da BR-282).

38

REQUERIMENTO N° 813, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 813, de 2009, da Senadora Marina Silva, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2001, dos Projetos de Lei da Câmara nºs 49, de 2003; e 86, de 2004; e dos Projetos de Lei do Senado nºs

410, de 2003; 224 e 249, de 2004; 115 e 134, de 2005; 223 e 285, de 2006; 558, de 2007 e 135, de 2008, que tramitam em conjunto, a fim de que tenha tramitação autônoma (institui o Conselho de Gestão Fiscal e Responsabilidade Social e cria o Índice Brasileiro de Responsabilidade Social).

39

REQUERIMENTO N° 822, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 822, de 2009, do Senador Valter Pereira, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 328, de 2005, e 344, de 2007, por regularem a mesma matéria (escolha de dirigentes de escolas públicas).

40

REQUERIMENTO N° 823, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 823, de 2009, do Senador Sérgio Guerra, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (organização e funcionamento das cooperativas de trabalho).

41

REQUERIMENTO N° 827, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 827, de 2009, do Senador Adelmir Santana, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (cria o Serviço Social do Turismo e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo).

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está encerrada a sessão do Senado da República do Brasil.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 35 minutos.)

ATO DA COMISSÃO DIRETORA N.º 013 , DE 2009

Dispõe sobre o Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde do Senado Federal (SIS), e dá outras providências.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, **RESOLVE**:

Art. 1º São membros do Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde do Senado Federal (SIS):

- I - o Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, como Presidente;
- II - o Diretor-Geral, como Vice-Presidente;
- III - o Diretor da Secretaria de Assistência Médica e Social;
- IV - o Diretor da Secretaria de Recursos Humanos;
- V - o Diretor da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade;
- VI - dois servidores estáveis do quadro efetivo do Senado Federal, regularmente inscritos no SIS; e

VII - dois servidores inativos do Senado Federal regularmente inscritos no SIS.

Parágrafo único. Os membros de que tratam os incisos VI e VII deste artigo serão nomeados pelo Presidente do Senado Federal para mandato de dois anos, permitida uma única recondução.

Art. 2º O Conselho de Supervisão do SIS reunir-se-á mensalmente, em caráter ordinário, e a qualquer tempo, em caráter extraordinário, por convocação de seu Presidente ou da maioria de seus demais membros.

§1º As deliberações do Conselho serão decididas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

• § 2º As reuniões do Conselho de Supervisão do SIS serão secretariadas pelo titular da Secretaria do Sistema Integrado de Saúde do Senado Federal.

Art. 3º O Conselho de Supervisão do SIS providenciará, junto à Diretoria-Geral, auditoria externa para averiguar a regularidade das movimentações financeiras de seu Fundo de Reserva.

Art. 4º O Conselho de Supervisão SIS analisará a viabilidade da transferência da movimentação financeira do Fundo de Reserva para o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e adotará as providências cabíveis.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

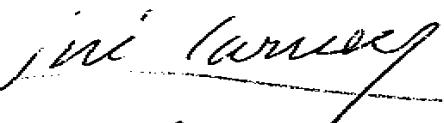
Sala de reuniões da Comissão Diretora, 07 de Junho de 2009.

The image shows three handwritten signatures in black ink, each accompanied by a decorative flourish. The top signature is 'Inês Lacerda' with 'Ana Paula Góes' written below it. The middle signature is 'Ana Paula Góes'. The bottom signature is 'Patrícia Pabaya'.

ATO DO PRESIDENTE N° 282 , de 2009

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, **RESOLVE** nomear a Senhora **FRANCISCA HIGINO DE ALMEIDA**, no cargo em comissão de Assessor Técnico, SF-02, no Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 08 de julho de 2009.

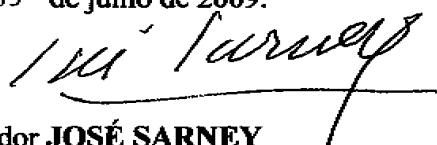


Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE N° 287 , DE 2009

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL , no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE alterar o cargo em comissão da servidora **CLAUDIA DIAS DA COSTA FRANÇA**, matrícula nº 212950, de Coordenador de Coordenação de Comunicação Institucional, símbolo SF-02, para Assistente Parlamentar, símbolo AP-01, no Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 09 de julho de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE N° 289 , de 2009.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem o Regimento Interno e o Regulamento Administrativo do Senado Federal, e à luz do que dispõe o art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, RESOLVE exonerar a servidora **EUCENE GOMES TENÓRIO ACIOLI**, matrícula nº 188715, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, símbolo AP-05, no Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 09 de julho de 2009.



Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

OFÍCIO Nº 272/2009-PRESID

Brasília, 13 de julho de 2009.

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República,

Cumprimentando-o, empenho-me em requerer de Vossa Excelência que requisite, junto a todas as instituições financeiras estrangeiras e respectivos órgãos de controle, informações sobre contas bancárias que eu eventualmente possua ou tenha possuído em qualquer época, bem como quaisquer ações, depósitos, investimentos, propriedades ou qualquer tipo de movimentação financeira, em qualquer moeda e de qualquer valor, conferindo-lhe todos os poderes que para isso for necessário ou outorgando-lhe as competentes permissões previstas na lei brasileira, nos tratados e convenções internacionais e nas leis de quaisquer outros países.

Comprometo-me, ainda, a assinar todos os documentos que Vossa Excelência entender necessários para esta ampla e cabal investigação, a fim de verificar minudentemente meus ativos financeiros e econômicos fora do Brasil.

Por fim, aproveito a oportunidade para parabenizar-lhe pela nomeação, manifestando meus mais sinceros votos de pleno êxito no desempenho das honrosas atribuições que lhe competem.

Atenciosamente,



JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

A Sua Excelência o Senhor
ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
Procurador-Geral da República

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiassi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

RELATOR: Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM)

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 21/02/2010

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--|
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾ | |
| Heráclito Fortes (DEM-PI) | 1. Demóstenes Torres (DEM-GO) |
| Efraim Moraes (DEM-PB) ⁽¹³⁾ | |
| Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,21) | 2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7) |
| Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾ | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾ | |
| Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,22) | 1. João Pedro (PT-AM) ⁽¹⁹⁾ |
| Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,20) | 2. Augusto Botelho (PT-RR) ⁽²⁵⁾ |
| Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,18) | |
| Maioria (PMDB, PP) | |
| Neuto De Conto (PMDB-SC) ⁽²⁴⁾ | 1. Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²³⁾ |
| Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG) | 2. Romero Jucá (PMDB-RR) |
| Valter Pereira (PMDB-MS) | |

PDT

Patrícia Saboya (CE) (15,17)

PDT/PSOL (9)

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
15. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
20. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
21. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
22. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley**Telefone(s): 3303-3514****Fax: 3303-1176**

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2008

Prazo final prorrogado: 23/09/2009

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--|
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) | |
| Demóstenes Torres (DEM-GO) | 1. VAGO (1,4) |
| Eduardo Azeredo (PSDB-MG) | 2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7) |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) | |
| Paulo Paim (PT-RS) (3) | 1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6) |
| Magno Malta (PR-ES) | |
| Maioria (PMDB, PP) | |
| Almeida Lima (PMDB-SE) | 1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8) |
| VAGO (8) | |
| PTB | |
| Romeu Tuma (SP) | 1. Sérgio Zambiasi (RS) |

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).
6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJM nº 081/2009).
7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).
8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).
- *. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.
- **. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|---|
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) | |
| Jayme Campos (DEM-MT) (1) | 1. Adelmir Santana (DEM-DF) (1) |
| Gilberto Goellner (DEM-MT) (1) | 2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) (1) |
| Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1) | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) | |
| Aloizio Mercadante (PT-SP) | 1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) |
| João Ribeiro (PR-TO) | 2. Flávio Arns (PT-PR) |
| Renato Casagrande (PSB-ES) | |
| Maioria (PMDB, PP) | |
| Renan Calheiros (PMDB-AL) | 1. Valter Pereira (PMDB-MS) |
| Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3) | 2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG) |
| Gilvam Borges (PMDB-AP) | |
| PTB | |
| Mozarildo Cavalcanti (RR) (1) | 1. João Vicente Claudino (PI) (1) |
| PDT | |
| Cristovam Buarque (DF) (2) | |

Notas:

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PETROBRAS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 569, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bicombustíveis (ANP), relacionadas com: a) indícios de fraudes nas licitações para reforma de plataformas de exploração de petróleo, apontadas pela operação "Águas Profundas" da Polícia Federal; b) graves irregularidades nos contratos de construção de plataformas, apontadas pelo Tribunal de Contas da União; c) indícios de superfaturamento na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, apontados por relatório do Tribunal de Contas da União; d) denúncias de desvios de dinheiro dos "royalties" do petróleo, apontados pela operação "Royalties", da Polícia Federal; e) denúncias do Ministério Público Federal sobre fraudes envolvendo pagamentos, acordos e indenizações feitos pela ANP a usineiros; f) denúncias de uso de artifícios contábeis que resultaram em redução do recolhimento de impostos e contribuições no valor de 4,3 bilhões de reais; g) denúncias de irregularidades no uso de verbas de patrocínio da estatal.

(Requerimento nº 569, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|-------------------------------------|
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) | |
| Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) | 1. Heráclito Fortes (DEM-PI) |
| Alvaro Dias (PSDB-PR) | 2. Tasso Jereissati (PSDB-CE) |
| Sérgio Guerra (PSDB-PE) | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) | |
| Ideli Salvatti (PT-SC) | 1. Inácio Arruda (PC DO B-CE) |
| Marcelo Crivella (PRB-RJ) | 2. Delegídio Amaral (PT-MS) |
| João Pedro (PT-AM) | |
| Maioria (PMDB, PP) | |
| Paulo Duque (PMDB-RJ) | 1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO) (1) |
| Valdir Raupp (PMDB-RO) (1) | 2. Almeida Lima (PMDB-SE) |
| Romero Jucá (PMDB-RR) | |
| PTB | |
| Fernando Collor (AL) | 1. Gim Argello (DF) |
| PDT | |
| Jefferson Praia (AM) | |

Notas:

1. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, designado membro suplente em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo final prorrogado: 31/08/2009

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3511

Fax: 3303-1176

E-mail: ems@senado.gov.br

2) RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2009

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--------------------------------------|
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) | |
| Senador Jayme Campos (DEM) | 1. Senador Gilberto Goellner (DEM) |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB) | 2. Senador Mário Couto (PSDB) |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) | |
| Senador João Pedro (PT) | 1. Senadora Serys Slhessarenko (PT) |
| Maioria (PMDB, PP) | |
| Senador Valdir Raupp (PMDB) | 1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) |
| PTB | |
| Senador Mozarildo Cavalcanti | 1. Senador Romeu Tuma |

3) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2009

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|------------------------------------|
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) | |
| Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) | 1. Senador Efraim Moraes (DEM) |
| Senador Cícero Lucena (PSDB) | 2. Senador Tasso Jereissati (PSDB) |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) | |
| Senador Inácio Arruda (PC DO B) | 1. Senador Eduardo Suplicy (PT) |
| Maioria (PMDB, PP) | |
| VAGO ⁽¹⁾ | 1. Senador Almeida Lima (PMDB) |
| PTB | |
| Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(2,3) | 1. Senador João Vicente Claudino |

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
2. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. N° 092/2009-GLPTB/SF).
3. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. n° 055/2009-GLDBAG).

4) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009

Designação: 02/04/2009

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|-----------------------------------|
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) | |
| Senador Demóstenes Torres (DEM) | 1. Senador Eliseu Resende (DEM) |
| Senador Marco Maciel (DEM) | 2. Senador Jayme Campos (DEM) |
| Senador Cícero Lucena (PSDB) | 3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB) |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) | |
| Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) | 1. Senador Marcelo Crivella (PRB) |
| Senador Tião Viana (PT) | 2. Senador Magno Malta (PR) |
| Senadora Serys Slhessarenko (PT) | 3. Senadora Marina Silva (PT) |
| Maioria (PMDB, PP) | |
| | 1. |
| | 2. |
| | 3. |
| PTB | |
| Senador Mozarildo Cavalcanti | 1. Senador Romeu Tuma |
| PDT | |
| | 1. |

5) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|-----------|
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) | |
| Senadora Kátia Abreu (DEM) | 1. |
| Senadora Marisa Serrano (PSDB) | 2. |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) | |
| | 1. |
| Maioria (PMDB, PP) | |
| Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾ | 1. |
| PTB | |
| Senador Fernando Collor | 1. |

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).

6) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

| MEMBROS |
|--|
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) |
| Senador Adelmir Santana (DEM) |
| Senador Eduardo Azeredo (PSDB) |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) |
| Senador Eduardo Suplicy (PT) |
| Senador Roberto Cavalcanti (PRB) |
| Maioria (PMDB, PP) |
| Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2) |
| PTB |
| Senador Gim Argello |

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Notas: Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).

2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).

7) NOVO PACTO FEDERATIVO NO BRASIL

Finalidade: Promover amplo debate e propor medidas para adoção de um novo pacto federativo no Brasil, ou para o aperfeiçoamento do vigente.

(Requerimento nº 488, de 2008, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|---|
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) | |
| 1. | |
| 2. | |
| 3. | |
| Senador Cícero Lucena (PSDB) | 4. Senador João Tenório (PSDB) ⁽²⁾ |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁾ | 5. Senador Sérgio Guerra (PSDB) |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) | |
| Senador Marcelo Crivella (PRB) | 1. Senador Roberto Cavalcanti (PRB) |
| Senador João Ribeiro (PR) | 2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) |
| Senador Eduardo Suplicy (PT) | 3. Senador Flávio Arns (PT) |
| Senador Tião Viana (PT) | 4. Senador Paulo Paim (PT) |
| Maioria (PMDB, PP) | |
| Senador Almeida Lima (PMDB) ⁽³⁾ | 1. Senador Gerson Camata (PMDB) ⁽³⁾ |
| Senador Neuto De Conto (PMDB) ⁽³⁾ | 2. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽³⁾ |
| Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽³⁾ | 3. Senador Mauro Fecury (PMDB) ⁽³⁾ |
| Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁾ | 4. Senador Paulo Duque (PMDB) ⁽³⁾ |
| PTB | |
| Senador Sérgio Zambiasi | 1. Senador Romeu Tuma |
| PDT | |
| Senador João Durval | 1. |

Notas:

1. Em 09.06.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. n 107/09 - GLPSDB).
2. Em 09.06.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. n 107/09 - GLPSDB).
3. Em 10.06.2009, a Liderança do Bloco da Maioria (PMDB,PP)designa seus membros na Comissão (OF. GLPMDB nº 007-A/2009).

8) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽²⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾

PTB

Senador Romeu Tuma

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

9) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Mão Santa (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽²⁾

PTB

Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

*. Incluido o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)
(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal.**

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS**Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Tião Viana (PT)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maoria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

Senadora Patrícia Saboya

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

PRAZOS¹

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)

RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 13.08.2009 (art. 374, V)

PARECER FINAL: 14 a 27.08.2009 (art. 374, VI)

¹ Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 177, de 2009 , em 24.06.2009.

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾ | |
| Eduardo Suplicy (PT) (38) | 1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (37) |
| Delcídio Amaral (PT) (36) | 2. Renato Casagrande (PSB) (33) |
| Aloizio Mercadante (PT) (30) | 3. João Pedro (PT) (11,35) |
| Tião Viana (PT) (41) | 4. Ideli Salvatti (PT) (39) |
| Marcelo Crivella (PRB) (40) | 5. Roberto Cavalcanti (PRB) (34,72) |
| Inácio Arruda (PC DO B) (29) | 6. Expedito Júnior (PR) (4,28) |
| César Borges (PR) (32) | 7. João Ribeiro (PR) (31) |
| Maioria (PMDB, PP) | |
| Francisco Dornelles (PP) (60,66) | 1. Romero Jucá (PMDB) (62,65) |
| Garibaldi Alves Filho (PMDB) (59,64) | 2. Gilvam Borges (PMDB) (58,61) |
| Gerson Camata (PMDB) (67,71) | 3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3,63) |
| Valdir Raupp (PMDB) (55) | 4. Leomar Quintanilha (PMDB) (1,63) |
| Neuto De Conto (PMDB) (8,15,54,56) | 5. Lobão Filho (PMDB) (9,53,70) |
| Pedro Simon (PMDB) (57,69) | 6. Paulo Duque (PMDB) (2,63) |
| VAGO (68) | 7. VAGO (68) |
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) | |
| Eliseu Resende (DEM) (48) | 1. Gilberto Goellner (DEM) (46) |
| Antonio Carlos Júnior (DEM) (18,46) | 2. Demóstenes Torres (DEM) (17,42) |
| Efraim Moraes (DEM) (44) | 3. Heráclito Fortes (DEM) (49) |
| Raimundo Colombo (DEM) (50) | 4. Rosalba Ciarlini (DEM) (46) |
| Adelmir Santana (DEM) (14,16,43) | 5. Kátia Abreu (DEM) (45) |
| Jayme Campos (DEM) (13,47) | 6. José Agripino (DEM) (5,51) |
| Cícero Lucena (PSDB) (23) | 7. Alvaro Dias (PSDB) (26) |
| João Tenório (PSDB) (24) | 8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,22,73) |
| Arthur Virgílio (PSDB) (23,74) | 9. Flexa Ribeiro (PSDB) (27) |
| Tasso Jereissati (PSDB) (23) | 10. Eduardo Azeredo (PSDB) (25,75) |
| PTB ⁽⁷⁾ | |
| João Vicente Claudino (52) | 1. Sérgio Zambiasi (12,52) |
| Gim Argello (52) | 2. Fernando Collor (52) |

PDT

| | |
|-----------------|----------------------------|
| Osmar Dias (20) | 1. Jefferson Praia (10,21) |
|-----------------|----------------------------|

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
23. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
24. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
25. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
26. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
27. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
30. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

32. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
33. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
34. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
35. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
36. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
37. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
38. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
39. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
40. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
41. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
42. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
43. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
44. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
46. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
49. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
50. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
56. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
60. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
61. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
63. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
67. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
68. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
70. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾ | |
| Antonio Carlos Valadares (PSB) | 1. Delcídio Amaral (PT) |
| VAGO (6) | 2. VAGO (9) |
| Expedito Júnior (PR) | 3. João Vicente Claudino (PTB) |
| Maioria (PMDB, PP) | |
| Valdir Raupp (PMDB) | 1. Mão Santa (PMDB) |
| VAGO (4) | 2. Renato Casagrande (PSB) (2) |
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) | |
| Rosalba Ciarlini (DEM) | 1. VAGO (5) |
| Raimundo Colombo (DEM) (7) | |
| Sérgio Guerra (PSDB) | 2. Flexa Ribeiro (PSDB) |
| | 3. VAGO (8) |
| PMDB PDT PSDB | |
| Cícero Lucena (PSDB) | 1. |

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude do Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁵⁾ | |
| Flávio Arns (PT) (3,18,36) | 1. Fátima Cleide (PT) (27) |
| Augusto Botelho (PT) (29) | 2. César Borges (PR) (28) |
| Paulo Paim (PT) (30) | 3. Eduardo Suplicy (PT) (33) |
| Marcelo Crivella (PRB) (35) | 4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13) |
| Expedito Júnior (PR) (34) | 5. Ideli Salvatti (PT) (26,32) |
| Roberto Cavalcanti (PRB) (31,60,62) | 6. VAGO (31) |
| Renato Casagrande (PSB) (31,58,65) | 7. José Nery (PSOL) (31,63,64) |
| Maioria (PMDB, PP) | |
| VAGO (57,68) | 1. Lobão Filho (PMDB) (55) |
| Gilvam Borges (PMDB) (9,50) | 2. Romero Jucá (PMDB) (56) |
| Paulo Duque (PMDB) (6,54) | 3. Valdir Raupp (PMDB) (49) |
| Garibaldi Alves Filho (PMDB) (51) | 4. Leomar Quintanilha (PMDB) (48) |
| Mão Santa (PMDB) (52) | 5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (53) |
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) | |
| Adelmir Santana (DEM) (38) | 1. Heráclito Fortes (DEM) (45) |
| Rosalba Ciarlini (DEM) (41) | 2. Jayme Campos (DEM) (43) |
| Efraim Morais (DEM) (12,15,39) | 3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,44) |
| Raimundo Colombo (DEM) (37) | 4. José Agripino (DEM) (4,40) |
| Lúcia Vânia (PSDB) (24,46) | 5. Marisa Serrano (PSDB) (25,67) |
| Eduardo Azeredo (PSDB) (21,66) | 6. João Tenório (PSDB) (22) |
| Papaléo Paes (PSDB) (20) | 7. Sérgio Guerra (PSDB) (23,42) |
| PTB ⁽⁸⁾ | |
| Mozarildo Cavalcanti (7,11,59) | 1. Gim Argello (14,16,61) |
| PDT | |
| João Durval (17,47) | 1. Cristovam Buarque (19,69) |

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
21. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
22. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
23. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
24. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
25. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
26. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
27. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
30. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
31. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 à GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
36. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
38. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
39. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
42. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
45. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
46. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
62. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
63. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
64. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|----------------------------------|
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) | |
| Efraim Moraes (DEM) | 1. Rosalba Ciarlini (DEM) (3,11) |
| Eduardo Azeredo (PSDB) (9) | 2. Marisa Serrano (PSDB) (2) |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾ | |
| Flávio Arns (PT) (6) | 1. Paulo Paim (PT) (7) |
| PMDB | |
| Paulo Duque (5) | 1. Leomar Quintanilha (10) |
| PTB PDT | |
| Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8) | 1. Gim Argello (PTB) (4) |

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
- Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
- Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) ⁽¹³⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) | |
| Adelmir Santana (DEM) ⁽⁶⁾ | 1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,4) |
| Papaléo Paes (PSDB) ⁽¹¹⁾ | 2. João Tenório (PSDB) ^(2,9) |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾ | |
| Augusto Botelho (PT) ⁽⁵⁾ | 1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,10) |
| PMDB | |
| Mão Santa ⁽⁸⁾ | 1. Paulo Duque ⁽³⁾ |
| PTB PDT | |
| Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹²⁾ | 1. João Durval (PDT) ⁽⁷⁾ |

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
4. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
9. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|-----------------------------------|
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) | |
| Adelmir Santana (DEM) | 1. Rosalba Ciarlini (DEM) (1) |
| Lúcia Vânia (PSDB) | 2. Papaléo Paes (PSDB) |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) | |
| Paulo Paim (PT) | 1. José Nery (PSOL) |
| PMDB | |
| Mão Santa | 1. Wellington Salgado de Oliveira |
| PTB PDT | |
| Mozarildo Cavalcanti (PTB) | 1. Gim Argello (PTB) |

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Moraes (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾ | |
| Marina Silva (PT) (37,71) | 1. Renato Casagrande (PSB) (17,32) |
| Aloizio Mercadante (PT) (10,39) | 2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,36) |
| Eduardo Suplicy (PT) (37) | 3. Marcelo Crivella (PRB) (33) |
| Antonio Carlos Valadares (PSB) (35) | 4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,34,74) |
| Ideli Salvatti (PT) (37) | 5. César Borges (PR) (30,52) |
| Expedito Júnior (PR) (31,52) | 6. Serys Slhessarenko (PT) (19,38,77) |
| Maioria (PMDB, PP) | |
| Pedro Simon (PMDB) (54,63) | 1. Romero Jucá (PMDB) (55,64) |
| Almeida Lima (PMDB) (58,63) | 2. Leomar Quintanilha (PMDB) (61,67) |
| Gilvam Borges (PMDB) (59,63) | 3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (60,66,78) |
| Francisco Dornelles (PP) (62,63) | 4. Lobão Filho (PMDB) (5,69,76) |
| Valter Pereira (PMDB) (2,63) | 5. Valdir Raupp (PMDB) (40,57,65) |
| Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,56,68) | 6. Neuto De Conto (PMDB) (3,63) |
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) | |
| Kátia Abreu (DEM) (45) | 1. Efraim Moraes (DEM) (50) |
| Demóstenes Torres (DEM) (42) | 2. Adelmir Santana (DEM) (49) |
| Jayme Campos (DEM) (51) | 3. Raimundo Colombo (DEM) (43) |
| Marco Maciel (DEM) (14,20) | 4. José Agripino (DEM) (4,47) |
| Antonio Carlos Júnior (DEM) (44) | 5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,46) |
| Alvaro Dias (PSDB) (25,72) | 6. Eduardo Azeredo (PSDB) (26) |
| Sérgio Guerra (PSDB) (29,75) | 7. Marconi Perillo (PSDB) (24) |
| Lúcia Vânia (PSDB) (25) | 8. Arthur Virgílio (PSDB) (27,70) |
| Tasso Jereissati (PSDB) (25) | 9. Flexa Ribeiro (PSDB) (28,73) |
| PTB ⁽⁷⁾ | |
| Romeu Tuma (48) | 1. Gim Argello (41) |
| PDT | |
| Osmar Dias (12,13,23) | 1. Patrícia Saboya (11,22,53) |

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
23. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
24. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
26. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
27. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
32. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
33. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
34. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
35. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
36. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
37. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

39. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
40. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
42. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
43. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
46. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
48. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epitácio Cafeteira.
49. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
50. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
52. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
71. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
72. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
74. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplementares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO (73,74)

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾ | |
| Flávio Arns (PT) (36) | 1. João Pedro (PT) (1,31) |
| Augusto Botelho (PT) (36) | 2. Ideli Salvatti (PT) (35) |
| Fátima Cleide (PT) (36) | 3. Eduardo Suplicy (PT) (12,37) |
| Paulo Paim (PT) (36,46,66) | 4. José Nery (PSOL) (30) |
| Inácio Arruda (PC DO B) (38) | 5. Roberto Cavalcanti (PRB) (34,67) |
| Marina Silva (PT) (32) | 6. João Ribeiro (PR) (34,71) |
| Expedito Júnior (PR) (33) | 7. VAGO (34) |
| Maioria (PMDB, PP) | |
| Valter Pereira (PMDB) (63) | 1. Romero Jucá (PMDB) (56) |
| Mauro Fecury (PMDB) (8,16,58,70,72) | 2. Leomar Quintanilha (PMDB) (56) |
| Gilvam Borges (PMDB) (55) | 3. Pedro Simon (PMDB) (56) |
| Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (62) | 4. Neuto De Conto (PMDB) (59) |
| Gerson Camata (PMDB) (61) | 5. Valdir Raupp (PMDB) (57) |
| Francisco Dornelles (PP) (5,9,60) | 6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,64) |
| VAGO (53,65) | 7. Lobão Filho (PMDB) (54) |
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) | |
| Raimundo Colombo (DEM) (4,47) | 1. Gilberto Goellner (DEM) (45) |
| Marco Maciel (DEM) (50) | 2. Kátia Abreu (DEM) (11,43) |
| Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,49) | 3. Jayme Campos (DEM) (42) |
| Heráclito Fortes (DEM) (40) | 4. Efraim Moraes (DEM) (39) |
| José Agripino (DEM) (13,51) | 5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,52) |
| Adelmir Santana (DEM) (44) | 6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,48) |
| Alvaro Dias (PSDB) (25) | 7. Eduardo Azeredo (PSDB) (28,69) |
| Cícero Lucena (PSDB) (22) | 8. Marconi Perillo (PSDB) (26) |
| VAGO (29,68,73,74) | 9. Papaléo Paes (PSDB) (27) |
| Marisa Serrano (PSDB) (24) | 10. Sérgio Guerra (PSDB) (23) |
| PTB | |
| Sérgio Zambiasi (7,41) | 1. João Vicente Claudino (41) |
| Romeu Tuma (41) | 2. Mozarildo Cavalcanti (41) |
| PDT | |
| Cristovam Buarque (20) | 1. Jefferson Praia (10,21) |

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
23. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
24. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
25. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
27. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
28. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
29. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
30. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
32. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
33. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
34. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 ; GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
36. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
37. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
38. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.

39. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
40. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
41. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
42. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
43. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
45. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
46. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
47. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
48. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
49. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
50. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
53. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾ | |
| VAGO ⁽⁷⁾ | 1. VAGO ⁽⁷⁾ |
| Flávio Arns (PT) | 2. Ideli Salvatti (PT) |
| Sérgio Zambiasi (PTB) | 3. VAGO ⁽⁷⁾ |
| Maioria (PMDB, PP) | |
| VAGO ⁽³⁾ | 1. VAGO ⁽⁷⁾ |
| Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) | 2. Valdir Raupp (PMDB) |
| Paulo Duque (PMDB) | 3. Valter Pereira (PMDB) |
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) | |
| VAGO ⁽⁴⁾ | 1. VAGO ^(1,6) |
| Romeu Tuma (PTB) | 2. Marco Maciel (DEM) |
| Rosalba Ciarlini (DEM) | 3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾ |
| Marisa Serrano (PSDB) | 4. Eduardo Azeredo (PSDB) |
| Marconi Perillo (PSDB) | 5. VAGO ⁽⁷⁾ |
| PDT | |
| VAGO ⁽⁷⁾ | 1. Cristovam Buarque |

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾ | |
| Renato Casagrande (PSB) (26) | 1. Fátima Cleide (PT) (22) |
| Marina Silva (PT) (7,26) | 2. César Borges (PR) (24) |
| João Pedro (PT) (20) | 3. Inácio Arruda (PC DO B) (25) |
| João Ribeiro (PR) (23) | 4. Delcídio Amaral (PT) (21) |
| Maioria (PMDB, PP) | |
| Leomar Quintanilha (PMDB) (38) | 1. Romero Jucá (PMDB) (38) |
| Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (38) | 2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,40) |
| Gilvam Borges (PMDB) (39) | 3. Almeida Lima (PMDB) (38) |
| Valter Pereira (PMDB) (38) | 4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (38) |
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) | |
| Gilberto Goellner (DEM) (29) | 1. Adelmir Santana (DEM) (34) |
| Kátia Abreu (DEM) (31) | 2. Raimundo Colombo (DEM) (1,35) |
| Heráclito Fortes (DEM) (33) | 3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,27) |
| Eliseu Resende (DEM) (32) | 4. Jayme Campos (DEM) (9,30) |
| Arthur Virgílio (PSDB) (10,19) | 5. Alvaro Dias (PSDB) (4,14) |
| Cícero Lucena (PSDB) (15) | 6. Flexa Ribeiro (PSDB) (18) |
| Marisa Serrano (PSDB) (16) | 7. Mário Couto (PSDB) (17) |
| PTB | |
| Gim Argello (6,28) | 1. Sérgio Zambiasi (28) |
| PDT | |
| Jefferson Praia (8,13,36,41) | 1. Cristovam Buarque (12,37,42) |

Notas:

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
- Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
- Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
- Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
34. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾ | |
| Renato Casagrande (PSB) | 1. VAGO ⁽⁴⁾ |
| Inácio Arruda (PC DO B) | 2. VAGO ⁽⁴⁾ |
| Maioria (PMDB, PP) | |
| Valter Pereira (PMDB) | 1. VAGO ⁽²⁾ |
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) | |
| VAGO ⁽⁴⁾ | 1. Adelmir Santana (DEM) |
| VAGO ⁽³⁾ | 2. Marisa Serrano (PSDB) |

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|----------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾ | |
| César Borges (PR) | 1. Inácio Arruda (PC DO B) |
| VAGO (8) | 2. VAGO (8) |
| Maioria (PMDB, PP) | |
| Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) | 1. VAGO (3,4,6) |
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) | |
| VAGO (1) | 1. Adelmir Santana (DEM) |
| Cícero Lucena (PSDB) (5,7) | 2. Flexa Ribeiro (PSDB) |

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) | |
| Marina Silva (PT) ⁽¹⁾ | 1. Fátima Cleide (PT) |
| Renato Casagrande (PSB) | 2. César Borges (PR) |
| Maioria (PMDB, PP) | |
| Leomar Quintanilha (PMDB) | 1. Almeida Lima (PMDB) |
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) | |
| Marisa Serrano (PSDB) | 1. Flexa Ribeiro (PSDB) |
| Gilberto Goellner (DEM) | 2. Adelmir Santana (DEM) |

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. N° 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|---------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) | |
| Renato Casagrande (PSB) | 1. VAGO (5) |
| VAGO (1) | 2. VAGO (5) |
| Maioria (PMDB, PP) | |
| Leomar Quintanilha (PMDB) | 1. VAGO (2,4) |
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) | |
| Flexa Ribeiro (PSDB) | 1. VAGO (3) |
| Gilberto Goellner (DEM) | 2. Arthur Virgílio (PSDB) |

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾ | |
| Flávio Arns (PT) (19) | 1. João Pedro (PT) (22) |
| Fátima Cleide (PT) (19) | 2. Serys Slhessarenko (PT) (21) |
| Paulo Paim (PT) (19) | 3. Marcelo Crivella (PRB) (11,20,30) |
| Aloizio Mercadante (PT) (2,23,48,49) | 4. Marina Silva (PT) (20,45) |
| José Nery (PSOL) (24) | 5. Magno Malta (PR) (20,48) |
| Maioria (PMDB, PP) | |
| VAGO (39,44) | 1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (41) |
| Gerson Camata (PMDB) (40) | 2. Romero Jucá (PMDB) (38) |
| VAGO (35,43) | 3. Valter Pereira (PMDB) (37) |
| Gilvam Borges (PMDB) (36) | 4. Mão Santa (PMDB) (33) |
| Paulo Duque (PMDB) (10,12,42) | 5. Leomar Quintanilha (PMDB) (34) |
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) | |
| José Agripino (DEM) (3,29) | 1. Heráclito Fortes (DEM) (27) |
| Rosalba Ciarlini (DEM) (25) | 2. Jayme Campos (DEM) (32) |
| Eliseu Resende (DEM) (4,28) | 3. Maria do Carmo Alves (DEM) (31) |
| VAGO (8,46) | 4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,26) |
| Arthur Virgílio (PSDB) (16) | 5. VAGO (18,47) |
| Cícero Lucena (PSDB) (16) | 6. Mário Couto (PSDB) (17) |
| VAGO (1,5) | 7. Papaléo Paes (PSDB) (16) |
| PTB ⁽⁷⁾ | |
| | 1. Sérgio Zambiasi |
| PDT | |
| Cristovam Buarque (14) | 1. Jefferson Praia (15) |

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
19. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 ; GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
26. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
32. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
33. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, vago em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾ | |
| Paulo Paim (PT) ⁽⁶⁾ | 1. Fátima Cleide (PT) ⁽⁵⁾ |
| Maioria (PMDB, PP) | |
| Leomar Quintanilha (PMDB) | 1. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,9) |
| Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁴⁾ | 2. |
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) | |
| VAGO ^(1,4,7) | 1. Adelmir Santana (DEM) ⁽¹⁰⁾ |
| Mário Couto (PSDB) ⁽¹²⁾ | 2. Papaléo Paes (PSDB) |
| PDT | |
| Jefferson Praia ⁽⁸⁾ | 1. Cristovam Buarque ⁽¹³⁾ |
| PTB | |
| Sérgio Zambiasi ⁽¹¹⁾ | 1. |

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Em 12.06.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (OF. CDH 078-09).
6. Em 12.06.2009, a Senadora Serys Slhessarenko deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. CDH 078-09).
7. Em 12.06.2009, o Senador Heráclito Fortes deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (OF. CDH 078-09).
8. Em 12/06/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
9. Em 12.06.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Suplente do PMDB, na Comissão (Of. CDH 078-09).
10. Em 12/06/2009, o Senador Adelmir Santana é designado Suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. CDH 078/09).
11. Em 12/06/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Titular do PTB, na Comissão (Of. CDH 078/09).
12. Em 12/06/2009, o Senador Mário Couto é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. CDH 078/09).
13. Em 12/06/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
14. Em 12/06/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB, na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. CDH 078/09).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER
Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|-----------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) | |
| VAGO (5) | 1. Fátima Cleide (PT) |
| Serys Slhessarenko (PT) | 2. VAGO (3,5) |
| Maioria (PMDB, PP) | |
| VAGO (6) | 1. |
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) | |
| VAGO (2,4) | 1. VAGO (1) |
| Lúcia Vânia (PSDB) | 2. |

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) | |
| José Nery (PSOL) | 1. Flávio Arns (PT) 2. VAGO |
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) | |
| Lúcia Vânia (PSDB) | 1. VAGO 2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) |
| Maioria (PMDB, PP) | |
| | 1. VAGO |

Notas:

*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. Nº 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento nº 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁹⁾ | |
| Eduardo Suplicy (PT) (41) | 1. Flávio Arns (PT) (38,68) |
| Antonio Carlos Valadares (PSB) (43,73) | 2. Marina Silva (PT) (46) |
| João Ribeiro (PR) (45,70) | 3. Renato Casagrande (PSB) (42,75) |
| João Pedro (PT) (47) | 4. Magno Malta (PR) (39) |
| Tião Viana (PT) (44,54,69) | 5. Augusto Botelho (PT) (22,40,49,67) |
| Maioria (PMDB, PP) | |
| Pedro Simon (PMDB) (1) | 1. Almeida Lima (PMDB) (5,65) |
| Francisco Dornelles (PP) (62) | 2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77) |
| Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64) | 3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (2) |
| Romero Jucá (PMDB) (3,72,74) | 4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,61) |
| Paulo Duque (PMDB) (4) | 5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,63) |
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) | |
| Efraim Morais (DEM) (58) | 1. Adelmir Santana (DEM) (11,53) |
| Demóstenes Torres (DEM) (57) | 2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,50) |
| Marco Maciel (DEM) (18,29,56) | 3. José Agripino (DEM) (23,27,55) |
| Heráclito Fortes (DEM) (8,51) | 4. Romeu Tuma (PTB) (52,78,79,80) |
| João Tenório (PSDB) (37,66) | 5. Alvaro Dias (PSDB) (33) |
| Eduardo Azeredo (PSDB) (37) | 6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,36,71) |
| Flexa Ribeiro (PSDB) (35) | 7. Tasso Jereissati (PSDB) (34) |
| PTB (12) | |
| Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,48) | 1. Mozarildo Cavalcanti (48) |
| PDT | |
| Patrícia Saboya (32,59) | 1. Cristovam Buarque (20,31,60) |

Notas:

- O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
- O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
34. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
37. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
38. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
39. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
40. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
41. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
42. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
43. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
44. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.

45. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
46. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
49. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
51. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
53. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
54. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
55. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
56. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
57. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
58. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
59. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
70. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (OF. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

78. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. N° 094/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. N° 165/2009/GLPTB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾ | |
| VAGO ^(3,4,6) | 1. VAGO ⁽⁷⁾ |
| João Ribeiro (PR) | 2. Augusto Botelho (PT) |
| Maioria (PMDB, PP) | |
| Mão Santa (PMDB) | 1. Valdir Raupp (PMDB) |
| | 2. VAGO ⁽⁸⁾ |
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) | |
| VAGO ⁽¹⁾ | 1. Rosalba Ciarlini (DEM) |
| Eduardo Azeredo (PSDB) | 2. VAGO ⁽⁷⁾ |
| PDT | |
| Cristovam Buarque | 1. VAGO ⁽⁵⁾ |

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. N° 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|-------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾ | |
| VAGO (1,4) | 1. VAGO (5) |
| Maioria (PMDB, PP) | |
| Paulo Duque (PMDB) | 1. Pedro Simon (PMDB) |
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) | |
| VAGO (5) | 1. Marco Maciel (DEM) |
| Eduardo Azeredo (PSDB) | 2. Flexa Ribeiro (PSDB) |
| PDT | |
| VAGO (3) | 1. |

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|----------------------------|
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) | |
| José Agripino (DEM) | 1. Rosalba Ciarlini (DEM) |
| Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾ | |
| Flexa Ribeiro (PSDB) | 2. Arthur Virgílio (PSDB) |
| | 3. Tasso Jereissati (PSDB) |
| PMDB PP | |
| Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) | 1. Pedro Simon (PMDB) |
| Valdir Raupp (PMDB) ^(1,3) | 2. Romero Jucá (PMDB) |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) | |
| Augusto Botelho (PT) | 1. Tião Viana (PT) |
| PTB | |
| Mozarildo Cavalcanti | 1. Fernando Collor |

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (OF. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾ | |
| Serys Slhessarenko (PT) (21) | 1. Marina Silva (PT) (17) |
| Delcídio Amaral (PT) (21,32,55) | 2. Paulo Paim (PT) (19,32,58) |
| Ideli Salvatti (PT) (21) | 3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (24) |
| Inácio Arruda (PC DO B) (18) | 4. Expedito Júnior (PR) (20) |
| Fátima Cleide (PT) (16) | 5. Eduardo Suplicy (PT) (23) |
| João Ribeiro (PR) (25) | 6. João Pedro (PT) (22) |
| Maioria (PMDB, PP) | |
| Francisco Dornelles (PP) (53,63,64) | 1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,46) |
| Gilvam Borges (PMDB) (54) | 2. Lobão Filho (PMDB) (30,51) |
| Paulo Duque (PMDB) (47) | 3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,45) |
| Mão Santa (PMDB) (5,9,43) | 4. Valter Pereira (PMDB) (50) |
| Valdir Raupp (PMDB) (48,56) | 5. VAGO (49,64) |
| Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (44) | 6. Almeida Lima (PMDB) (52,60,63) |
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) | |
| Gilberto Goellner (DEM) (29) | 1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (26) |
| Eliseu Resende (DEM) (27) | 2. Efraim Morais (DEM) (38) |
| Heráclito Fortes (DEM) (36) | 3. Adelmir Santana (DEM) (33) |
| Jayme Campos (DEM) (34) | 4. Rosalba Ciarlini (DEM) (28) |
| Kátia Abreu (DEM) (7,35) | 5. Demóstenes Torres (DEM) (1,31) |
| Mário Couto (PSDB) (41,62) | 6. Cícero Lucena (PSDB) (13) |
| João Tenório (PSDB) (42,57) | 7. Arthur Virgílio (PSDB) (14,59) |
| Flexa Ribeiro (PSDB) (13) | 8. Alvaro Dias (PSDB) (13,61) |
| Marconi Perillo (PSDB) (40) | 9. Sérgio Guerra (PSDB) (15) |
| PTB ⁽⁴⁾ | |
| Fernando Collor (37) | 1. Gim Argello (37) |
| PDT | |
| João Durval (12) | 1. Osmar Dias (39) |

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
14. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
17. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
18. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
19. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
24. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
25. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
26. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
27. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
31. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
32. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
33. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
34. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
35. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
36. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
37. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
41. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
42. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.

43. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Fiho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
56. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
57. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
58. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾ | |
| César Borges (PR) (24) | 1. Delcídio Amaral (PT) (7,27) |
| Serys Slhessarenko (PT) (2,28) | 2. Roberto Cavalcanti (PRB) (23,50) |
| Antonio Carlos Valadares (PSB) (26) | 3. VAGO (23) |
| José Nery (PSOL) (25) | 4. VAGO (23) |
| Maioria (PMDB, PP) | |
| Leomar Quintanilha (PMDB) (33,41) | 1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (44) |
| Valter Pereira (PMDB) (1,48) | 2. Pedro Simon (PMDB) (47) |
| Romero Jucá (PMDB) (4,11,45) | 3. Valdir Raupp (PMDB) (42) |
| Almeida Lima (PMDB) (43) | 4. Gerson Camata (PMDB) (46,49,51) |
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) | |
| José Agripino (DEM) (30) | 1. Gilberto Goellner (DEM) (29) |
| Marco Maciel (DEM) (36) | 2. Jayme Campos (DEM) (38) |
| Rosalba Ciarlini (DEM) (37) | 3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,34) |
| Adelmir Santana (DEM) (31) | 4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,32) |
| Lúcia Vânia (PSDB) (18) | 5. Cícero Lucena (PSDB) (22) |
| Marconi Perillo (PSDB) (19) | 6. Sérgio Guerra (PSDB) (10,13,17) |
| Papaléo Paes (PSDB) (21) | 7. Tasso Jereissati (PSDB) (20) |
| PTB ⁽⁵⁾ | |
| Gim Argello (35) | 1. Mozarildo Cavalcanti (35) |
| PDT | |
| Jefferson Praia (8,15,40) | 1. João Durval (16,39) |

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
26. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
27. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
34. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
37. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
38. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).

46. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|------------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾ | |
| Delcídio Amaral (PT) (22) | 1. Paulo Paim (PT) (22) |
| João Pedro (PT) (20) | 2. Fátima Cleide (PT) (4,6,18) |
| Augusto Botelho (PT) (19,31,49) | 3. Expedito Júnior (PR) (17) |
| César Borges (PR) (21,54) | 4. Serys Slhessarenko (PT) (23,52) |
| Maioria (PMDB, PP) | |
| Leomar Quintanilha (PMDB) (2,11,36,44) | 1. Romero Jucá (PMDB) (41,42) |
| Neuto De Conto (PMDB) (34,48) | 2. Valdir Raupp (PMDB) (40,46) |
| Gerson Camata (PMDB) (37,43) | 3. Renan Calheiros (PMDB) (38,45) |
| Valter Pereira (PMDB) (47,50) | 4. Paulo Duque (PMDB) (35,39) |
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) | |
| Gilberto Goellner (DEM) (27) | 1. Demóstenes Torres (DEM) (3,30) |
| Raimundo Colombo (DEM) (26) | 2. Heráclito Fortes (DEM) (32) |
| Kátia Abreu (DEM) (25) | 3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,28) |
| Jayme Campos (DEM) (8,10,33) | 4. José Agripino (DEM) (29) |
| VAGO (13,53) | 5. Flexa Ribeiro (PSDB) (16) |
| Mário Couto (PSDB) (14) | 6. João Tenório (PSDB) (12) |
| Marisa Serrano (PSDB) (12) | 7. Marconi Perillo (PSDB) (15) |
| PTB ⁽⁵⁾ | |
| Romeu Tuma (9,24) | 1. Sérgio Zambiasi (24,51) |
| PDT | |
| Osmar Dias | 1. João Durval |

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of.nº 536/2008-GLPMDB).

12. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
18. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
21. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 à GLDBAG).
24. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
25. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
32. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
33. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
35. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
38. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
39. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
42. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
43. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, vago em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾ | |
| VAGO (2) | 1. Paulo Paim (PT) |
| VAGO (4) | 2. Expedito Júnior (PR) |
| Maioria (PMDB, PP) | |
| Valter Pereira (PMDB) | 1. Valdir Raupp (PMDB) |
| Neuto De Conto (PMDB) | 2. Mão Santa (PMDB) |
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) | |
| Gilberto Goellner (DEM) | 1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾ |
| | 2. Rosalba Ciarlini (DEM) |
| João Tenório (PSDB) | 3. VAGO (4) |
| Marisa Serrano (PSDB) | |

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁴⁾ | |
| Marcelo Crivella (PRB) (20) | 1. Delcídio Amaral (PT) (18) |
| Renato Casagrande (PSB) (22) | 2. Flávio Arns (PT) (20) |
| Magno Malta (PR) (21) | 3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,42) |
| Roberto Cavalcanti (PRB) (19,41,45) | 4. João Ribeiro (PR) (19,46) |
| Maioria (PMDB, PP) | |
| Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (35) | 1. Valter Pereira (PMDB) (34) |
| Lobão Filho (PMDB) (39) | 2. Romero Jucá (PMDB) (36) |
| Gerson Camata (PMDB) (7,10,37) | 3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,40,43,48) |
| Valdir Raupp (PMDB) (38,47) | 4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2) |
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) | |
| Antonio Carlos Júnior (DEM) (29) | 1. Gilberto Goellner (DEM) (26) |
| Demóstenes Torres (DEM) (3,31) | 2. Eliseu Resende (DEM) (23) |
| José Agripino (DEM) (6,12,24) | 3. Marco Maciel (DEM) (1) |
| Efraim Moraes (DEM) (27) | 4. Kátia Abreu (DEM) (30) |
| Cícero Lucena (PSDB) (16) | 5. Eduardo Azeredo (PSDB) (17,28) |
| Flexa Ribeiro (PSDB) (17,28) | 6. Sérgio Guerra (PSDB) (14,49) |
| Papaléo Paes (PSDB) (15) | 7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,17,44) |
| PTB ⁽⁵⁾ | |
| Sérgio Zambiasi (25) | 1. Fernando Collor (25) |
| PDT | |
| Patrícia Saboya (13,33) | 1. Cristovam Buarque (32) |

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
18. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
22. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
23. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
29. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).

43. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 061/2009).
44. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
45. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
46. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
47. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. GLPMDB nº 061/2009).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾ | |
| Flávio Arns (PT) | 1. Sérgio Zambiasi (PTB) |
| Renato Casagrande (PSB) | 2. VAGO ⁽³⁾ |
| Maioria (PMDB, PP) | |
| Valter Pereira (PMDB) | 1. VAGO ⁽²⁾ |
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) | |
| Demóstenes Torres (DEM) | 1. VAGO ⁽³⁾ |
| Eduardo Azeredo (PSDB) | 2. Cícero Lucena (PSDB) |

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
- Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

| SENADORES | CARGO |
|--|--------------------------|
| Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾ | CORREGEDOR |
| VAGO | 1º CORREGEDOR SUBSTITUTO |
| VAGO | 2º CORREGEDOR SUBSTITUTO |
| VAGO | 3º CORREGEDOR SUBSTITUTO |

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) | |
| | 1. |
| | 2. |
| | 3. |
| | 4. |
| Maioria (PMDB, PP) | |
| | 1. |
| | 2. |
| | 3. |
| | 4. |
| Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) | |
| | 1. |
| | 2. |
| | 3. |
| | 4. |
| | 5. |
| PTB | |
| | 1. |
| PDT | |
| | 1. |
| Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93) | |
| Romeu Tuma (PTB/SP) | |

Atualização: 03/04/2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

| SENADOR | BLOCO / PARTIDO |
|--|------------------------------|
| Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾ | Bloco Parlamentar da Minoria |
| João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾ | Bloco Parlamentar da Minoria |
| Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾ | Bloco de Apoio ao Governo |
| | PMDB |
| Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾ | PTB |

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.

2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽³⁾**1^a Designação:** 03/12/2001**2^a Designação:** 26/02/2003**3^a Designação:** 03/04/2007**4^a Designação:** 12/02/2009

MEMBROS

PMDB

Wellington Salgado de Oliveira (MG) ⁽⁴⁾**DEM**

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Fátima Cleide (RO) ⁽¹⁾**PTB**

VAGO ⁽²⁾**PDT**

Patrícia Saboya (CE)

PR

Expedito Júnior (RO)

PSB

Renato Casagrande (ES)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PP

PSOL

José Nery (PA)

Atualização: 24/06/2009**Notas:**

1. Indicada para ocupar a vaga destinada ao PT, conforme Of. 013/2009-GLDPT, lido na sessão do dia 03.03.2009.

2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Cavalcanti, conforme Of. nº 088/2009/GLPTB.

3. Eleitos na 1^a Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.

4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

| MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS | MESA DO SENADO FEDERAL |
|--|---|
| PRESIDENTE Deputado Michel Temer (PMDB-SP) | PRESIDENTE Senador José Sarney (PMDB-AP) |
| 1º VICE-PRESIDENTE Deputado Marco Maia (PT-RS) | 1º VICE-PRESIDENTE Senador Marconi Perillo (PSDB-GO) |
| 2º VICE-PRESIDENTE Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA) | 2º VICE-PRESIDENTE Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) |
| 1º SECRETÁRIO Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG) | 1º SECRETÁRIO Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) |
| 2º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE) | 2º SECRETÁRIO Senador João Vicente Claudino (PTB-PI) |
| 3º SECRETÁRIO Deputado Odair Cunha (PT-MG) | 3º SECRETÁRIO Senador Mão Santa (PMDB-PI) |
| 4º SECRETÁRIO Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP) | 4º SECRETÁRIO Senador Patrícia Saboya (PDT-CE) |
| LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) | LÍDER DA MAIORIA Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) |
| LÍDER DA MINORIA Deputado André de Paula (DEM/PE) | LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) |
| PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF) | PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Demóstenes Torres (DEM-GO) |
| PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Severiano Alves (PDT-BA) | PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) |

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303-5258

scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

| LEI Nº 8.389/91, ART. 4º | TITULARES | SUPLENTES |
|---|------------------|------------------|
| Representante das empresas de rádio (inciso I) | | |
| Representante das empresas de televisão (inciso II) | | |
| Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III) | | |
| Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV) | | |
| Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V) | | |
| Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI) | | |
| Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII) | | |
| Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII) | | |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | | |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | | |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | | |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | | |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | | |

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II – Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)
Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²

Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM – RS)¹²

SENADORES

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------------------------------|---|
| Maioria (PMDB) | |
| PEDRO SIMON (PMDB/RS) | 1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC) |
| GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC) | 2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO) |
| DEM | |
| Efraim Moraes (DEM/PB) | 1. ADELMIRO SANTANA (DEM/DF) |
| ROMEU TUMA (PTB/SP) | 2. RAIMUNDO COLOMBO ^b (DEM/SC) |
| PSDB | |
| MARISA SERRANO (PSDB/MS) | 1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG) |
| PT | |
| ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP) | 1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) |
| PTB | |
| SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS) | 1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL) |
| PDT | |
| CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF) | 1. OSMAR DIAS ^a (PDT/PR) |
| PCdoB | |
| INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE) | 1. JOSÉ NERY ^c (PSOL/PA) |

DEPUTADOS

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--|
| PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB | |
| VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰ | 1. MOACIR MICHELETTO ^d (PMDB/PR) |
| DR. ROSINHA (PT/PR) | 2. NILSON MOURÃO (PT/AC) |
| GEORGE HILTON (PP/MG) | 3. RENATO MOLLING (PP/RS) |
| ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO) | 4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹ |
| PSDB/DEM/PPS | |
| CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS) | 1. LEANDRO SAMPAIO ^b (PPS/RJ) |
| GERALDO THADEU ^e (PPS/MG) | 2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ^g (PSDB/SP) |
| GERMANO BONOW (DEM/RS) | 3. CELSO RUSSOMANNO ^f (PP/SP) |
| PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN | |
| BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS) | 1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS) |
| PV | |
| JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP) | 1. DR. NECHAR (PV/SP) |

(Atualizada em 28.05.2009)

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGMP, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GABI/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignácio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Severiano Alves

| CÂMARA DOS DEPUTADOS | SENADO FEDERAL |
|--|---|
| <u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN | <u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL |
| <u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE | <u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC |
| <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> SEVERIANO ALVES PDT-BA | <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG |

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

| | |
|---|-------------------|
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada) | R\$ 58,00 |
| Porte do Correio | R\$ 488,40 |
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada) | R\$ 546,40 |

ANUAL

| | |
|---|---------------------|
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada) | R\$ 116,00 |
| Porte do Correio | R\$ 976,80 |
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada) | R\$ 1.092,80 |

NÚMEROS AVULSOS

| | |
|------------------------|-----------------|
| Valor do Número Avulso | R\$ 0,50 |
| Porte Avulso | R\$ 3,70 |

ORDEM BANCÁRIA

| | |
|--------------------|-----------------------|
| UG – 020055 | GESTÃO – 00001 |
|--------------------|-----------------------|

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: **020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

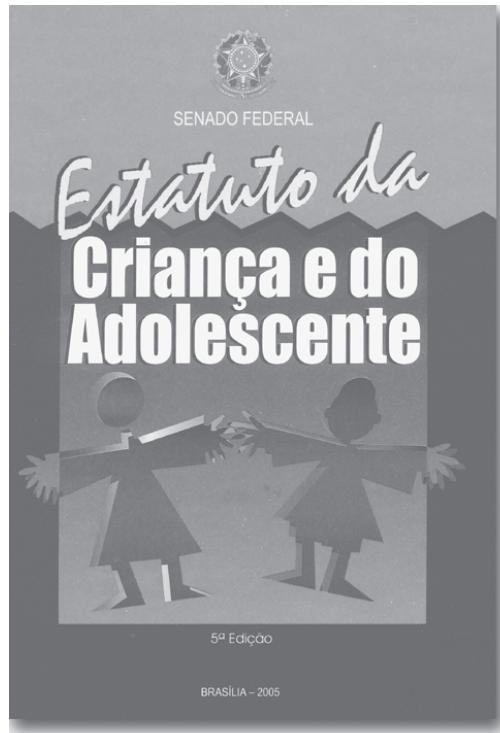
**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Estatuto da Criança e do Adolescente

Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 144 PÁGINAS